

ÍNDICE GERAL

	Pags.
Índice de Quadros.....	5
Índice de Gráficos e Figuras	7
Introdução.....	9
Sumário Executivo.....	11
1. Apresentação do Programa Operacional.....	15
1.1 Identificação	15
1.2 Enquadramento	15
2. Aspetos Gerais da Execução do PROCONVERGENCIA	23
2.0 Evolução da Envolvente Económica.....	23
2.1 A Execução do PROCONVERGENCIA	27
2.1.1 A Execução Material	27
2.1.2 A Execução Financeira do PROCONVERGENCIA.....	36
2.1.3 Fluxos Financeiros.....	41
2.1.4 Aspetos Complementares da Execução.....	46
2.2 Análise qualitativa sobre a Evolução da Execução do PO	62
2.3 Informação sobre a Conformidade com o Direito Comunitário.....	68
2.4 Alterações da Envolvente à Execução do PROCONVERGENCIA	77
2.5 Durabilidade das Operações (Artº 57º do Regulamento (CE) Nº 1083/2006)	77
2.6 Complementaridade com Outros Instrumentos	77
2.6.1 Complementaridade com outros instrumentos financeiros ou Programas	77
2.6.2 Instrumentos de Engenharia Financeira	82
2.7 Acompanhamento e Avaliação	85
2.7.1 Acompanhamento	85
2.7.2 Avaliação.....	105
2.7.3 Avaliação Ambiental Estratégica	106
2.8 Problemas, Constrangimentos e Medidas de Correção	122
3. Execução por Eixo Prioritário.....	127
3.1 Eixo Prioritário VII – Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores.....	127
3.2 Eixo Prioritário VIII – Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	143
3.3 Eixo Prioritário IX – Promover a Coesão Territorial e a Sustentabilidade	151
3.4 Eixo Prioritário X – Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade.....	163
4. Grandes Projetos e Projetos Ambientais	169
5. Assistência Técnica	169

6. Informação e Divulgação	177
7. Conclusões e Previsões para 2015	211
Glossário de Siglas	214

ANEXOS

Anexo I -	Realização física dos Indicadores Comuns Nacionais
Anexo II -	Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.2014 (valores acumulados)
Anexo III -	Aprovações e execução por Regulamento Específico até 31.12.2014 (valores acumulados)
Anexo IV -	Aprovações e execução por NUTS III até 31.12.2014 (valores acumulados)
Anexo V -	Aprovações e execução por Tema Prioritário (Contribuição da União)
Anexo VI -	Template 1: Operações e Instrumentos de Engenharia Financeira Implementadas com um Fundo de Participação
Anexo VI -	Template 2: Operações de Instrumentos de Engenharia Financeira Implementadas sem um Fundo de Participação
Anexo VII -	Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade
Anexo VIII -	Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009
Anexo IX -	Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009
Anexo X -	Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.2014 (valores acumulados)
Anexo XI -	Regulamento específico / Calendário de concursos por Eixo Prioritário
Anexo XII -	Processo de seleção por Eixo Prioritário até 31.12.2014 (valores acumulados)
Anexo XIII -	Ficha de Grande Projeto - Não Aplicável
Anexo XIV -	Ficha de Projeto Ambiental - Não Aplicável

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1 - PROCONVERGENCIA – Grandes Linhas de Orientação Estratégica	16
Quadro 1.2 - Plano de Financiamento do PROCONVERGENCIA - Financiamento Total FEDER, Contrapartida Nacional e Taxa de Cofinanciamento	19
Quadro 2.1 – Produto Interno Bruto a preços correntes.....	24
Quadro 2.2 – Condição da População Perante o Trabalho.....	26
Quadro 2.3 – População Ativa Empregada, por Setores de Atividade.....	26
Quadro 2.4 - Realização Física	30
Quadro 2.5 - Execução Financeira por Eixo	37
Quadro 2.6 – Comparação entre o fundo programado e o fundo executado por anos	38
Quadro 2.7 - Evolução da Execução do PO, por anos	39
Quadro 2.8 – Projetos Concluídos e em conclusão	40
Quadro 2.9 - Realização Financeira.....	41
Quadro 2.10 - Certificados de Despesa e Pedidos de Pagamento enviados à CE em 2014.....	42
Quadro 2.11 – Pedidos de Pagamento Enviados à CE em 2014 e Acumulados, por Eixo Prioritário	42
Quadro 2.12 - PROCONVERGENCIA - Ponto de Situação dos Fluxos Financeiros - 31-12-2014	43
Quadro 2.13 – Pagamentos aos beneficiários por Eixo Prioritário até 31.12.2014.....	44
Quadro 2.14 - Cumprimento das Regras n+3 e n+2.....	45
Quadro 2.15 - Cumprimento da Regra n+2.....	45
Quadro 2.16 - Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Formas de Financiamento	46
Quadro 2.17 - Repartição da contribuição comunitária por Tipo de Território	48
Quadro 2.18 - Repartição da contribuição comunitária por Atividade Económica	49
Quadro 2.19 - Aprovações e execução por Área Temática dos Temas Prioritários (contribuição comunitária)	51
Quadro 2.20 – Relevância dos Temas Earmarking na Programação, aprovação e Execução	52
Quadro 2.21 – Apoio Restituído ou Reutilizado 2014.....	55
Quadro 2.22 – Enquadramento dos Regimes de Auxílios do PROCONVERGENCIA e INVESTE QREN	69
Quadro 2.23 - Projetos Aprovados até 31/12/2014.....	78
Quadro 2.24 - Nº de entidades beneficiárias dos vários PO	80
Quadro 2.25 – PCT-MAC - Projetos Aprovados até 31/12/2014	80
Quadro 2.26 – POVT – Eixo III - Projetos Aprovados até 31/12/2014	81
Quadro 2.27 - Instrumentos de Engenharia Financeira	82
Quadro 2.28 - Candidaturas ao PROCONVERGENCIA – Valores Acumulados	87
Quadro 2.29 – Consultas Escritas Efetuadas às Comissões de Seleção (CS) em 2014	87
Quadro 2.30 – Indicadores de Gestão em 2014	88
Quadro 2.31 – Ações de Acompanhamento	91
Quadro 2.32 – Ações de Verificação	91

Quadro 2.33 – Síntese Conclusiva	95
Quadro 2.34 – Verificações no Local por Substema	99
Quadro 2.35 – Resumo das Verificações no Local, por Ilha	100
Quadro 2.36 – Nível de cumprimento das recomendações apresentadas na AAE	117
Quadro 2.37 - Boas Práticas – (MEA30) Quantidade de RUB valorizada organicamente e (MEA31) Variação na taxa de desvio de RUB para aterro	118
Quadro 2.38 - Boas Práticas - (R3) Privilegiar projetos de ID&T no domínio do ambiente	119
Quadro 2.39 - Boas Práticas – (R5) Adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental	120
Quadro 2.40 - Boas Práticas – (R6) Adoção de práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade no setor público.....	121
Quadro 2.41 - Boas Práticas – (R7) Adoção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infraestruturas.....	122
Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário VII	127
Quadro 3.2 – Indicadores Financeiros.....	132
Quadro 3.3 – Prejetos Concluídos e em Conclusão	132
Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário VIII	143
Quadro 3.2 – Indicadores Financeiros.....	145
Quadro 3.3 – Prejetos Concluídos e em Conclusão	145
Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário IX	151
Quadro 3.2 – Indicadores Financeiros.....	155
Quadro 3.3 – Prejetos Concluídos e em Conclusão	156
Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário X	163
Quadro 3.2 – Indicadores Financeiros.....	164
Quadro 3.3 – Prejetos Concluídos e em Conclusão	164
Quadro 5.1 – Realização Física do Eixo Prioritário XI – Assistência Técnica	170
Quadro 5.2 – Indicadores Financeiros.....	170
Quadro 3.3 – Prejetos Concluídos e em Conclusão	171
Quadro 5.4 – Execução Financeira por Operação	172
Quadro 5.5 – Assistência Técnica FEDER, por Temas Prioritários.....	173
Quadro 6.1 – Execução Financeira do Plano de Comunicação 2014.....	180
Quadro 6.2 – As Ações Previstas no Plano de Comunicação e as Ações Realizadas.....	180
Quadro 6.3 – Os Indicadores Previstos no Plano de Comunicação e os Indicadores Realizados.....	181
Quadro 6.4 - O Público-Alvo e as Ações Realizadas	182
Quadro 6.5 - Os Meios de Comunicação e a sua Utilização	182
Quadro 6.6 – Notícias	182
Quadro 6.7 – Anúncios.....	185
Quadro 6.8 – Publicação de Notícias no Website.....	189
Quadro 6.9 – Comissão de Acompanhamento	190

Quadro 6.10 – Semana da Europa	192
Quadro 6.11 – Publicação Listagem Beneficiários	194
Quadro 6.12 – Boa Prática Direct Mail divulgação resultados PROCONVERGENCIA 2007-2013	195
Quadro 6.13 – Website PROCONVERGENCIA	196
Quadro 6.14 – Transversalidade das acções comunicação Website PROCONVERGENCIA Portal Azores.GOV	200
Quadro 6.15 – Website Georreferenciação dos Projetos PROCONVERGENCIA	202
Quadro 6.16 – Boa Prática Check-List Painéis de Publicidade	203
Quadro 6.17 - Iniciativas QREN	206
Quadro 6.18 - Iniciativas Comunitárias	207
Quadro 6.19 - Website Sistema de Incentivos	208
Quadro 6.20 – Comunicação Social.....	208
Quadro 6.21 – Folhetos.....	209
Quadro 6.22 – Cartaz Sistemas de Incentivos.....	210

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Taxas de Variação Real do PIB	24
Gráfico 2.2 – Evolução da Conjuntura Económica	25
Gráfico 2.3 - Evolução do diferencial entre montantes aprovados e executados (Fundo)	37
Gráfico 2.4 - Taxas de Compromisso e Execução.....	38
Gráfico 2.5 - Aprovações por ilha.....	48
Gráfico 2.6 - Evolução das taxas de execução do Sistema de Informação Geográfica 2011-2014.....	89
Gráfico 2.7 – Número de Ações de Verificação por Eixos – 2007/2014	92
Gráfico 2.8- Esforço de Controlo por Eixos - 2007 a 2014	92
Gráfico 2.9 – Não conformidades – Número de Ocorrências	93
Gráfico 5.1 – Desagregação da Despesa 2014, em Termos Absolutos	174
Gráfico 5.2 – Desagregação da Despesa 2014, em Termos Relativos	174

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 – Modelo de Gestão	21
Figura 2.1 – Georeferenciação - Exemplo.....	90
Figura 2.2 – Organigrama da Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade.....	99
Figura 2.3 - Organigrama da Direção Regional do Turismo	101
Figura 2.4 - Organigrama do Fundo Regional dos Transportes Terrestres, IPRA	102
Figura 2.5 – Quadro de Responsabilidades na Monitorização Ambiental Estratégica	107

Introdução

O Programa Operacional dos Açores para a Convergência, o PROCONVERGENCIA, é um programa operacional inserido no QREN 2007-2013, participado pelo fundo estrutural FEDER, enquadrado no objetivo comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores.

O documento que a seguir se apresenta é 8º Relatório de Execução Anual do PROCONVERGENCIA, o qual reporta a execução financeira e física e os principais trabalhos e atos de gestão e de acompanhamento praticados durante o ano de 2014, dando-se assim cumprimento às disposições previstas no artigo 67º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de Julho, bem como nos Anexo VI do Regulamento (CE) nº 846/2009, de 1 de Setembro e do Regulamento (EU) nº 832/20110, de 17 de Setembro, que alteram o Anexo XVIII do Regulamento (CE) nº 1828/2006, de 8 de Dezembro.

A estrutura do presente relatório mantém os elementos principais dos relatórios anteriores, começando pela apresentação sintética do Programa Operacional, abordando de seguida a execução física, financeira e aspetos complementares da execução de forma detalhada e por eixo prioritário, concluindo com um conjunto de informações sobre aspetos de natureza ambiental, a assistência técnica, a comunicação, a informação e a publicidade, e ainda uma referência a conclusões e perspetivas para o ano de 2015, juntando-se no final do documento um anexo com dados e informações genéricas ao nível da regulamentação aplicável.

Alerta-se o leitor que a numeração dos eixos prioritários foi alterada no processo de reprogramação técnica do QREN, passando o primeiro eixo prioritário, "Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores", a deter o número de ordem 7, quando antes era naturalmente o número 1, sendo os seguintes numerados de forma sequencial até ao eixo 11 – Assistência Técnica.

Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA
Maio de 2015

Sumário Executivo

- O 8º Relatório de Execução do Programa Operacional PROCONVERGENCIA cobre o período anual de 2014 e será o penúltimo reporte anual da execução da programação prevista. A estrutura do documento, incluindo este capítulo com o sumário executivo, mantém-se semelhante à dos anteriores, permitindo assim, não só uma percepção pontual da execução do programa, como a facilitação de uma análise dinâmica.
- O Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGENCIA) é um programa operacional participado pelo FEDER, para o período de programação 2007-2013, enquadrado no Objetivo Comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores, integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional, com uma dotação de 966,3 milhões de euros de fundo comunitário, a que corresponde uma despesa pública global de 1,2 mil milhões de euros.
- Em 2014 observou-se alguma melhoria da envolvente económica e financeira, embora se registem alguns fenómenos decorrentes do ainda recente processo de ajustamento que o país teve de cumprir, como sejam o nível de desemprego e algumas limitações em alguns setores de atividade económica.
- A execução financeira do PROCONVERGENCIA (despesa efetivamente paga e devidamente validada pela autoridade de gestão) das operações aprovadas somou cerca de 131,7 milhões de euros de financiamento FEDER, a que correspondeu uma despesa pública efetivamente realizada de 155,3 milhões de euros. Em termos acumulados, 2007-2014, apura-se uma execução FEDER de 928,7 milhões de euros.
- Ao nível dos compromissos assumidos com os projetos aprovados, verifica-se uma situação de overbooking, em que se ultrapassou em fundo comprometido a dotação do programa. Esta medida de gestão permite aumentar o grau de eficácia na absorção dos apoios comunitários, face a eventuais e previsíveis quebras de execução em projetos. Assim, com um universo de 1.682 projetos aprovados, o valor do fundo estrutural comprometido ascende, em termos acumulados, a 1.129,3 milhões de euros, valor superior aos 966,3 milhões de euros de fundo comunitário disponíveis no programa.
- A execução financeira do PROCONVERGENCIA durante o ano de 2014, entre reembolsos de despesa realizada e adiantamentos aos beneficiários, proporcionou a injeção de 108,5 milhões de euros na economia açoriana, cerca de 951,7 milhões em termos acumulados desde o início da execução do programa.
- Tendo como referência os valores médios da execução do Quadro de Referência Estratégico 2007-2013 para o país, o PROCONVERGENCIA apresenta-se como um dos programas operacionais com melhor desempenho. Já com uma situação de overbooking em termos de

compromissos, evidencia uma taxa de execução financeira do fundo comunitário FEDER (96%) superior à média de execução daquele fundo no QREN (86%). Por outro lado, as operações aprovadas no programa revelam um estado de maturidade também superior, já que no PROCONVERGENCIA cada euro de compromisso de fundo FEDER originou 0,82 euros de despesa efetivamente realizada e paga, enquanto a nível do QREN essa relação é de 1 para 0,78, euros.

- No primeiro eixo prioritário do programa, essencialmente dedicado às PME, os sistemas de incentivos em vigor acolheram um número significativo de projetos submetidos pelas PME, bem como é assinalável a utilização das linhas de crédito. No domínio da investigação, inovação e ainda a eficiência administrativa as operações aprovadas apresentam um ritmo satisfatório de execução. Em termos físicos, destacam-se o apoio a 947 projetos de investimento privado, as 527 empresas que beneficiam das linhas de crédito aprovadas, os 37 projetos de investigação apoiados e as 4 operações empresariais de I&D contratadas e 18 projetos orientados para a eficiência administrativa.
- No eixo do PROCONVERGENCIA que compreende as infraestruturas e equipamentos de educação, de formação, de inclusão social e ainda as de cultura e desporto, releva-se o grau de execução da requalificação do parque escolar regional e ainda um conjunto alargado de intervenções ao nível da inclusão social, com efeitos laterais ao nível da oferta de condições para a igualdade de oportunidades, designadamente para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Cerca de 68 operações contratualizadas no âmbito do parque escolar e de formação regional, a intervenção em 29 equipamentos culturais e 44 projetos de intervenção social são alguns dos indicadores de realização material deste eixo.
- Ao nível da coesão do território e sustentabilidade ambiental, destacam-se os 661 km de estradas intervencionadas, as 19 infraestruturas marítimas beneficiadas, os 14 planos de ordenamento apoiados, a contratação de obras em 121 km da rede de águas, e os 23 projetos de gestão de resíduos e ainda os 33 projetos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização dos recursos.
- O eixo exclusivo das regiões ultraperiféricas, dedicado à compensação dos sobrecustos, registou praticamente quer o pleno dos compromissos, quer o da respetiva execução financeira, com valores próximos dos 65 milhões de euros, em que na componente de investimento foram financiadas operações nos aeródromos regionais para melhoria das condições de operacionalidade e de segurança e na componente funcionamento apoiado o contrato de obrigações de serviço público de transporte aéreo inter-ilhas.
- Ao nível da gestão e acompanhamento do programa operacional, manteve-se o normal funcionamento do sistema de gestão e controlo, tendo já sido efetuadas desde o arranque do programa 455 ações de verificação no local e de acompanhamento junto dos beneficiários dispersos pelas 9 ilhas açorianas. A nível do organismo segregado de auditoria da autoridade

nacional de certificação e da Inspeção Geral de Finanças não se registou qualquer situação que perturbasse o normal desenrolar dos trabalhos.

- A 8ª Comissão de Acompanhamento conjunta do PROCONVERGENCIA e do PRO-EMPREGO reuniu a vinte e um de maio de 2014, em Angra do Heroísmo, tendo sido aprovado o Relatório de Execução do Programa de 2013, analisado e discutido um ponto de situação da execução atualizado à data, tendo sido ainda abordadas questões e temas relacionados com o novo período de programação 2014-2020.
- Em termos prospetivos, prevê-se que o encerramento financeiro e físico da programação decorra normalmente, devendo-se atingir um grau de execução próximo da globalidade dos recursos financeiros colocados à disposição do programa.
- Já durante o ano de 2015, mais precisamente a 24 de fevereiro, realizou-se em Lisboa o sexto Encontro Anual relativo aos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão do período de programação 2007-2013, em que se abordaram questões transversais a toda a programação, segundo agenda proposta pela Comissão, não tendo sido proposto nenhum encontro bilateral com a autoridade de gestão do PO PROCONVERGENCIA.

1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

1.1 Identificação

Designação do Programa Operacional:	PROCONVERGENCIA - Programa Operacional dos Açores para a Convergência
Objetivo:	Convergência
Zona Elegível	PT2 – Região Autónoma dos Açores
Período de Programação:	2007-2013
Número do Programa (CCI):	2007PT161PO006
Decisão de Aprovação:	C(2007) 4625 de 05-10-2007, alterada pela C(2011) 9670 de 15-12-2011, alterada pela C(2012) 9851 de 19-12-2012

Documento:	Relatório Anual de Execução
Ano do relatório:	2014
Data de Aprovação pela Comissão de Acompanhamento:	3 de junho de 2015

1.2 Enquadramento

O Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGENCIA) é um Programa Operacional participado pelo FEDER, para o período de programação 2007-2013, enquadrado no Objetivo Comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores, integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional.

O PROCONVERGENCIA sintetiza as principais propostas em matéria de política de desenvolvimento para o período 2007-2013, na observância das Orientações Estratégicas Comunitárias e do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

O programa foi aprovado pela Decisão da Comissão Europeia C (2007) 4625 de 5 de outubro de 2007.

Em 2011, através da Decisão da Comissão Europeia C (2011) 9670 de 15-12-2011 foi aprovada a reprogramação técnica do PO PROCONVERGENCIA, no contexto do exercício de revisão dos programas operacionais participados pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão.

As alterações proporcionaram um modelo mais simplificado da estrutura de programação, fusão de 2 eixos prioritários complementares, conservando porém a compreensibilidade e a transparência na afetação dos recursos financeiros, através da manutenção do número de objetivos específicos, e ainda alguma afinação de prioridades internas no investimento público.

No seguimento da reprogramação (reprogramação técnica) foi desencadeado no primeiro semestre de 2012 um processo mais abrangente de revisão do atual período de programação designado de reprogramação estratégica do QREN.

Nesta reprogramação foi melhorada a definição de prioridades no contexto da operacionalização da programação, física e financeira, num contexto externo difícil e de grande pressão sobre os beneficiários do Programa, introduzindo-se alguma flexibilidade, incorporando alterações do descritivo do programa e afinação de indicadores e respetivas métricas.

A Comissão Europeia aprovou esta reprogramação estratégica do PROCONVERGENCIA no final do ano de 2012 (Decisão C (2012) 9851, de 19 de dezembro).

Em termos finais, as principais linhas de orientação estratégica do PROCONVERGENCIA, resultantes das prioridades definidas e dos respetivos objetivos gerais são as a seguir sintetizadas:

Quadro 1.1 - PROCONVERGENCIA – Grandes Linhas de Orientação Estratégica						
Desígnio Comunitário	PROMOVER A CONVERGÊNCIA REAL					
Prioridade estratégica	Fomento de uma Atividade Económica Dinâmica e Competitiva		Elevação do Nível de Educação e Qualificação da População		Coesão Territorial e Sustentabilidade	
					Minimização dos Efeitos da Ultraperiferidade	
Objetivo Geral	FOMENTAR E FACILITAR A ATIVIDADE EMPRESARIAL	ALICERÇAR UMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	EDUCAR, FORMAR E INTEGRAR OS RECURSOS HUMANOS	MELHORAR AS ACESSIBILIDADES INTRA E INTER-ILHAS	PROMOVER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	COMPENSAR OS CUSTOS COM A DUPLA INSULARIDADE

Os objetivos gerais e específicos de cada um dos Eixos e Domínios de intervenção são os seguintes:

EP 7- Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores

- OE 7.1 - Qualificar o investimento empresarial
Compreende sistemas de incentivos, com apoios nos domínios do desenvolvimento local, do turismo, de sectores estratégicos, da competitividade, da eficiência energética, entre outros domínios.
- OE 7.2 - Dinamizar as redes de infraestruturas e de prestação de serviços às empresas
Abrange a construção e equipamento de laboratórios, centros de distribuição, infraestruturas turísticas, campanhas de promoção, marketing, certificação, promoção da qualidade.
- OE 7.3 - Apoiar a investigação na Região
Integra as infraestruturas e reequipamento científico, atividades de I&D; divulgação científica; ensino experimental das ciências, entre outras áreas de intervenção.
- OE 7.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial
Parcerias entre instituições científicas e empresas, transferência tecnológica; investigação aplicada.
- OE 7.5 - Melhorar a acessibilidade e a utilização das TICs
Projetos abrangendo o equipamento em TIC, infraestruturas; conteúdos multimédia, apoio a espaços TIC; novos produtos e serviços, portais, digitalização de arquivos.
- OE 7.6 - Melhorar a eficiência administrativa
Qualificação e simplificação do atendimento aos cidadãos e às empresas; Desmaterialização de processos; Criação de infraestruturas tecnológicas, de comunicação e de sistemas de informação na administração pública.

EP 8- Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana

OE 8.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares

Construção, remodelação, ampliação e modernização dos estabelecimentos de ensino. Aquisição de equipamento.

- OE 8.2 - Valorizar o património cultural
Construção, remodelação, ampliação e modernização de equipamentos culturais. Inventariação do Património. Divulgação, Aquisição de equipamentos.
- OE 8.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local
Construção, remodelação, ampliação, equipamento e modernização de equipamentos desportivos e de animação local.
- OE 8.4 - Modernizar equipamentos de saúde
Construção, remodelação, ampliação e equipamento de unidades de saúde. Modernização tecnológica dos estabelecimentos.
- OE 8.5 - Modernizar a rede de equipamentos de proteção social
Construção, remodelação, ampliação e equipamento de unidades de atividades ocupacionais, integração dos imigrantes, repatriados.

EP 9 – Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade

- OE 9.1 - Requalificar a rede regional de infraestruturas rodoviárias e marítimas

Construção, beneficiação e modernização das redes viárias regional e municipal. Estacionamento, obras de arte, muros, correção de traçados, alargamento de faixas. Ampliação, modernização das infraestruturas portuárias comerciais e de pesca, incluindo a intervenção em cais, molhes, parques e terminais portuários.

- OE 9.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas

Equipamentos de segurança rodoviária, de sinalização, de gestão automática de tráfegos, de carga e descarga, de apoio à operação no mar, introdução de novas tecnologias de gestão dos sistemas, estudos, diagnósticos, planos diretores, de mobilidade.

- OE 9.3 - Ordenar o território

Planos de ordenamento do território, da orla costeira, das bacias hidrográficas, gestão do ambiente urbano, produção cartográfica de base digital.

- OE 9.4 - Aumentar a cobertura das redes de infraestruturas ambientais

Infraestruturas e equipamentos de abastecimento de água, de recolha tratamento e destino final de águas residuais e dos sistemas de recolha e tratamento de resíduos. Estudos, campanhas.

- OE 9.5 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental

Centros, de interpretação, de educação ambiental, valorização das áreas classificadas, construção e equipamento de infraestruturas ambientais, aquisições de equipamentos e instrumentos específicos, campanhas de educação ambiental, estudos e, projetos que visem ampliar o conhecimento sobre o património ambiental.

- OE 9.6 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos

Elaboração de estudos, de planos, sensibilização da população para a temática, monitorização dos riscos, construção beneficiação dos quartéis de bombeiros, aquisição de equipamento.

EP 10 - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade

- OE 10.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transporte no arquipélago

Compensação dos sobrecustos no serviço público de transporte aéreo inter-ilhas, no transporte de doentes e do sobrecusto e no transporte de resíduos.

- OE 10.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago

Modernização, qualificação e equipamento de aerogares. Realização de obras nas pistas. Aquisição de equipamento de placa.

EP 11- Assistência Técnica

Despesas relativas à gestão, acompanhamento, controlo e avaliação do programa.

O Anexo XI apresenta a regulamentação específica aplicável a cada eixo prioritário.

Beneficiários

O leque de beneficiários do programa é amplo, abrangendo as empresas que concorrem aos sistemas de incentivos ao investimento, e os departamentos do governo regional, as autarquias locais, os institutos públicos, o sector empresarial público, as associações sem fins lucrativos e a universidade, nas operações de natureza pública.

Financiamento

Em termos financeiros o PROCONVERGENCIA mantém a dotação do fundo estrutural FEDER de 966,3 milhões de euros, a que corresponde uma despesa pública total de cerca de 1,2 mil milhões de euros.

Com efeito, não foi alterado o nível das taxas de cofinanciamento, as quais já se encontravam desde o arranque do programa no patamar mais elevado, nem de transferências financeiras entre eixos com significado, à exceção da transferência entre o eixo prioritário VII e o eixo prioritário VIII concretizada em sede de reprogramação técnica.

Quadro 1.2 - Plano de Financiamento do PROCONVERGENCIA Financiamento Total FEDER, Contrapartida Nacional e Taxa de Cofinanciamento (Euros)								
EIXOS PRIORITÁRIOS	Financiamento Comunitário	Contrapartida Nacional	Repartição indicativa da contrapartida nacional		Financiamento Total	Taxa de Cofinanciamento	Contribuição do BEI	Outros Financiamentos
			Financiamento Público Nacional	Financiamento Privado Nacional				
	(a)	(b)=(c)+(d)	(c)	(d)	(e)=(a)+(b)	(f)=(a)/(e)	(g)	(h)
Eixo Prioritário VII - Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	304.444.353	53.725.474	53.725.474		358.169.827	85,00%		100.000.000
Eixo Prioritário VIII - Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	273.781.483	48.314.380	48.314.380		322.095.863	85,00%		
Eixo Prioritário IX – Coesão Territorial e Sustentabilidade	318.522.380	56.209.832	56.209.832		374.732.212	85,00%		
Eixo Prioritário X – Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	65.600.833	65.600.833	65.600.833		131.201.666	50,00%		
Eixo Prioritário XI - Assistência Técnica do Programa	4.000.000	705.882	705.882		4.705.882	85,00%		
TOTAL	966.349.049	224.556.401	224.556.401		1.190.905.450	81,14%		100.000.000

Autoridade de Gestão

O Governo dos Açores através da Resolução do Conselho de Governo nº112/2007, de 17 de Outubro, designou a Direção Regional de Estudos e Planeamento, atual Direção do Planeamento e Fundos Estruturais, como Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, devendo assegurar o exercício das competências definidas pelos regulamentos comunitários para as Autoridades de Gestão, receber a orientação política do órgão de direção política do PO e prestar as informações relevantes e pertinentes sobre a execução do Programa, designadamente no que respeita a realizações, resultados e impactos, aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN de auditoria e controlo e de certificação.

A autoridade de gestão, através de contratos de delegação de competências, associou organismos regionais especializados em gestão e acompanhamento da aplicação de sistemas de incentivos ao investimento privado de base regional.

A autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA apoia-se num secretariado técnico estruturado em unidades operacionais, com as seguintes funções: análise de candidaturas; análise e validação de despesa; acompanhamento e controlo interno; comunicação. Acresce ainda funções de Apoio Geral que são exercidas no âmbito do quadro do pessoal e das tarefas correntes da direção regional, onde o núcleo de informática assegura a manutenção e operacionalidade dos sistemas de informação, das aplicações correntes utilizadas, na manutenção e atualização do hardware e o apoio administrativo e de secretariado que assegura as comunicações, a conservação do arquivo e a atualização do Sistema de Gestão Documental (SGC).

Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento do PROCONVERGENCIA é responsável pelo exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários e desempenha a missão essencial de assegurar a participação dos municípios e dos parceiros económicos, sociais e institucionais.

Foi decidido, na observância do permitido pela regulamentação comunitária, que fosse criada apenas uma Comissão de Acompanhamento para os dois programas operacionais da Região com financiamento pelos fundos estruturais FEDER e FSE.

Em conformidade, em Outubro de 2007 foi elaborada e publicada a Resolução nº 108/2007, de 11 de Outubro, que define a constituição e as atribuições desta Comissão de Acompanhamento.

Autoridade de Certificação

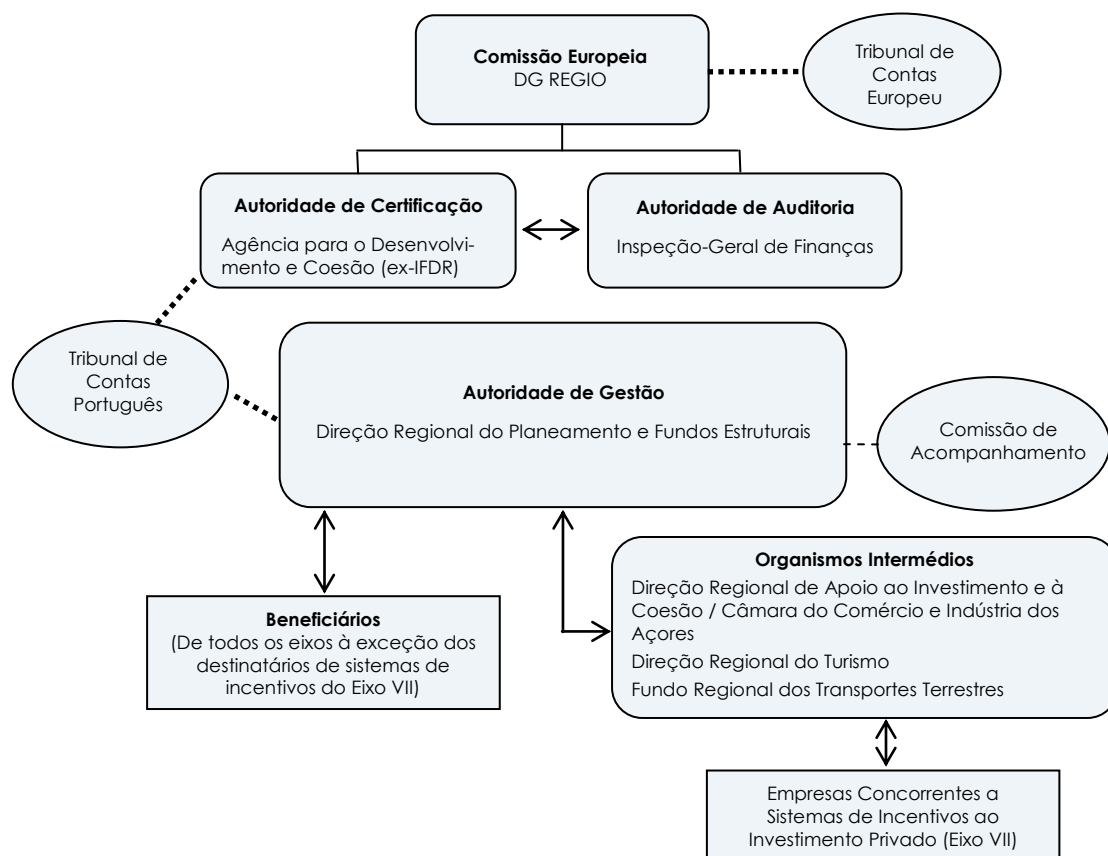
A nível nacional e na aceção do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, as funções de autoridade de certificação é exercida pelo anterior Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR, IP), atual Agência para o Desenvolvimento e Coesão, no que respeita ao FEDER e FC.

Autoridade de Auditoria

Finalmente, ainda no domínio do estado membro, na sequência dos períodos de programação anteriores e no quadro do Artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º1083/2006, as funções de autoridade de Auditoria são exercidas pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF).

Em termos esquemáticos a arquitetura do sistema de gestão e controlo é a seguinte:

Figura nº 1.1 – Modelo de Gestão



2. ASPECTOS GERAIS DA EXECUÇÃO DO PROCONVERGENCIA

2.0 Evolução da Envolvente Económica

Atividade Económica

O desempenho das atividades produtivas a nível mundial tem registado sinais de recuperação, mas revelando divergências económicas entre e dentro das grandes regiões, que poderão refletir mais efeitos de fatores estruturais do que cíclicos, com repercussões sobre a confiança, a evolução dos mercados e as opções nas políticas económicas.

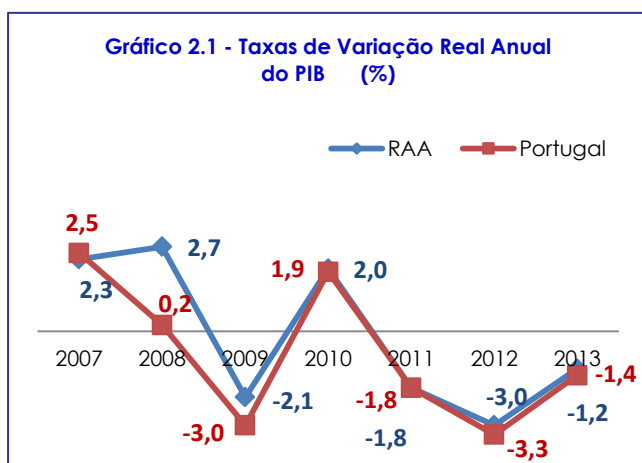
O crescimento económico nos Estados Unidos vem sendo mais forte, situando-se acima da média das economias desenvolvidas e prosseguindo através da continuação de melhorias nos mercados de trabalho e de habitação. No Reino Unido, o ritmo da atividade tem-se mantido robusto pelo impulso da procura interna, por sua vez incentivada por condições de crédito relativamente menos restritivas e pela descida da incerteza macroeconómica.

Na área do euro, as políticas orçamentais de cariz restritivo facilitaram saldos das administrações públicas mais equilibrados ou controlados. Todavia, com o abrandamento da procura interna registaram-se quedas nas produções de diversos países, atingindo o próprio nível agregado da área económica no seu conjunto. Incluem-se neste contexto países que também são os principais destinos das exportações portuguesas.

A nível nacional, os dados anuais preliminares do Produto Interno Bruto, calculados pelo INE para o ano de 2014, registaram um acréscimo em volume à taxa média anual de 0,9%, após três anos de recessão. O acréscimo decorre do contributo da procura interna, seguindo-se aos contributos positivos da procura externa líquida registados em anos anteriores. O contributo da procura interna resultou de forma significativa da componente com maior representatividade em termos de volume, a do consumo privado, mas também beneficiou de um aumento de investimento. Já o consumo público continuou a situar-se num campo económico restritivo, uma vez que apesar de revelar alguma desaceleração em relação às quebras mais intensas dos anos anteriores, ainda registou um decréscimo à taxa média anual de -0,5%. A procura externa líquida traduziu-se num contributo negativo para a evolução da atividade económica global, tendo o aumento das importações superado o acréscimo das exportações. Esta evolução negativa decorreu dos volumes

transacionados, já que os respetivos termos de troca contribuíram para ganhos de valor económico efetivo.

No quadro regional, o apuramento mais recente do PIB regional pelo sistema oficial de estatística reporta-se a 2013. Observa-se na figura seguinte que a evolução do crescimento económico na Região, durante este período de programação, foi praticamente coincidente com a evolução apurada a nível nacional, principalmente no período mais agudo do processo de ajustamento financeiro.



Quadro 2.1 - Produto Interno Bruto a preços correntes

Unid.: Milhões de Euros

Ano	Açores (MEUROS)	Portugal (MEUROS)	Açores / Portugal (%)
2007	3.603	175.469	2,05
2008	3.761	178.863	2,10
2009	3.729	175.448	2,13
2010	3.836	179.930	2,13
2011	3.760	176.167	2,13
2012p	3.633	169.668	2,14
2013p	3694	171.211	2,16

P - Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2006).

Os dados mais recentes sobre a evolução da atividade económica nos Açores revelam alguns sinais encorajadores.

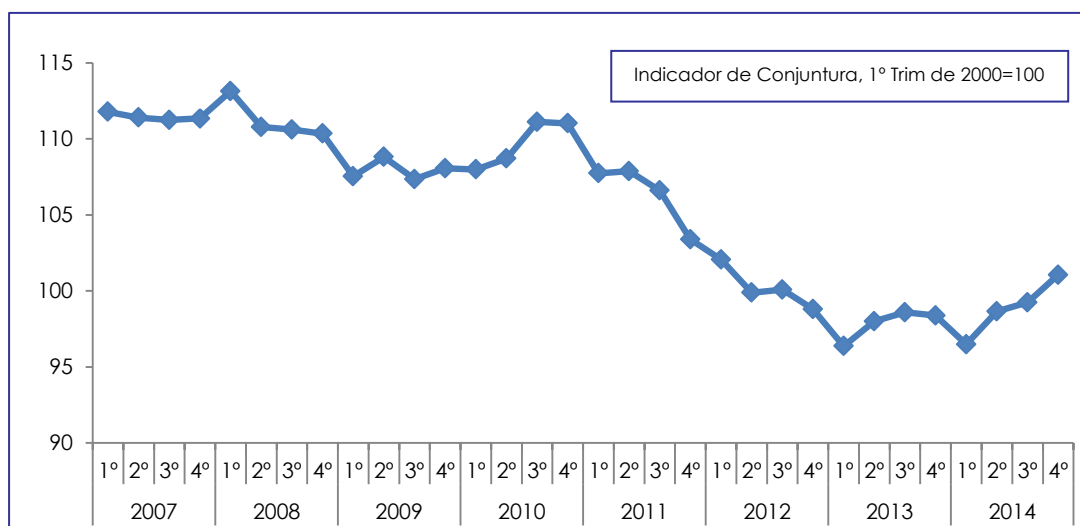
Tomando em consideração um conjunto de indicadores simples, relativos a atividade económica e com informação trimestral, estão disponíveis os dados de base para a construção do indicador sintético sobre a evolução da atividade económica dos Açores, após correção do efeito da sazonalidade. Face aos resultados obtidos com este exercício, quer numa análise em cadeia, quer em termos homólogos, mantiveram-se em termos gerais as variações positivas que já se tinham verificado no período precedente, mais concretamente durante a primeira metade do ano de 2013.

Na parte final do ano de 2014 observam-se maiores ritmos de crescimento: o indicador agregado tem um crescimento de 2%, quer comparando os trimestres homólogos, quer comparação com o trimestre anterior.

Em termos de indicadores simples, houve uma norma na evolução das produções: por um lado a pesca descarregada, no setor primário, e os indicadores relativos à construção civil (cimento vendido e licenças de construção), na área da indústria, mantiveram um decréscimo ao longo do ano, embora no caso da construção civil se registre um abrandamento do ritmo de decréscimo, em comparação com os anos precedentes. Nos demais indicadores verificam-se crescimentos dos respetivos valores que permitiram que a evolução a nível agregado fosse positiva.

Em termos anuais, 2014 poderá representar a inversão segura da tendência de decréscimo que se vinha registando sucessivamente desde 2010. Com uma boa margem de segurança poder-se-á afirmar que registou-se aumento de atividade económica nos Açores, com possível crescimento positivo do produto interno neste ano.

Gráfico 2.2 – Evolução da Conjuntura Económica



Fonte: Autoridade de Gestão - DRPFE

O Emprego

A evolução recente do mercado de trabalho mostra para o ano de 2014 um acréscimo do emprego, seja pela intensidade da taxa média anual de variação, de 2,3%, seja pela inversão que poderá representar em termos de ciclo económico.

Em 2014, o acréscimo de emprego repercutiu-se numa melhoria do nível de atividade, retirando da situação de desempregados elementos de população em idade ativa e favorecendo condições de reequilíbrios demográficos.

A taxa de desemprego dos Açores manteve-se relativamente elevada, embora com sinais de redução, o que não se observava pelo menos desde o ano de 2010.

Quadro 2.2 - Condição da População Perante o Trabalho					
	1000 Indivíduos				
	2010	2011*	2012*	2013*	2014*
População Ativa	118,4	120,6	120,6	119,8	121,6
Empregada	110,3	106,7	102,2	99,5	101,8
Desempregada	8,1	13,8	18,4	20,4	19,8
Tx. de Atividade (%)	48,2	49,0	48,9	48,6	49,1
Tx. de Atividade Feminina (%)	38,8	41,1	40,5	41,6	43,1
Tx. de Desemprego (%)	6,9	11,5	15,3	17,0	16,3

*Nova série.

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

O aumento do número de população empregada em 2014, mais de cerca de 2,3 mil indivíduos em relação a 2013, ocorreu principalmente no setor industrial, energia e água e marginalmente no setor primário. O setor da administração pública, defesa e segurança social obrigatória contribui positivamente para contrabalançar algumas perdas de emprego dentro do setor terciário, designadamente nas áreas do alojamento, restauração e similares e também no domínio do setor da educação.

Quadro 2.3 - População Ativa Empregada, por Sectores de Atividade					
	%				
	2010	2011*	2012*	2013*	2014
Sector Primário	11,3	12,7	14,3	12,9	12,7
Sector Secundário	23,8	19,9	15,9	14,5	15,5
Sector Terciário	64,9	67,4	69,8	72,6	71,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Nova série

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

2.1 A Execução do PROCONVERGENCIA

2.1.1 A Execução Material

O método

Neste ponto do relatório é efetuada uma análise global do desempenho da realização física do Programa com recurso, quer aos Indicadores Comuns Comunitários (*core indicators* - ICC), quer aos Indicadores Comuns nacionais (ICN).

Indicadores Comuns Comunitários – Os indicadores físicos e financeiros (de realização, de resultado), definidos pela Comissão Europeia. Estes indicadores têm o objetivo de permitir quantificar de forma agregada os efeitos da política de coesão da EU, bem como facilitar a comparação entre programas similares. Cada PO identifica os ICC e quantifica-os, de acordo com as tipologias de intervenção a apoiar.

As metas estabelecidas para estes indicadores no Programa são meramente indicativas e devem ser compreendidas como o seu contributo para as metas globais do QREN, nível a que deve reportar-se a aferição do seu cumprimento.

Indicadores Comuns Nacionais – O conjunto de indicadores selecionados a partir dos indicadores de eixo do PO, tendo em vista a quantificação das metas de desenvolvimento estabelecidas no QREN e a leitura agregada das intervenções realizadas pelo PO. Nesta linha, estes indicadores coincidem, em grande medida, com os Indicadores de Eixo/PO. Não foram definidas metas para estes indicadores.

Tomando por base a terminologia do quadro constante do Anexo VI do Regulamento (CE) nº 846/2009, a análise relativa aos ICC deve refletir os níveis de execução alcançados no final do período de 2014, sendo complementada com informação relativa aos valores de contratação, de modo a se obter uma visão mais aproximada dos níveis de concretização do Programa.

No respeito pela metodologia definida, a contribuição para a execução dos indicadores (realização executada) é assegurada por intermédio das operações que se encontram finalizadas, ou em condições de serem usufruídas pelos destinatários das mesmas, independentemente da execução financeira e da existência de intervenções por concluir, para o caso de operações que refletem a concretização de mais do que uma realização.

Pese embora os esforços realizados para garantir uma maior amplitude na recolha de dados fiáveis, subsistem algumas lacunas no que respeita à disponibilização de dados que expressem, de forma mais adequada, a execução real do Programa, sobretudo no que respeita a alguns indicadores de resultado, como é o caso do nº de empregos criados e a sua ventilação segundo o género.

Alguns desvios que possam ser considerados significativos devem-se apenas a atrasos no cumprimento das metas programadas, mantendo-se a expectativa do seu alcance à medida que se avança para a fase final do ciclo de gestão dos projetos.

A medida das realizações do Programa por área temática é explicável através de 24 Indicadores Comuns Comunitários, sendo que o indicador geral "empregos criados" apresenta-se desagregado por género e, o indicador "nº de projetos apoiados" no âmbito das ajudas diretas ao investimento nas PME é ainda desdobrado pelo "nº de start-up apoiadas".

A análise

A análise aos dados apresentados permite constatar níveis de acréscimo na realização executada da esmagadora maioria dos indicadores, face ao observado em 2013.

Em primeiro lugar, quanto à realização contratada verifica-se que, com exceção dos indicadores "empregos criados" que evidenciam níveis de desempenho aquém do programado, todos os restantes atingiram níveis de cumprimento das metas favoráveis, ultrapassando em algumas situações ligeiramente as metas previstas.

Ao nível do **Emprego criado**, verifica-se um valor de execução de 604 empregos efetivamente criados, dos quais 301 homens e 303 mulheres. A meta fixada é de 1.600 empregos, sendo 4 os empregos a criar em I&DT, 1.500 no âmbito das operações apoiados ao abrigo das ajudas diretas ao investimento em PME e 96 com origem na expansão das lojas cidadão /postos da Rede de Informação de Apoio ao Cidadão (RIAC). A taxa de realização executada é de 38% (604/1.600).

A realização contratada do indicador é substancialmente mais favorável, a qual regista um grau de aproximação à meta de 154%.

Subsiste assim, um significativo desvio entre os valores do emprego efetivamente criado, os quais decorrem das operações finalizadas (realização executada) e os valores dos empregos previstos criar associados às operações aprovadas (realização contratada), que é explicado em parte pelo ainda reduzido nº de operações em estado "concluído", em particular nos sistemas de ajudas às PME.

No âmbito da área temática **Investigação e desenvolvimento tecnológico**, o indicador "N.º de projetos de I&DT" apresenta uma taxa de realização-contratada de 95% e uma melhoria na taxa de execução, em relação ao passado, 67%. O indicador "N.º de projetos de cooperação empresas-instituições de investigação", mantém o valor de 6 projetos contratados (igual ao valor da meta), dos quais 5 já concluídos.

Na área temática **Ajudas diretas ao investimento nas PME**, o comportamento dos indicadores "Nº de projetos apoiados" e "Investimento total induzido" é bastante positivo quando compara os valores contratados com as metas (taxas de 115% e 99%, respetivamente), que perspetivam a criação de 2.363 empregos (meta de 1.500) e um volume de investimento induzido de 444,5 milhões de euros (meta de 450 milhões de euros).

Na área temática da **Sociedade de informação**, o indicador “Nº de projetos” apresenta um total de 47 projetos contratados (taxa de realização de 115%), e uma realização-executada de 55%. O indicador “acréscimo de população com acesso à banda larga”, satisfaz integralmente a meta prevista de 25.000.

Os 3 indicadores da área temática dos **Transportes** apresentam, quer valores contratados, quer valores executados, bastante positivos, que ultrapassam os valores das metas. O indicador “nº de projetos” apresenta um total de 173 projetos contratados (129 relativos a estradas, 12 relativos a portos de pescas, 19 relativos a portos comerciais e 13 a infraestruturas aéreas (OE 10.2)), superando a meta em 13. A realização executada tem um grau de aproximação à meta de 108%. Quanto aos indicadores “km de novas estradas” e “km de estradas remodeladas”, apresentam uma execução de 93% (28/30) e de 95% (567/600), respetivamente.

A evolução no desempenho da área temática do **Ambiente** tem-se revelado gradualmente positiva. Quer a realização contratada, quer a realização executada, relativas aos indicadores “Acréscimo de população servida pelos sistemas de abastecimento de água” e “Acréscimo de população servida pelos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais” apresentam taxa no intervalo de 99 a 105%. Por outro lado, o indicador “Nº de projetos de resíduos sólidos” apresenta 23 projetos contratados (22 executados), para uma meta de 25.

Na área temática **Prevenção de riscos** o indicador “Nº de projetos” apresenta um valor contratado que se aproxima da meta (34 contra 35). A taxa de execução face à meta ronda os 71%. Quanto ao indicador “População que beneficia das medidas de prevenção de riscos de incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (exceto cheias e inundações)” apresenta uma taxa de realização contratada de 107%, e de execução de 100%, face a uma meta de 150.000 habitantes.

A área temática do **Turismo** inclui 2 indicadores, “Nº de projetos” e “Nº de empregos criados”. O primeiro, apresenta 178 projetos contratados e 80 executados, o que equivale a taxas de realização de 89% e a 40%, respetivamente. O segundo, perante uma meta de 400, verifica-se uma taxa de contratação de 113% e uma taxa de execução de 39%.

Na área temática da **Educação**, o indicador “Nº de projetos” atingiu um valor de contratação que supera a meta (64/60). Os valores de execução têm vindo sempre a aumentar, sendo de 54 projetos concluídos no final de 2014 (taxa de execução de 90%). Os “alunos que beneficiam das intervenções” são estimados em 15.678, superando residualmente o valor da meta de 15.200. A taxa de execução deste indicador situa-se nos 98%.

A realização física da área temática da **Saúde**, evidenciada pelo comportamento do único indicador “Nº de projetos”, revela que, quer os valores de contratação, quer de execução, superam o valor da meta.

A área temática da “**Competitividade das cidades**” avaliada através do indicador “Projetos que visam estimular a atividade empresarial regional, o empreendedorismo e a utilização de novas tecnologias”, apresenta um valor contratado que se aproxima do valor da meta (98/100). A realização executada apresenta um grau de aproximação à meta de 85%.

A área temática da “**Inclusão social**” apresenta um ritmo de evolução significativamente crescente, em que o indicador “Nº de projetos” passou de uma realização contratada de 27 em 2009 para 111 em 2014, ultrapassando assim o valor da meta de 105. A taxa de execução do indicador face à meta é de 92%.

Quadro 2.4 – Realização Física

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Emprego Criado	1. Empregos criados	Realização - Contratada			862	1.181	1.181	1.293	2.179	2.456		2.456
		Realização - Executada					76	111	155	604		604
		Metas									1.600	1.600
	2. dos quais: homens	Realização - Contratada			n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
		Realização - Executada					43	58	90	301		301
		Metas										
	3. dos quais: mulheres	Realização - Contratada			n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
		Realização - Executada					33	53	65	303		303
		Metas										
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º projetos de I&DT	Realização - Contratada			7	37	55	58	57	57		57
		Realização - Executada				12	15	35	37	40		40
		Metas									60	60
	5. N.º de projetos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada			2	4	7	6	6	6		6
		Realização - Executada						1	2	5		5
		Metas									6	6
	6. Empregos na investigação criados	Realização - Contratada			4	4	4	4	4	4		4
		Realização - Executada								4		4
		Metas									4	4
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N.º de projetos	Realização - Contratada			230	374	479	534	859	981		981
		Realização - Executada			5	31	86	179	243	350		350
		Metas									850	850
	8. dos quais: n.º de start-ups apoiadas	Realização - Contratada			55	95	125	156	308	370		370
		Realização - Executada				3	15	33	57	91		91
		Metas									300	300

Quadro 2.4 – Realização Física

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	9. Empregos criados	Realização - Contratada			769	1.088	1.088	1.200	2.086	2.363	2.363
		Realização - Executada				76	111	155	511		511
		Metas								1.500	1.500
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Realização - Contratada			174,1	204,6	270,7	294,1	408,8	444,5	444,50
		Realização - Executada			1,4	71,2	107,5	140,8	189,6	227,2	227,20
		Metas								450	450
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Realização - Contratada			9	21	27	31	43	47	47
		Realização - Executada				3	11	14	20	26	26
		Metas								41	41
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização - Contratada					25.000	25.000	25.000		25.000
		Realização - Executada							2.200		2.200
		Metas								25.000	25.000
Transportes	13. N.º de projetos	Realização - Contratada		37	62	89	114	144	160	173	173
		Realização - Executada			40	60	85	113	132	159	159
		Metas								160	160
	14. N.º de Km de novas estradas	Realização - Contratada		1	9	12,42	23,42	25,02	28,02	28,52	28,52
		Realização - Executada			2	2,38	11,12	23,22	23,33	27,89	27,89
		Metas								30	30
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada		68	249	337,42	409,01	558,55	599,57	632,70	632,70
		Realização - Executada			155	263,42	324,56	390,53	465,31	567,42	567,42
		Metas								600	600
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água	Realização - Contratada		33.500	45.121	53.740	88.596	92.323	103.289	103.589	103.589
		Realização - Executada			33.500	34.953	43.508	86.421	90.217	100.727	100.727
		Metas								105.000	105.000
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais interencionados	Realização - Contratada			9.293	10.816	21.645	22.841	25.897	26.147	26.147
		Realização - Executada				6.171	15.526	18.523	22.841	25.847	25.847
		Metas								25.000	25.000
	27. N.º de projetos de resíduos sólidos	Realização - Contratada			2	5	15	19	22	23	23
		Realização - Executada			1	2	7	12	19	22	22
		Metas								25	25
Prevenção de Riscos	31. N.º de Projetos	Realização - Contratada		1	4	13	24	28	34	34	34
		Realização - Executada			2	5	13	17	22	25	25
		Metas								35	35
	33. População que beneficia de medidas	Realização - Contratada		149.929	149.929	149.929	149.929	149.929	149.929	161.158	161.158

Quadro 2.4 – Realização Física

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização - Executada			149.929	149.929	149.929	149.929	149.929		149.929
		Metas								150.000	150.000
Turismo	34. N.º de projetos	Realização - Contratada		58	120	128	129	170	178		178
		Realização - Executada		1	3	20	47	62	80		80
		Metas								200	200
	35. N.º de empregos criados (em equivalente a tempo inteiro)	Realização - Contratada		139	331	349	347	446	453		453
		Realização - Executada				16	34	42	156		156
		Metas								400	400
Educação	36. N.º de Projetos	Realização - Contratada	9	24	32	40	54	60	64		64
		Realização - Executada		7	20	27	36	47	54		54
		Metas								60	60
	37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada	3.500	7.364	8.733	11.838	14.963	15.504	15.678		15.678
		Realização - Executada		3.500	5.405	7.586	10.275	13.003	14.843		14.843
		Metas								15.200	15.200
Saúde	38. N.º de projetos	Realização - Contratada			5	8	12	13	14		14
		Realização - Executada			1	7	8	8	13		13
		Metas								13	13
Competitividade das Cidades	40. N.º de projetos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização de novas tecnologias	Realização - Contratada	11	25	53	71	89	98	98		98
		Realização - Executada		6	16	28	46	65	85		85
		Metas								100	100
Inclusão Social	41. N.º de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e inclusão social	Realização - Contratada	1	27	41	61	90	104	111		111
		Realização - Executada		9	23	34	58	85	97		97
		Metas								105	105

Ainda neste capítulo relativo à execução física do PROCONVERGENCIA há a considerar para efeitos de análise um conjunto de indicadores, designados de "**Indicadores Comuns Nacionais**", cujo quadro com a realização física, se encontra no Anexo I deste relatório.

Esta proposta nacional de indicadores encontra-se estruturada em "agendas", relacionadas com as áreas temáticas "fatores de competitividade", "valorização do território" e "potencial humano".

Sem prejuízo de uma consulta à tabela constante do Anexo I, indicam-se alguns dados quantificados sobre a execução do programa, agora nesta perspetiva.

Agenda Fatores de Competitividade

A análise sumária aos indicadores de realização e de resultado no âmbito da Agenda Fatores de Competitividade evidencia o seguinte:

Indicadores Realização

O indicador "Empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento" totaliza 891 empresas contratadas (mais 99 que em 2013), das quais 225 são empresas dos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia e 370 dizem respeito a novas empresas start-up, sendo que destas 136 são novas empresas/start-up dos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

O investimento total nos projetos de apoios a empresas beneficiárias dos sistemas de incentivos ascendeu a um valor contratado de 439,7 milhões de euros (398 milhões de euros de investimento elegível).

O desempenho do indicador "Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira" aponta para um total de 527 empresas apoiadas. Esta realização representa uma redução de 1.153 empresas apoiadas face ao valor de 2013, em razão da rescisão do apoio comunitário a 2 operações relativas a linhas de crédito (conforme apresentação em ponto específico do relatório - acompanhamento e avaliação).

O indicador "Investimento total em projetos de cooperação empresas-instituições de investigação" manteve praticamente inalterado o nível de realização contratada de 24,5 milhões de euros, sendo que os valores de execução, associados aos projetos concluídos, aumentaram para 12,5 milhões de euros (mais 21% que em 2013).

Quanto aos restantes indicadores no âmbito desta agenda, verifica-se que não houve alterações significativas relativamente aos 2 anos anteriores, quer das áreas infraestruturadas, nos parques de C&T (16.178 m²), nas incubadoras de empresas (4.849m²) e para acolhimento empresarial (3.781m²), quer ainda do "nº de lojas cidadão/centros multiserviços e balcões únicos novos e/ou remodelados" (26).

Indicadores Resultados

- O "VAB gerado pelas empresas apoiadas na situação pós-projeto", situa-se nos 590,1 milhões de euros de realização contratada, o que corresponde a mais 198 milhões de euros que o "VAB gerado pelas empresas apoiadas na situação pré-projecto". A taxa de execução do indicador é de 39,6%;
- O "VAB gerado pós-projeto pelas empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia" perfaz um valor contratado de 40,1 milhões de euros, mais 32,5 milhões de euros que o VAB gerado por aquelas empresas em situação pré-projecto. A taxa de execução do indicador é de 40%;

- O valor das "Vendas das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, na situação pós-projecto", apresenta um valor contratado de 2.218 milhões de euros, mais 411 milhões de euros que o valor das vendas daquelas empresas em situação pré-projecto. A taxa de execução do indicador é de 40%;
- A "população servida pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos" atingiu 184.690 habitantes; taxa de execução de 100%;

Agenda Valorização do Território

No âmbito da Agenda Valorização do Território a análise sumária aos indicadores de realização e de resultado permite destacar em termos acumulados o seguinte:

Indicadores Realização

- Contratados 661 km de rede viária (nova e beneficiada), mais 33 km que em 2013; taxa de execução de 90%;
- Contratados 97 km de rede de abastecimento de água nos sistemas em baixa e alta (nova e remodelada); grau de execução de 84%;
- Contratados 24 km de coletores de drenagem de águas residuais; 73% executados;
- Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) valorizados organicamente, 2.574 ton./ano; 100% executado;
- Contratada e executada, 1 ação de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos.
- Contratadas e executadas 80 operações de gestão ativa de espaços protegidos e classificados, abrangendo uma área intervencionada de 2.253 ha.
- Contratados 9 projetos de combate à erosão e defesa do litoral (grau de execução de 67%).
- Contratados 24 projetos de prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos (18 executados).
- Contratado 1 projeto de recuperação do passivo ambiental, totalmente executado.

Indicadores Resultado

- Cerca de 35,6 mil habitantes abrangidos pela ação de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos (14,5% da população total); totalmente executado.
- 2.253 ha de área abrangida pela gestão ativa de espaços protegidos e classificados; totalmente executado.
- Cerca de 24.500 habitantes abrangidos por 24 planos de emergência de proteção civil contratados (10% da população, total); taxa de execução de 63%.
- Contratados 44 equipamentos sociais, abrangendo cerca de 3.081 utilizadores; taxa de execução de 93%.

- Contratados 43 equipamentos desportivos, abrangendo cerca de 31.188 jovens (12,7% da população total); taxa de execução de 91%.
- Contratados 29 equipamentos culturais, abrangendo cerca de 200 mil habitantes (82% da população total); taxa de execução de 80%.
- Contratados 16 equipamentos/unidades de saúde, abrangendo cerca de 240.619 habitantes (98% da população total).
- Variação positiva de 95,0% na taxa de desvio de RUB para aterro.
- Contratado e totalmente executado uma extensão de 2,84km de linha de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira.
- Executados 8,2% dos 17,5% do território coberto por planos de emergência contratados.

Agenda Potencial Humano

A análise sumária aos indicadores de realização e de resultado no âmbito da Agenda Potencial Humano permite destacar o seguinte:

Indicadores Realização

- Contratadas 52 intervenções em Centros Escolares do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar (taxa de execução de 94%);
- Contratadas e executadas 2 intervenções em Escolas do 2º e 3º ciclos do ensino básico;
- Contratadas 7 intervenções em Escolas do ensino secundário (taxa de execução de 71%);
- Contratadas e executadas 2 intervenções em pólos de ensino universitário;
- Contratadas 5 intervenções em Centros de formação profissional (taxa de execução de 80%).

Indicadores Resultado

Os resultados são avaliados através da população-alvo atingida. Assim, as intervenções contratadas abrangem um total de 15.678 alunos (9.724 do 1º ciclo e do pré-escolar, 1.125 do 2º e 3º ciclos, 2.559 do ensino secundário, 817 do ensino universitário e 1.453 formandos do ensino profissional).

Em termos de valores de execução, cerca de 90% das intervenções contratadas estão concluídas/em condições de serem utilizadas, abrangendo um total de 14.843 alunos beneficiados.

2.1.2 A Execução Financeira do PROCONVERGENCIA

A execução financeira do Programa atingiu no final de 2014 um total de 1.106,2 milhões de euros de despesa pública, a que corresponde um **FEDER de 928,7 milhões de euros**, dos quais 39,2 milhões de euros de execução derivados da aplicação do mecanismo de derrogação, vulgo Top-up.

Globalmente o Programa apresenta uma **taxa de execução de 96,1%**, correspondendo a um acréscimo de 13,6 pontos percentuais ao verificado no ano de 2013.

Em termos acumulados, regista-se um total de **1.682 operações aprovadas** (mais 157 que no final de 2013), o equivalente a um **custo total elegível de 1.557,7 milhões de euros**, a uma **despesa pública de 1.344,6 mil milhões de euros** e a uma **participação comunitária de 1.129,3 milhões de euros**.

A **taxa de compromisso** (relação entre o valor aprovado e o valor programado) avaliada em termos do Fundo **é de 116,9%** (111,9% em 2013).

A taxa de compromisso do programa é, em grande medida, resultante do volume de aprovações registado nos anos anteriores, pelo facto de, já em 2013 o Programa apresentar uma situação de *overbooking*, sendo que, no ano de reporte, em termos absolutos, o acréscimo de FEDER comprometido foi apenas de 47,7 milhões de Euros.

Verifica-se que todos os Eixos prioritários (EP) registam taxas de aprovação superiores a 100%, com dimensão variável, que oscila entre os 107,8% no EP 9 e 122,7% no EP 8.

O Eixo 7 – Dinamizar a criação de riqueza e emprego apresenta o maior montante de *overbooking* (67,1 milhões de euros), que se justifica na medida em que, as operações enquadradas em regimes de auxílios, sofrem quebras bastante significativas, quer por via das rescisões, quer ao nível da execução.

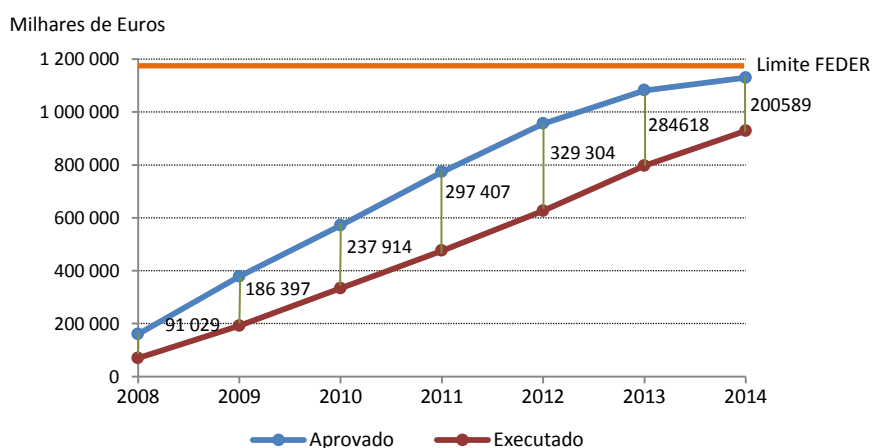
Os valores de *overbooking* do Eixo 8 - Qualificar e integrar a sociedade açoriana e do Eixo 9 – Promover a coesão territorial e a sustentabilidade de respetivamente, 62 milhões de euros e 24,8 milhões de euros, constituem “almofadas” relevantes a utilizar para efeitos de compensar os eventuais desvios que se vierem a identificar em sede de encerramento do PO.

Quadro 2.5 – Execução Financeira por Eixo									
	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compro- misso (AP/PR)	Taxa de exe- cução (EX/PR)	Taxa de reali- zação (EX/AP)
TOTAL	1.190.905.450	966.349.049	1.344.614.584	1.129.336.595	1.106.191.534	928.747.959	116,9%	96,1%	82,2%
EP VII Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	358.169.827	304.444.353	428.803.609	371.512.598	291.336.770	254.500.785	122,0%	83,6%	68,5%
EP VIII Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	322.095.863	273.781.483	377.565.443	335.842.819	312.678.919	280.689.274	122,7%	102,5%	83,6%
EP IX Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade	374.732.212	318.522.380	391.667.907	343.341.484	362.467.958	318.521.527	107,8%	100,0%	92,8%
EP X Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	131.201.666	65.600.833	141.735.356	74.289.247	135.346.909	71.095.023	113,2%	108,4%	95,7%
EP XI Assistência Técnica	4.705.882	4.000.000	4.842.270	4.350.447	4.360.979	3.941.350	108,8%	98,5%	90,6%

Fonte: Sistema de Informação do PO.

A **taxa de realização** do programa atingiu uma taxa de **82,2%**, (mais 8,5 pontos percentuais que em 2013).

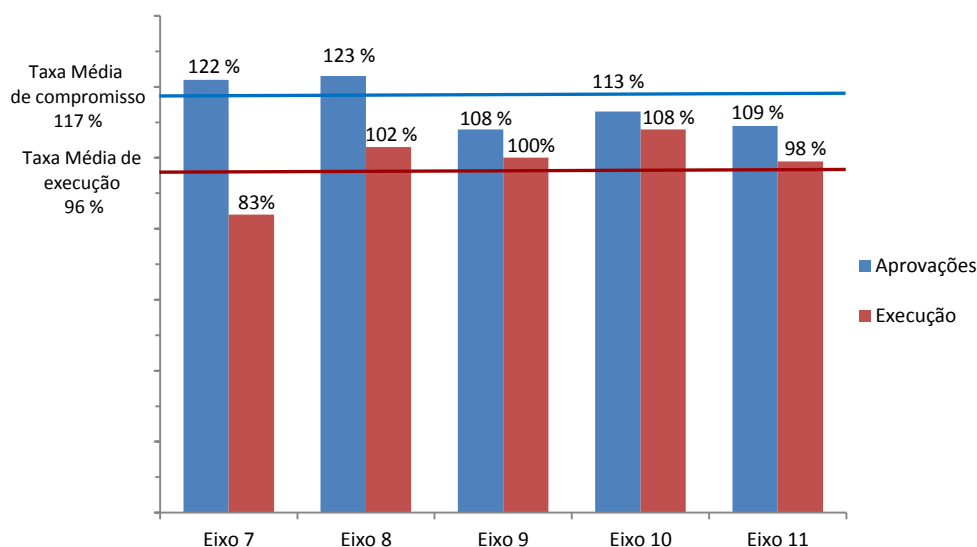
Gráfico 2.3 - Evolução do diferencial entre montantes aprovados e executados (Fundo)



Face a uma esperada desaceleração dos níveis de compromissos assumidos, assiste-se a um acréscimo nos níveis de execução, contribuindo assim para a diminuição do diferencial entre os

montantes aprovados com overbooking, e os montantes executados (200,6 milhões de euros em 2014, o valor do diferencial mais baixo registado no período 2010-2014).

Gráfico 2.4 - Taxas de compromisso e execução



Quadro 2.6 – Comparação entre o Fundo Programado e o fundo Executado no Programa, por anos

Unid.: 1.000 euros									
Anual	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
FEDER programado	129.985,50	132.585,20	135.236,90	137.941,60	140.700,50	143.514,50	146.384,80		966.349,00
FEDER aprovado	0,00	160.440,92	217.546,40	192.994,99	202.184,87	182.562,62	125.912,46	47.694,34	1.129.336,60
FEDER executado	0,00	69.411,70	122.178,70	141.477,60	142.692,40	150.665,80	170.598,30	131.723,50	928.748,00
Diferencial Executado - aprovado	0,00	-91.029,22	-95.367,70	-51.517,39	-59.492,47	-31.896,82	44.685,84	84.029,16	
Taxa execução (Ex/Pr)	0,00	52,35	90,34	102,56	101,42	104,98	116,54		
Acumulado									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
FEDER programado	129.985,50	262.570,70	397.807,60	535.749,20	676.449,70	819.964,20	966.349,00		
FEDER aprovado	0,00	160.440,92	377.987,32	570.982,31	773.167,18	955.729,80	1.081.642,26	1.129.336,60	
FEDER executado	0,00	69.411,70	191.590,40	333.068,00	475.760,40	626.426,20	797.024,50	928.748,00	
Diferencial Executado - aprovado	0,00	-91.029,22	-186.396,92	-237.914,31	-297.406,78	-329.303,60	-284.617,76	-200.588,60	
Taxa execução (Ex/Pr)	0,00	26,44	48,16	62,17	70,33	76,40	82,48		

A evolução da execução ao longo do período de programação, identifica um período inicial com taxas de crescimento mais elevadas (2009 e 2010), seguido de um período de 2 anos com taxas de acréscimo dos valores da execução menores. As taxas de crescimento associadas às operações enquadradas em regimes de auxílio e em instrumentos de engenharia financeira, são superiores às obtidas pelas operações de natureza pública.

Quadro 2.7 – Evolução da Execução do PO por Anos de Programação									
	Operações públicas			Operações Sistemas de incentivos			Total PO		
	CTEleg	FEDER	Tx. Cresc. (%)	CTEleg	FEDER	Tx. Cresc. (%)	CTEleg	FEDER	Tx. Cresc. (%)
2008	87.466	69.412		0	0		87.466	69.412	
2009	231.113	182.643	163	23.729	8.948		254.842	191.591	176
2010	387.435	305.560	67	71.210	27.508	207	458.645	333.068	74
2011	553.172	433.705	42	107.499	42.055	53	660.671	475.760	43
2012	697.561	568.396	31	140.808	58.030	38	838.369	626.426	32
2013	854.565	714.507	26	189.651	82.518	42	1.044.216	797.025	27
2014	994.893	833.985	17	227.209	94.763	15	1.222.102	928.748	17

Ao nível da execução por Eixos, apenas o EP 7 e o Eixo da Assistência Técnica registam taxas de execução que não superam o valor programado.

O maior desvio verifica-se ao nível do EP 7, cuja taxa de execução é de 83,6% (cerca de 50 milhões de euros para atingir o programado). Não estando estruturada a programação por objetivo específico, identifica-se no entanto, que a situação que mais concorre para aquele desvio é a execução ao nível do objetivo específico 7.1 - Qualificar o investimento empresarial.

Considerando a situação com overbooking, os valores da realização estão aquém dos valores aprovados, com particular acuidade para o Eixo 7 (taxa de realização de 68,5%, correspondendo a um desvio de 117 milhões de euros) e para o Eixo 8 (taxa de realização de 83,6%, correspondendo a um desvio de 55,2 milhões de euros).

As taxas de realização acima dos 90% nos restantes Eixos, permitem antecipar a plena execução dos valores aprovados.

Quadro 2.8 – Projetos Concluídos e em Conclusão

Projetos / EP / PO	Nº Proj.	Aprovado		Executado	
		Custo Total Elegível	Fundo	Custo Total Elegível	Fundo
Eixo Prioritário 7					
Encerrados com saldo pago	130	91.585.307,01	81.141.989,75	91.570.897,05	81.129.741,33
Encerrados com relatório final (AG)					
Concluídos fisicamente	322	170.114.870,13	98.426.906,32	155.460.913,71	90.977.957,27
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	11	33.118.255,87	29.006.191,68	32.653.298,29	28.610.977,73
Eixo Prioritário 8					
Encerrados com saldo pago	83	122.171.641,74	105.994.756,00	120.482.553,10	104.559.030,66
Encerrados com relatório final (AG)					
Concluídos fisicamente	48	124.450.446,33	101.683.325,15	115.684.742,96	94.232.475,83
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	24	62.904.445,67	57.568.333,85	60.625.186,04	55.630.963,17
Eixo Prioritário 9					
Encerrados com saldo pago	180	210.041.124,47	183.180.441,87	209.980.388,73	183.128.816,50
Encerrados com relatório final (AG)					
Concluídos fisicamente	63	85.108.702,44	69.767.623,61	80.393.649,43	65.759.828,94
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	58	62.448.388,56	55.655.903,39	58.586.070,57	52.372.933,06
Eixo Prioritário 10					
Encerrados com saldo pago	9	96.640.464,72	51.741.801,13	96.640.464,72	51.741.801,10
Encerrados com relatório final (AG)					
Concluídos fisicamente	5	3.942.911,91	3.351.474,96	3.607.962,20	3.066.768,10
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	6	27.639.826,09	13.819.913,04	27.069.733,80	13.534.866,90
Eixo Prioritário 11					
Encerrados com saldo pago	1	669.357,75	568.954,09	669.357,75	568.954,09
Encerrados com relatório final (AG)					
Concluídos fisicamente	4	2.842.270,09	2.502.091,03	2.607.778,43	2.302.773,13
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)					
Total PO					
Encerrados com saldo pago	403	521.107.895,69	422.627.942,84	519.343.661,35	421.128.343,68
Encerrados com relatório final (AG)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Concluídos fisicamente	442	386.459.200,90	275.731.421,07	357.755.046,73	256.339.803,27
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	99	186.110.916,19	156.050.341,96	178.934.288,70	150.149.740,86

A análise sumária aos dados da tabela 2.3, revela o seguinte:

- 1 - Cerca de 56% (944 / 1.682) das operações aprovadas no programa encontram-se concluídas ou em conclusão;
- 2 - Dasquelas, 43% encontram-se encerradas e com o saldo final pago e 47% estão fisicamente concluídas.

Os projetos que já submeteram relatório final e que aguardam a sua aprovação pela autoridade de gestão, na sequência da realização das respetivas visitas de acompanhamento, são 10,5% do total.

2.1.3 Fluxos Financeiros

Realização financeira

Dando cumprimento ao estabelecido no Regulamento CE 1828/2006, de 8 de Dezembro, apresenta-se de seguida o quadro de realização financeira, cujo conteúdo foi atualizado de acordo com o quadro constante do Anexo I do Regulamento (EU) nº 832/2010, que reflete as certificações de Despesa enviadas à CE acumuladas a 31 de Dezembro de 2014.

Quadro 2.9 - Realização Financeira					
Unidade: Euro					
Eixo Prioritário	Financiamento total do Programa Operacional (União e Nacional)	Base de cálculo da contribuição da União (Custo Público ou Total)	Total da despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Taxa de execução %
EP VII Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	358.169.827,00		285.860.949,27	285.860.949,27	
FEDER	358.169.827,00	Despesa Pública	285.860.949,27	285.860.949,27	79,8%
EP VIII Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	322.095.863,00		309.176.859,53	309.176.859,53	
FEDER	322.095.863,00	Despesa Pública	309.176.859,53	309.176.859,53	96,0%
EP IX Coesão Territorial e Sustentabilidade	374.732.212,00		354.250.479,24	354.250.479,24	
FEDER	374.732.212,00	Despesa Pública	354.250.479,24	354.250.479,24	94,5%
EP X Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	131.201.666,00		123.710.198,60	123.710.198,60	
FEDER	131.201.666,00	Despesa Pública	123.710.198,60	123.710.198,60	94,3%
EP XI Assistência Técnica	4.705.882,00		4.272.197,96	4.272.197,96	
FEDER	4.705.882,00	Despesa Pública	4.272.197,96	4.272.197,96	90,8%
Total PO	1.190.905.450,00		1.077.270.684,60	1.077.270.684,60	90,5%

Os montantes apresentados neste quadro diferem dos constantes no Quadro 2.5, por se referirem à despesa elegível certificada até ao final de 2014. Por outro lado, as taxas de execução aqui

apresentadas estão calculadas com base na despesa pública, ao passo que no Quadro 2.5 o cálculo foi efetuado com base no montante da comparticipação FEDER.

Certificações de Despesa

Em 2014 foram apresentados à Comissão Europeia **2 pedidos de certificação de despesa**, com um **valor agregado de 62,7 milhões de euros**.

Em termos acumulados foram já apresentados pela AG 28 pedidos de certificação (1 em 2008, 4 em 2009, 4 em 2010, 5 em 2011, 6 em 2012, 6 em 2013 e 2 em 2014), havendo ainda a reportar 1 pedido formulado diretamente pelo IFDR em 2011, o qual integrou todos os pedidos de pagamento que permitiam o reembolso, com efeitos retroativos, da aplicação do mecanismo de derrogação (vulgo Top-up).

Quadro 2.10 - Certificados de Despesa e Pedidos de Pagamento						
Enviados à CE em 2014						
Nº Pedido IFDR	Nº Pedido/ Ano	Data de Corte da Despesa	Data da Certificação	Montante PP à CE		
				Reembolso	Top-Up	Total
2013/RAAFDR/FEDER/12	1º/2014	31-12-2013	02-02-2014	18.489.964,84	2.175.289,998	20.665.254,82
2014/RAAFDR/FEDER/1	2º/2014	27-02-2014	03-03-2014	40.848.074,97	1.141.625,91	41.989.700,88
2014/RAAFDR/FEDER/2	3º/2014	21-05-2014				
2014/RAAFDR/FEDER/4	4º/2014	22-10-2014				
Total				59.338.039,81	3.316.915,89	62.654.955,70

Quadro 2.11 - Pedidos de Pagamento Enviados à CE em 2014 e Acumulados, por Eixo Prioritário						
Unidade: Euro						
Eixo Prioritário	2014			Total Acumulado		
	Total das despesas elegíveis, pagas pelos beneficiários	Contribuição Pública correspondente	Montante PP à CE	Total das despesas elegíveis, pagas pelos beneficiários	Contribuição Pública correspondente	Montante PP à CE
EP VII - Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	59.192.384,82	59.192.384,82	30.948.391,60	285.860.949,27	285.860.949,27	237.537.776,94
EP VIII - Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	51.578.959,69	51.578.959,69	16.634.323,61	309.176.859,53	309.176.859,53	249.162.217,18
EP IX - Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade	43.705.255,24	43.705.255,24	14.056.199,16	354.250.479,24	354.250.479,24	289.819.380,75
EP X - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	0,00	0,00	0,00	123.710.198,60	123.710.198,60	65.600.833,00
EP XI - Assistência Técnica	1.655.246,09	1.655.246,09	1.016.041,33	4.272.197,96	4.272.197,96	3.435.210,00
Total	156.131.845,84	156.131.845,84	62.654.955,70	1.077.270.684,60	1.077.270.684,60	845.555.417,87

Transferências da CE

No ano de **2014 foi transferido pela Comissão Europeia**, para a conta titulada pelo IFDR, o montante de 85.930.834,29 euros, dos quais 76.499.795,95 euros relativos a reembolsos e 9.431.038,34 euros por conta da aplicação do mecanismo de derrogação, vulgo Top-up.

Em termos acumulados até 31 de dezembro de 2014 **os pagamentos da CE totalizam 918.031.596,55 euros**, em que 72.476.178,68 euros são pré-financiamento, 795.302.228,59 euros constituem reembolsos e 50.253.189,28 euros de pagamentos Top-up.

Transferências para a RAA

No caso específico do PROCONVERGENCIA, compete à Autoridade de Gestão não só validar a despesa realizada pelos beneficiários, mas também proceder aos pagamentos da comparticipação comunitária.

Para este efeito, o IFDR efetua as transferências financeiras para esta Autoridade de Gestão, com base nos pedidos de certificação de despesa emitidos pela AG, em conformidade com estipulado no artigo 27º do Regulamento Geral do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão em vigor.

Em 2014 as **transferências efetuadas pelo IFDR** para a conta do PO PROCONVERGENCIA, à medida das necessidades de execução e em função dos pedidos emitidos e das disponibilidades de tesouraria, **totalizaram o montante de 110.572.183,67 euros**, correspondendo em termos acumulados ao montante de **958.793.785,12 euros**.

Quadro 2.12 - PROCONVERGENCIA - Ponto de Situação dos Fluxos Financeiros - 31-12-2014						
Recebimentos da CE					Transferências p/ RAA	
Data	Pré-financiamento	Ano	Reembolsos CE	Total	Ano	Montante
30-Out-07	19.326.980,98			19.326.980,98	2007	9.326.980,98
21-Abr-08	28.990.471,47			28.990.471,47	2008	59.045.142,65
20-Abr-09	24.158.726,23	2009	107.000.275,94	131.159.002,17	2009	132.460.621,13
		2010	175.903.923,81	175.903.923,81	2010	150.000.000,00
		2011	161.180.723,43	161.180.723,43	2011	140.000.000,00
		2012	177.214.078,38	177.214.078,38	2012	172.656.322,31
		2013	138.325.582,02	138.325.582,02	2013	184.732.534,38
		2014	85.930.834,29	85.930.834,29	2014	110.572.183,67
Total	72.476.178,68	Total	845.555.417,87	918.031.596,55	Total	958.793.785,12

Pagamentos aos Beneficiários Finais

Os pagamentos realizados pela Autoridade de Gestão aos beneficiários totalizaram, durante o ano de 2014, o montante de 108,5 milhões de euros.

Em termos acumulados, até ao final de 2014 foram transferidos para os beneficiários do programa, 951,7 milhões de euros, dos quais 98,4% relativos a reembolsos e 14,7 milhões de euros referentes a pedidos de pagamento sobre a forma de adiantamento, contribuindo-se assim para atenuar as dificuldades de liquidez reveladas pelos beneficiários.

O Regulamento (UE) 1297/2013, de 11 de dezembro, prolongou a aplicação das medidas adotadas pelo Regulamento (UE) 1311/2011, que permitiram um aumento dos pagamentos intermédios feitos ao abrigo dos Fundos correspondente a 10 pontos percentuais acima da taxa de cofinanciamento aplicável a cada eixo prioritário, no caso dos Estados-Membros que enfrentam graves dificuldades de estabilidade financeira e que tenham pedido, como é o caso de Portugal, para beneficiar desta medida. Até 31/12/2014, esta medida originou para o programa um montante pago pela CE de 50,3 milhões de euros.

Em 2014, a aplicação do **mecanismo Top up** aos pedidos de pagamento apresentados, envolveu um montante financeiro de 3,83 milhões de euros. A distribuição por Eixo dos valores acumulados dos pagamentos Top-up revela uma maior incidência a nível do Eixo 8 (38%), seguidos dos Eixos 9 (26,5%) e 7 (26%).

Quadro 2.13 - Pagamentos aos beneficiários por Eixo Prioritário até 31.12.2014					
Unidade: Euro					
Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Fundo pago ao Beneficiário (PG)				
	Total	Adiantamentos certificáveis	Adiantamentos não certificáveis	Reembolsos	Do qual Top-Up
Total	951.664.540,40	0,00	14.716.141,37	936.948.399,03	39.235.205,46
EP7 - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores	269.056.468,81	0,00	2.739.420,41	266.317.048,40	10.243.163,59
EP8 - Qualificar e integrar a sociedade açoriana	285.904.933,56	0,00	7.263.508,25	278.641.425,31	14.912.192,70
EP9 - Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade	319.192.925,12	0,00	1.804.035,21	317.388.889,91	10.423.763,17
EP10 - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	73.633.660,22	0,00	2.909.177,50	70.724.482,72	3.421.568,76
EP11 - Assistência Técnica do Programa	3.876.552,69	0,00	0,00	3.876.552,69	234.517,24

Cumprimento da Regra "n+2" em 2014 e nível de cumprimento para 2015

O que é

O Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho, estabelece que é automaticamente anulada, pela Comissão, a parte de uma autorização orçamental relativa a um Programa

Operacional que não tenha sido utilizada até 31 de Dezembro do segundo ano seguinte ao da autorização orçamental ("n+2").

No mesmo Regulamento define-se, ainda, que para um conjunto de Estados-Membros, no qual se inclui Portugal, cujo PIB, entre 2001 e 2003 foi inferior a 85% da média da UE-25, o prazo referido é de três anos, para as autorizações orçamentais de 2007 a 2010 ("n+3").

De acordo com a alteração introduzida pelo Regulamento (UE) n.º 539/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de junho, ao nível da definição dos prazos para a anulação automática de autorizações, a primeira vez em que a Comissão Europeia aferiu se os Programas Operacionais de Portugal cumpriram a regra que pode levar à anulação automática de verbas relativas ao período de programação 2007-2013, foi no ano 2011.

Cumprimento da Regra

No quadro seguinte apresentam-se, por ano, as dotações regulamentarmente estabelecidas para o Programa, no que se refere às Regras n+3 e n+2.

Quadro 2.14 – Aplicação das Regras n+3 e n+2				
				Unidade: 1.000 Euro
Anos Programação	Dotação	Ano aplicação regra	Meta n+3	Meta n+2
2007	129.986		21.664	
2008	132.585	2011	81.773	
2009	135.237	2012	238.675	
2010	137.942	2013	398.281	
2011	140.701	2013		560.646
2012	143.515	2014		725.826
2013	146.385	2015		966.349

A despesa certificada em pedidos de pagamento intermédios (PPI), do PROCONVERGENCIA, até final de 2014, formalizados à CE pelo IFDR, enquanto Autoridade de Certificação, **permite verificar o cumprimento da meta estabelecida para 2014.**

Quadro 2.15 – Cumprimento da Regra N+2						
						Unidade: 1.000 Euro
	Programação Fundo 2007-2013	Meta n+2 a cumprir a 31.12.2014	Meta n+2 a cumprir a 31.12.2015	Montante certificado acumulado 2014	% da Meta n+2 em 2014 certificada até ao final de 2014	% da Meta n+2 em 2015 certificada até ao final de 2014
PROCONVERGENCIA	966.349	725.826	966.349	845.555	116,5	87,5

2.1.4 Aspetos Complementares da Execução

A informação do apoio da União aprovado, acumulado por combinação das diferentes categorias de dimensão, nos termos previstos na parte C do Anexo II do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de Setembro, será apresentada em complemento ao presente relatório, para envio à CE via SFC 2007.

Apresenta-se de seguida a repartição da utilização dos fundos, ventilada por cada uma das seguintes categorias de dimensão: Formas de Financiamento, Tipo de Território, Atividade Económica, Localização e Temáticas Prioritárias.

Análise por Formas de Financiamento

O Programa prevê uma repartição da contribuição do Fundo entre "Ajuda não reembolsável" com uma dotação de 906,3 milhões de euros (94% do total) e "Ajuda na modalidade de empréstimo, bonificação de juros, garantia" com uma dotação de 60 milhões de euros (6% do total).

A forma de financiamento "Ajuda não reembolsável" está prevista utilizar em todos os Eixos prioritários, enquanto a "Ajuda na modalidade de empréstimo, bonificação de juros, garantia", tem aplicação exclusiva no EP7 - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores, e mais concretamente nas no âmbito do Objetivo específico 7.1 - Qualificar o investimento empresarial, no âmbito das operações apoiadas por instrumentos de engenharia financeira.

A informação relativa à repartição da contribuição comunitária aprovada e executada por formas de financiamento apresenta, em 2014, os seguintes resultados:

Quadro 2.16 - Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Formas de Financiamento					
Unidade: Euro					
Código	Designação	Componente Fundo			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	1.674	1.105.845.267	926.178.113	83,8%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	8	23.491.328	2.569.846	10,9%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)	0	0	0	0,0%
4	Outras modalidades de financiamento	0	0	0	0,0%
	TOTAL	1.682	1.129.336.595	928.747.959	82,2%

No âmbito da forma de financiamento "**Ajuda não reembolsável**" estão **aprovadas 1.674 operações** envolvendo uma contribuição do Fundo de 1.105,8 milhões de euros (taxa de aprovação de 118,1%); por outro lado, no âmbito da modalidade "**Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)**" estão

aprovadas 8 operações, envolvendo um montante de Fundo de 23,5 milhões de euros (taxa de aprovação de 84,3%).

Em termos de execução, verifica-se que a modalidade de financiamento "Ajuda não reembolsável" apresenta uma taxa de realização de 83,8% (superior à do programa), enquanto que a modalidade "Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias) " atinge 11%.

Análise por Tipologia de Beneficiário

A aprovação de operações, cuja tipologia de beneficiários são entidades públicas, situou-se no final de 2014 em 643 operações (38,2% do total) e um valor de Fundo de 926,2 milhões de euros, representando 82% do FEDER total aprovado.

A aprovação de operações, cuja tipologia de beneficiários são entidades privadas (fundamentalmente as micro e pequenas e médias empresas com operações enquadradas por regimes de auxílios ao investimento, incluindo os mecanismos de engenharia financeira), ascende a 1.039 operações (61,8% do total), correspondendo a um valor de Fundo aprovado de 203,1 milhões de euros (18% do total FEDER aprovado).

Os principais beneficiários do Programa são as entidades pertencentes à Administração Autónoma Regional, tipologia representada pelo governo regional e seus departamentos, cujas aprovações representam 67,6% do FEDER aprovado das entidades públicas e 55,4% do FEDER total aprovado.

Com valores de aprovação ainda significativos, surge a "Administração Autónoma Local", tipologia constituída pelos municípios da Região, que representam 17,3% do FEDER aprovado das entidades públicas e 14,2% do FEDER total aprovado e a tipologia "Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público", com 8,8% do FEDER total aprovado.

Os valores aprovados para as micro e pequenas e médias empresas (recomendação 2003/361/CE) representam 66,3% do FEDER aprovado das entidades privadas.

Ao nível da execução, o peso das entidades públicas é ainda mais elevado, isto é o valor do Fundo executado por estas entidades representa 87,6% do FEDER total executado.

A taxa de realização (executado/aprovado) das entidades públicas é de 87,8%, ao passo que a das entidades privadas é de 56,7%.

Análise por Tipo de Território

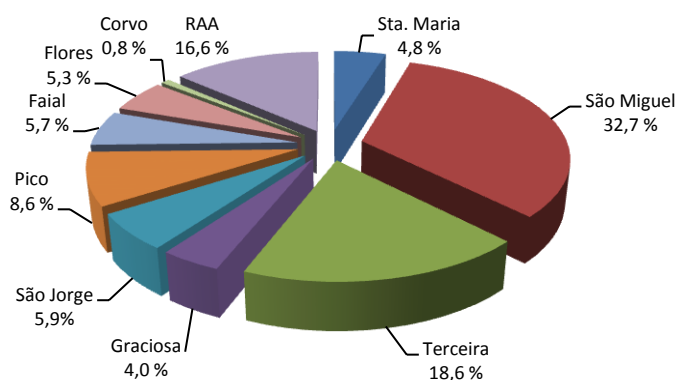
Para efeitos de aplicação dos regulamentos comunitários, o território da Região Autónoma dos Açores é considerado na categoria de "Região Ultraperiférica", de acordo com o artigo 349º do Tratado sobre Funcionamento da União Europeia (TFUE), em que se reconhece uma situação específica para este território, no que diz respeito à distância, insularidade, reduzida dimensão do território, relevo e clima adversos e a dependência económica de um reduzido número de produtos, a que se sobrepõe ainda a natureza arquipelágica do território.

Um dos princípios orientadores transversais do programa é o reforço da coesão territorial, que se traduz pelo equilíbrio espacial na afetação dos recursos do programa.

Quadro 2.17 - Repartição da contribuição comunitária por Tipo de Território					
Unidade: Euro					
Código	Designação	Componente Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx
01	Aglomeração urbana				
02	Zona de montanha				
03	Ilhas				
04	Zonas de fraca e muito fraca densidade populacional				
05	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)				
06	Antigas fronteiras externas da UE (após 30.4.2004)				
07	Região ultraperiférica	1.682	1.129.336.595	928.747.959	82,2%
08	Zona de cooperação transfronteiriça				
09	Zona de cooperação transnacional				
10	Zona de cooperação inter-regional				
00	Não se aplica				
	TOTAL	1.682	1.129.336.595	928.747.959	82,2%

Em 2014, a distribuição espacial pelo território regional dos montantes de fundo comprometidos manteve o perfil dos períodos anteriores, isto é uma concentração dos apoios nas operações localizadas nas ilhas de S. Miguel e Terceira (51,2% do total), onde se localiza 79% da população total. As restantes 7 ilhas acolhem 35,2% do montante FEDER aprovado, sendo que a componente territorial “não regionalizável” surge com um peso ainda significativo de 13,6%.

Gráfico 2.5 - Aprovações por ilha



Análise por Atividade Económica

A análise da repartição da contribuição comunitária por Atividade Económica em 2014, evidencia que 29,2% do valor do Fundo total aprovado, diz respeito a operações que se enquadram na atividade económica "Construção", o equivalente a 261 operações aprovadas e um montante de compromisso comunitário de 330,3 milhões de euros.

Esta atividade económica assume uma natureza transversal, envolvendo todas as operações que incorporem atividades de construção, independentemente do domínio de intervenção.

Quadro 2.18 - Repartição da Contribuição Comunitária por Atividade Económica					
Unidade: Euro					
Código	Designação	Componente Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura	1	63.454	51.131	80,6%
02	Pesca	5	23.327.567	20.491.329	87,8%
03	Indústrias alimentares e das bebidas	21	1.028.706	512.957	49,9%
05	Construção de material de transporte	2	593.468	496.228	83,6%
06	Indústrias transformadoras diversas	64	15.671.553	5.663.434	36,1%
08	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e água quente	2	8.948.432	1.884.110	21,1%
09	Captação, tratamento e distribuição de água	22	13.665.558	11.155.043	81,6%
11	Transportes	99	144.396.187	134.889.889	93,4%
12	Construção	261	330.319.048	313.214.005	94,8%
13	Comércio por grosso e a retalho	279	25.628.840	11.126.588	43,4%
14	Hotéis e restaurantes	218	47.535.559	27.269.894	57,4%
15	Atividades financeiras	10	23.768.427	2.846.945	12,0%
16	Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	172	40.225.993	30.920.693	76,9%
17	Administração pública	205	262.746.847	208.819.493	79,5%
18	Educação	25	32.065.060	27.616.832	86,1%
19	Atividades de saúde humana	41	20.820.831	12.441.126	59,8%
20	Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais	221	113.880.421	97.842.449	85,9%
21	Atividades associadas ao ambiente	29	24.086.632	21.295.074	88,4%
22	Outros serviços não especificados	5	564.010	210.829	37,4%
	TOTAL PO	1.682	1.129.336.593	928.748.049	82,2%

Sem alteração da estrutura dos anos anteriores, surge em seguida a atividade económica "Administração pública" com 205 operações aprovadas e um valor de Fundo correspondente a 23,3% do total), a atividade económica "Transportes" (99 operações aprovadas e um valor de Fundo correspondente a 12,8% do total) e a atividade económica "Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais" (221 operações aprovadas e um valor de Fundo correspondente a 10,1% do total).

Em conjunto, as 4 atividades económicas mencionadas absorvem 75,4% dos compromissos aprovados para o período de programação 2007-2013.

Em termos das atividades económicas associadas ao investimento empresarial, destacam-se as aprovações ao nível das atividades económicas, "Hotéis e restaurantes" (218 operações aprovadas e 4,2% do total do Fundo), "Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas" (172 operações aprovadas e 3,6% do total do Fundo) e "Comércio por grosso e a retalho" (279 operações aprovadas, mas apenas 2,3% do total do Fundo).

O perfil da execução acompanha o perfil da aprovação, sendo que, na generalidade, as atividades económicas que apresentam os mais elevados pesos no total do Fundo aprovado, são aquelas que apresentam os mais elevados pesos no total do Fundo executado, casos das atividades económicas "Construção" e "Administração Pública" com taxas de 33,1% e 22,0%, respetivamente).

A análise às taxas de realização (executado/aprovado) evidencia, em geral, taxas abaixo da média do programa para as atividades económicas associadas ao investimento privado. As melhores taxas de realização encontram-se nas atividades económicas em cujas operações os beneficiários são entidades públicas.

Repartição das aprovações e execução por Tema Prioritário

De acordo com o n.º 3 do artigo 9.º do Regulamento (CE) 1083/2006 a Comissão e os Estados-membros, devem assegurar que 60% das despesas a realizar no âmbito dos programas do Objetivo da Convergência se destinem às prioridades da União Europeia de promoção da competitividade e criação de empregos, sendo que essa meta deve ser aplicada em termos de média durante a totalidade do período de programação.

O quadro abaixo apresenta os montantes da contribuição comunitária aprovada e executada a 31 de Dezembro de 2014, ventilada pelas áreas temáticas dos temas prioritários com dotação indicativa ao nível do PO. O detalhe por tema prioritário consta do Anexo V do relatório.

Quadro 2.19 - Aprovações e execução por Área Temática dos Temas Prioritários (contribuição comunitária)					
Unidade: Euro					
Área Temática	Componente Fundo				
	Programação Indicativa Montante	Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo	229.300.000	1.076	292.007.947,56	177.047.209,77	60,6%
Sociedade da informação	8.100.000	35	9.846.440,84	8.636.911,24	87,7%
Transportes	238.000.000	188	253.909.912,10	238.868.765,99	94,1%
Energia	2.000.000	0	0	0	0,0%
Proteção do ambiente e prevenção de riscos	96.522.380	160	104.382.444,47	94.489.688,81	90,5%
Turismo	66.600.000	37	69.737.145,43	68.734.991,32	98,6%
Atividades culturais	33.000.000	21	40.586.638,34	34.757.503,73	85,6%
Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos	200.000	2	103.426,03	103.426,03	100,0%
Investimento em infraestruturas sociais	241.025.836	152	296.445.320,80	247.110.417,44	83,4%
Redução dos sobrecustos que entravam o desenvolvimento das regiões ultraperiféricas	47.600.833	3	57.966.872,55	55.057.695,04	95,0%
Assistência Técnica	4.000.000	8	4.350.446,82	3.941.349,75	90,6%
TOTAL Temas Prioritários	966.349.049	1.682	1.129.336.594,94	928.747.959,12	82,2%
TOTAL Earmarking	578.600.000	1.359	656.212.295,36	500.778.434,71	76,3%

Os temas prioritários que contribuem para as prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa (categoria de despesas previstas regularmente e as categorias adicionais de despesa relevante justificadas pelo PNACE nos termos regulamentares) detêm no Programa uma dotação FEDER programada de 578,6 milhões de euros, ou seja 60% da dotação global do Fundo, correspondendo a 20 temas prioritários.

Em termos acumulados, no final de 2014, verifica-se que 80,8% dos projetos aprovados contribui para as denominadas *despesas earmarking*, representando um montante de Fundo aprovado de 656,2 milhões de euros, o equivalente a 113,4% do programado para aquelas despesas e a 58,1% do aprovado para o total dos temas prioritários.

Para efeitos do cumprimento da meta prevista no nº 3 do artigo 9º do Regulamento (CE) 1083/2006 constata-se que, cerca de 58% das despesas aprovadas e 54% das despesas executadas se destinam às prioridades da União Europeia de promoção da competitividade e criação de empregos.

Quadro 2.20 - Relevância dos Temas "Earmarking" na Programação, Aprovação e Execução (31/12/2014)								
1.000 €								
	Programado		Aprovado			Executado		
	Nº temas	Fundo	Nº temas	Fundo	Taxa variação 2014/2013 (%)	Nº temas	Fundo	Taxa variação 2014/2013 (%)
Total c/ contributo PO	34	966.349	32	1.129.336	4,41	32	928.748	16,53
Contributo para Earmarking	20	578.600	19	656.212	2,58	19	500.778	16,48
% Earmarking / Total		60		58			54	

No conjunto das operações que contribuem para as despesas earmarking, este ano registou-se um acréscimo superior do executado comparado com o aprovado, contribuindo para aproximar o contributo earmarking ao valor programado.

A repartição do valor das aprovações dos temas prioritários, revela uma elevada concentração em torno das áreas temáticas da "Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo", dos "Transportes" e das "Infraestruturas sociais", as quais representam 74,6% do total aprovado. Adicionando o valor das aprovações na área "Proteção do ambiente e prevenção de riscos", alcança-se uma taxa de 83,8%.

Na primeira área temática evidencia-se o peso dos temas 8 - Outros investimentos em empresas, enquanto a segunda área prioritária está exclusivamente associada ao tema 75 - Infraestruturas de ensino. Ao nível da área dos "Transportes", assume especial peso o tema 23 - Estradas regionais/locais e o tema 30 - Portos. Na terceira área temática prevalece o peso do tema 75 - Infraestruturas de ensino.

Tomando por referência os valores da execução das despesas earmarking, verifica-se que o total executado ascendeu a 500,8 milhões de euros (acrécimo de 70,9 milhões de euros relativamente a 2013), o que traduz uma taxa de execução de 86,6% face ao programado e uma taxa de realização de 76,3% face ao aprovado (incluindo overbooking).

A distribuição dos valores de execução dos temas prioritários acompanha a distribuição dos valores das aprovações, sendo que o somatório dos valores de execução das áreas temáticas da "Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo", dos "Transportes" e das "Infraestruturas sociais" representa 71,4% do total. Adicionando a área temática da "Proteção do ambiente e prevenção de riscos", atinge-se uma execução de 81,6%.

Apoios Concedidos às Empresas

A alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1080/2006, de 5 de Julho realça a importância do FEDER na contribuição para o financiamento dos investimentos produtivos que

contribuam para criar e manter empregos sustentáveis, principalmente através de ajudas diretas ao investimento, sobretudo nas pequenas e médias empresas (PME).

Os apoios diretos às empresas concentram-se exclusivamente no Eixo prioritário 7 - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores e em particular no objetivo específico 7.1 Qualificar o investimento empresarial, e compreendem os regimes de auxílios com finalidade regional e os instrumentos de engenharia financeira.

As 981 operações aprovadas no âmbito do Objetivo específico 7.1 - Qualificar o investimento empresarial (mais 122 que o registado no final de 2013), envolvem um envelope financeiro aprovado de 444,4 milhões de euros de investimento elegível (mais 35,6 milhões de euros que em 2013), 231,3 milhões de euros de despesa pública e 196,9 milhões de euros de apoio comunitário. A despesa total com origem nos privados ascende previsivelmente a 213 milhões de euros (mais 27,2 milhões que em 2013).

Verifica-se por parte do objetivo específico 7.1, um total de Fundo executado de 94,8 milhões de euros, o equivalente a uma taxa de realização de 48,1%, face a uma taxa média de realização do PO de 82,2%.

A repartição por regimes de auxílios evidencia o seguinte:

- 1) No âmbito do Regulamento do subsistema de apoio ao desenvolvimento local foram aprovadas 432 operações (37,7% do total), o equivalente a um Fundo de 40,9 milhões de euros (11% do total). A participação privada prevista neste subsistema é de 91,2 milhões de euros. A taxa de realização é de 48,9%;
- 2) No âmbito do Regulamento do subsistema de apoio ao desenvolvimento do turismo foram aprovadas 178 operações, o equivalente a um Fundo de 16,4 milhões de euros. A participação privada prevista neste subsistema é de 27,0 milhões de euros. A taxa de realização é de 59,4%;
- 3) No âmbito do Regulamento do subsistema de apoio ao desenvolvimento estratégico foram aprovadas 36 operações, o equivalente a um Fundo de 69,2 milhões de euros (18,6% do total). A participação privada prevista neste subsistema é de 71,5 milhões de euros. A taxa de realização é de 46,7%;
- 4) No âmbito do Regulamento do subsistema de apoio ao desenvolvimento da qualidade e da inovação foram aprovadas 22 operações, o equivalente a um Fundo de 1,5 milhões de euros. A participação privada prevista neste subsistema é de 1,3 milhões de euros. A taxa de realização é de 30,5%;
- 5) No âmbito do Regulamento do subsistema de apoio ao empreendedorismo foram aprovadas 280 operações (24,5% do total), o equivalente a um Fundo de 23,3 milhões de euros (6,3% do total). A participação privada prevista neste subsistema é de 15,9 milhões de euros. A taxa de realização é de 33,6%;

- 6) No âmbito do Regulamento do subsistema de apoio à redução do impacto ambiental e renovação das frotas no transporte coletivo regular de passageiros foram aprovadas 24 operações, o equivalente a um Fundo de 5,7 milhões de euros. A participação privada prevista neste subsistema é de 6,3 milhões de euros. A taxa de realização é de 100%.

No âmbito dos instrumentos de engenharia financeira, e na sequência da atualização das recomendações da auditoria promovida pela IGF às linhas de crédito, das 8 linhas de crédito aprovadas, 2 foram objeto de rescisão (a Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II e a Linha de Crédito Açores Empresas II), estando em curso o processo de rescisão de quatro. Assim, no final do período de reporte, o montante aprovado do programa, destinado às linhas de crédito ascendia a 21,5 milhões de euros de Fundo. O valor da execução, por via das correções financeiras entretanto realizadas corresponde a uma taxa de realização de apenas a 8% (1,7 milhões de euros de fundo).

O Fundo de Capital de Risco nos Açores - FIAEA e a Linha Investe QREN (específica para os Açores) mantêm os montantes aprovados de 860 mil euros e de 1,1 milhões de euros, respetivamente. A taxa de realização do FIAEA apresenta um fundo validado de 100%, por conta dos apoios do programa à constituição do Fundo, ao passo que a execução da Linha Investe QREN está em processo de avaliação no âmbito do pedido formulado pelo beneficiário.

Análise dos financiamentos complementares de despesas

Até 31 de Dezembro de 2014 não foram utilizadas no âmbito do programa as formas complementares de despesas previstas no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) 1083/2006 de 11 de Julho.

Referência às aprovações ao abrigo do mecanismo de spillover

Não foram realizadas aprovações ao abrigo do mecanismo de spillover.

Dotação específica para as regiões ultraperiféricas

Os Açores, enquanto região ultraperiférica, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, apresenta, no Programa Operacional um Eixo Prioritário específico para as medidas financiadas a título da dotação suplementar a que se refere o ponto 20 do respetivo Anexo II.

O eixo prioritário10 - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade, foi **dotado com 65,6 milhões de euros FEDER**, disponíveis para todo o período de programação.

Desde 2012 que a dotação do eixo se encontrava praticamente comprometida, cerca de 65,5 milhões de euros de Fundo, dos quais 49 milhões de euros para o apoio às despesas suportadas com as Obrigação de Serviço Público no Transporte Aéreo inter-ilhas, e os restantes 16,5 milhões de euros para

apoio ao investimento na rede de infraestruturas aeroportuárias (aerogares, pistas, equipamento de placa).

Durante 2014, e no âmbito da flexibilidade permitida pelo overbooking, a autoridade de gestão aprovou uma nova candidatura relativa à compensação dos sobrecustos cm as Obrigação de Serviço Público no Transporte Aéreo inter-ilhas para o período execução de 2014, tendo a **taxa de compromisso aumentado para 113,2%**.

Em consequência da nova aprovação, a **taxa de execução passou de 99,5% para 108,4%** correspondendo à realização de uma despesa elegível de 135,3 milhões de euros, dos quais 103,3 milhões de euros, relativos às despesas com as Obrigação de Serviço Público no Transporte Aéreo inter-ilhas e 32 milhões de euros em despesas de investimento em infraestruturas aéreas. O FEDER executado atingiu um valor de 71,1 milhões de euros.

A taxa de realização do eixo atingiu os 95,7% sendo que o investimento em infraestruturas (objetivo específico 10.2) manteve a taxa de 98,3%, enquanto que as obrigações de serviço de público (objetivo específico 10.1) diminuiu a taxa de 100% para 95%.

A utilização integral da dotação específica no domínio dos transportes aéreos, com especial enfoque na vertente inter-ilhas, revelou-se bem-sucedida e justificável, por se tratar de um domínio de intervenção que diferencia fortemente os Açores do restante território nacional, com uma acessibilidade interna e externa, tributária de um sistema de transporte complexo, com custos acrescidos na mobilidade de pessoas e bens, fazendo com que o transporte aéreo seja uma referência na ligação e coesão do espaço regional.

Apoio restituído ou reutilizado

No ano de 2014 foram corrigidos montantes de comparticipação comunitária na sequência da anulação parcial de apoio, num total de 7.372.799,01 €, em conformidade com o nº 3 do artigo 57º e o nº 2 do artigo 98º do Regulamento (CE) nº 1083/2006.

A Autoridade de Gestão assegurou a restituição das verbas, através do sistema de compensação financeira em outras operações do mesmo beneficiário e garantiu mediante a subtração daqueles montantes aos valores aprovados que os fundos libertados não foram, nem poderão ser reutilizados na operação ou nas operações que tenham sido objeto de correção, conforme o previsto nos nºs 2 e 3 do artigo 98º do Regulamento (CE) nº 1083/2006.

Quadro 2.21 – Apoio Restituído ou Reutilizado 2014

Eixos	Despesa Irregular		Detetado	
	Despesa Pública	Fundo	Entidade	Referência Documental
RAAFDR-07-0105-FEDER-000032	4.756,76	4.043,25	AG	AG170SCD
RAAFDR-07-0105-FEDER-000163	262,36	223,01	AG	AG137SCD
RAAFDR-07-0105-FEDER-000470	2.741,92	2.330,63	AG	AG138SCD
RAAFDR-07-0106-FEDER-000201	172.879,72	146.947,76	AG	AG150SCD
RAAFDR-07-0109-FEDER-000005	2.510,85	2.134,22	AG	AG141SCD
RAAFDR-07-0109-FEDER-000005	2.372,32	2.016,47	AG	AG141SCD
RAAFDR-07-0123-FEDER-000001	139,45	118,53	AG	AG132SCD
RAAFDR-07-0123-FEDER-000001	50,47	42,90	AG	AG134SCD
RAAFDR-07-0123-FEDER-000002	113,01	96,06	AG	AG135SCD
RAAFDR-07-0123-FEDER-000004	422.204,96	358.874,22	AA	Relatorio IGF 2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	857.987,11	729.289,04	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	7.830,41	6.655,85	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	2.658,53	2.259,75	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	18.717,66	15.910,01	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	51.815,04	44.042,78	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	133.443,09	113.426,63	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	16.557,79	14.074,12	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	29.239,82	24.853,85	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	65.255,26	55.466,97	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	10.730,25	9.120,71	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	30.473,42	25.902,41	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	103.379,80	87.872,83	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	24.500,00	20.825,00	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	8.460,40	7.191,34	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	8.893,55	7.559,52	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	22.810,40	19.388,84	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	24.000,00	20.400,00	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	34.938,46	29.697,69	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	23.699,81	20.144,84	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	61.516,00	52.288,60	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	10.527,85	8.948,67	AA	Relatorio IGF n_2013_2034

Quadro 2.21 – Apoio Restituído ou Reutilizado 2014

Eixos	Despesa Irregular		Detetado	
	Despesa Pública	Fundo	Entidade	Referência Documental
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	32.772,54	27.856,66	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	25.350,54	21.547,96	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	86.656,84	73.658,31	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	732.963,15	623.018,68	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	182.700,00	155.295,00	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	86.925,25	73.886,46	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	41.571,84	35.336,06	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	19.186,36	16.308,41	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	20.192,80	17.163,88	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000006	5.100,73	4.335,62	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0123-FEDER-000008	287,51	244,38	AG	AG127SCD
RAAFDR-07-0151-FEDER-000002	6.914,51	5.877,33	AG	AG130SCD
RAAFDR-07-0151-FEDER-000002	6.914,51	5.877,33	AG	AG142SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000033	8.637,51	7.341,88	AG	AG152SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000076	7.200,00	6.120,00	AG	AG167SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000076	9.279,11	7.887,24	AG	AG173SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000077	42.902,88	36.467,45	AG	PROCONVERGENCIA379AC
RAAFDR-07-0280-FEDER-000083	13,00	11,05	AG	AG142SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000099	454,91	386,67	AG	AG145SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000100	230,00	195,50	AG	AG143SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000100	79,04	67,18	AG	AG172SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000103	80,92	68,78	AG	AG168SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000106	403,72	343,16	AG	AG163SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000111	10.239,51	8.703,58	AG	AG139SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000124	8.660,96	7.361,82	AG	AG151SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000126	350,00	297,50	AG	AG169SCD
RAAFDR-07-0381-FEDER-000024	66,34	56,39	AG	AG146SCD
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	3.655,58	3.107,24	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	14.183,61	12.056,07	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	9.772,69	8.306,79	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	1.251,87	1.064,09	AA	Relatorio IGF n_2013_2034

Quadro 2.21 – Apoio Restituído ou Reutilizado 2014

Eixos	Despesa Irregular		Detetado	
	Despesa Pública	Fundo	Entidade	Referência Documental
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	3.140,66	2.669,56	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	37.437,72	31.822,06	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	1.227,76	1.043,60	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	10.974,71	9.328,50	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	13.653,69	11.605,64	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	6.984,84	5.937,11	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	73.626,88	62.582,85	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	23.400,86	19.890,73	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	14.481,51	12.309,28	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	8.004,85	6.804,12	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	17.508,27	14.882,03	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	96.575,47	82.089,15	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	7.235,76	6.150,40	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	917.106,85	779.540,82	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	46.306,92	39.360,88	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	17.395,55	14.786,22	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	42.412,95	36.051,01	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	5.715,66	4.858,31	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	49.448,69	42.031,39	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	3.473,73	2.952,67	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	31.460,81	26.741,69	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	11.014,44	9.362,27	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	104.340,91	88.689,77	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	1.454,68	1.236,48	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	12.336,79	10.486,27	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	53.370,39	45.364,83	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	7.100,00	6.035,00	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	7.779,40	6.612,49	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	60.900,84	51.765,71	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	13.593,36	11.554,36	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	56.960,51	48.416,43	AA	Relatorio IGF n_2013_2034

Quadro 2.21 – Apoio Restituído ou Reutilizado 2014

Eixos	Despesa Irregular		Detetado	
	Despesa Pública	Fundo	Entidade	Referência Documental
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	4.338,80	3.687,98	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	2.055,28	1.746,99	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	40.239,00	34.203,15	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	4.592,11	3.903,29	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	1.243,48	1.056,96	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	2.520,39	2.142,33	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	1.535.012,06	1.304.760,25	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	16.311,76	13.865,00	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	10.947,56	9.305,43	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	422,31	358,96	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	710,36	603,81	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	406,22	345,29	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	1.218,81	1.035,99	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	12.095,24	10.280,95	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	65.563,60	55.729,06	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	12.040,00	10.234,00	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	55.508,36	47.182,11	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	38.513,09	32.736,13	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	52.877,58	44.945,94	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	37.189,05	31.610,69	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	46.498,69	39.523,89	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	9.726,16	8.267,24	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	9.186,41	7.808,45	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	8.772,36	7.456,51	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	12.302,66	10.457,26	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	31.318,31	26.620,56	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	27.939,31	23.748,41	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	12.676,86	10.775,33	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	52.771,31	44.855,61	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	60.091,51	51.077,78	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	5.851,85	4.974,07	AA	Relatorio IGF n_2013_2034

Quadro 2.21 – Apoio Restituído ou Reutilizado 2014

Eixos	Despesa Irregular		Detetado	
	Despesa Pública	Fundo	Entidade	Referência Documental
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	5.089,15	4.325,78	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	10.133,52	8.613,49	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	11.370,00	9.664,50	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	12.679,79	10.777,82	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	25.690,56	21.836,98	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	4.489,29	3.815,90	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008	21.694,34	18.440,19	AA	Relatorio IGF n_2013_2034
RAAFDR-08-0144-FEDER-000003	6.524,64	5.545,94	AG	PROCONVERGENCIA315AC
RAAFDR-08-0144-FEDER-000019	2.827,56	2.403,43	AG	AG129SCD
RAAFDR-08-0144-FEDER-000019	3.213,09	2.731,13	AG	AG176SCD
RAAFDR-08-0161-FEDER-000002	5,29	4,50	AG	AG148SCD
RAAFDR-08-0161-FEDER-000006	912,94	776,00	AG	AG180SCD
RAAFDR-08-0252-FEDER-000021	0,11	0,09	AG	AG171SCD
RAAFDR-08-0549-FEDER-000013	70,85	60,22	AG	AG165SCD
RAAFDR-08-0549-FEDER-000015	29.600,82	25.160,70	AG	AG136SCD
RAAFDR-08-0549-FEDER-000015	42.122,41	35.804,05	AG	AG136SCD
RAAFDR-08-0549-FEDER-000015	771,40	655,69	AG	AG144SCD
RAAFDR-08-0549-FEDER-000015	12.130,51	10.310,93	AG	AG144SCD
RAAFDR-08-0549-FEDER-000025	58,00	49,30	AG	PROCONVERGENCIA416AC
RAAFDR-08-0549-FEDER-000027	806,16	685,24	AG	AG147SCD
RAAFDR-08-0549-FEDER-000033	687,99	584,79	AG	AG156SCD
RAAFDR-08-0549-FEDER-000036	1.463,76	1.244,20	AG	AG153SCD
RAAFDR-08-0549-FEDER-000040	1.170,22	994,69	AG	AG131SCD
RAAFDR-08-0549-FEDER-000040	16.180,16	13.753,14	AG	AG174SCD
RAAFDR-08-0549-FEDER-000043	219.501,89	186.576,61	AG	AG166SCD
RAAFDR-09-0184-FEDER-000039	1.388,11	1.179,89	AG	PROCONVERGENCIA353AC
RAAFDR-09-0184-FEDER-000048	97.810,62	83.139,03	AG	AG125SCD
RAAFDR-09-0184-FEDER-000048	127.953,45	108.760,43	AG	AG125SCD
RAAFDR-09-0184-FEDER-000051	208,54	177,26	AG	AG160SCD
RAAFDR-09-0184-FEDER-000055	1.614,60	1.372,41	AG	AG126SCD
RAAFDR-09-0184-FEDER-000096	2.646,16	2.249,24	AG	AG158SCD
RAAFDR-09-0184-FEDER-000100	1.531,44	1.301,72	AG	AG149SCD

Quadro 2.21 – Apoio Restituído ou Reutilizado 2014

Eixos	Despesa Irregular		Detetado	
	Despesa Pública	Fundo	Entidade	Referência Documental
RAAFDR-09-0184-FEDER-000105	2.255,92	1.917,53	AG	AG164SCD
RAAFDR-09-0184-FEDER-000120	3.804,82	3.234,10	AG	AG157SCD
RAAFDR-09-0185-FEDER-000011	1.186,08	1.008,17	AG	AG174SCD
RAAFDR-09-0185-FEDER-000011	4.039,52	3.433,59	AG	AG174SCD
RAAFDR-09-0185-FEDER-000014	13.684,58	11.631,89	AG	PROCONVERGENCIA401AC
RAAFDR-09-0387-FEDER-000009	10.972,05	9.326,24	AG	AG177SCD
RAAFDR-09-0387-FEDER-000009	20.869,81	17.739,34	AG	AG177SCD
RAAFDR-09-0387-FEDER-000009	38.150,58	32.427,99	AG	AG177SCD
RAAFDR-09-0387-FEDER-000009	43.400,94	36.890,80	AG	AG177SCD
RAAFDR-09-0387-FEDER-000009	12.915,82	10.978,45	AG	AG177SCD
RAAFDR-09-0387-FEDER-000009	11.647,04	9.899,98	AG	AG177SCD
RAAFDR-09-0387-FEDER-000009	11.623,00	9.879,55	AG	AG177SCD
RAAFDR-09-0387-FEDER-000029	20.637,81	17.542,14	AG	AG162SCD
RAAFDR-09-0387-FEDER-000029	5.298,34	4.503,59	AG	AG162SCD
RAAFDR-09-0387-FEDER-000029	5.472,94	4.652,00	AG	AG162SCD
RAAFDR-09-0387-FEDER-000029	112.576,60	95.690,11	AG	AG162SCD
RAAFDR-09-0387-FEDER-000029	56.846,11	48.319,19	AG	AG162SCD
RAAFDR-09-0387-FEDER-000032	40.365,74	34.310,88	AG	AG155SCD
RAAFDR-09-0446-FEDER-000007	57,34	48,74	AG	PROCONVERGENCIA356AC
RAAFDR-09-0446-FEDER-000013	32.979,39	28.032,48	AG	AG159SCD
RAAFDR-09-0531-FEDER-000020	48.636,58	41.341,09	AG	AG178SCD
RAAFDR-09-0531-FEDER-000020	13.389,61	11.381,17	AG	AG178SCD
RAAFDR-09-0531-FEDER-000020	8.003,99	6.803,39	AG	AG178SCD
RAAFDR-09-0531-FEDER-000020	3.891,54	3.307,81	AG	AG178SCD
RAAFDR-09-0531-FEDER-000022	23.761,54	20.197,31	AG	AG179SCD
RAAFDR-09-0531-FEDER-000045	6.368,40	5.413,14	AG	AG154SCD
RAAFDR-11-0173-FEDER-000004	10.867,09	9.237,03	AG	AG140SCD
TOTAIS	8.673.881,20	7.372.799,01		

No âmbito da aplicação das medidas corretivas previstas nos artigos 98º e 99º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, nas operações assinaladas no quadro 2.16, resultaram a anulação de montantes de fundo de 6.162.870,61€.

2.2 Análise Qualitativa sobre a Evolução da Execução do PO

Neste ponto efetua-se uma análise qualitativa das realizações efetivas do Programa, por referência os objetivos e metas fixadas, em especial, às prioridades temáticas relevantes para a Estratégia de Lisboa.

Enquadramento programático e regulamentar da gestão do PO

O contexto económico-financeiro restritivo continuou a influenciar o desempenho da execução do programa em 2014, originando dificuldades nos orçamentos dos beneficiários para a necessária mobilização da contrapartida nacional dos investimentos.

Quer as normas legislativas de adaptação à envolvente orçamental, como a Lei 75/2013 de 12 de setembro, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), quer fatores de natureza exógena, como por exemplo os problemas associados à liquidez de entidades adjudicatárias, apesar de alguns efeitos amortecedores decorrentes da aplicação do mecanismo Top-up, tiveram repercussões negativas na capacidade para gerar novos investimentos, bem como condicionaram fortemente os ritmos de execução dos planos financeiros das operações aprovadas, em particular as promovidas pelas autarquias locais. Essa evidência é revelada pelo elevado nº de pedidos de reprogramação, com especial enfoque na alteração dos períodos de realização física e financeira.

No que respeita ao enquadramento normativo e regulamentar, com exceção da emissão de orientações aplicáveis já para a fase de encerramento do programa, não se verificaram alterações no quadro vigente com especial impacto na execução do programa.

Estas circunstâncias de estabilidade favoreceram o enfoque na monitorização das operações que apresentavam atrasos de execução, bem como na melhoria da eficácia da gestão, de que resultou a descativação total ou parcial de projetos com evidentes dificuldades em cumprir as programações aprovadas.

Ainda assim houve necessidade de gerir as expectativas dos (potenciais) promotores e de acomodar novas aprovações, no respeito pelas regras de overbooking e de encerramento do Programa.

A aplicação das disposições regulamentares em matéria de auxílios de Estado e projetos geradores de receitas tem vindo a assumir uma importância crescente no contexto da aplicação dos Fundos Estruturais, pelo que, no âmbito destas políticas comunitárias e no seguimento das orientações emitidas pela autoridade de certificação, a autoridade de gestão implementou um conjunto de tarefas no sentido de identificar claramente o universo da aplicação das normas em vigor e exigindo a melhoria contínua das competências adequadas ao seu exercício.

Medidas

As medidas tomadas neste período, tiveram no essencial como referência o encerramento do programa.

Com o objetivo de extinguir os elevados montantes comprometidos em projetos sem realização financeira e acelerar os processos de encerramento, foram reforçados os mecanismos destinados a proceder, nos casos aplicáveis, ao fecho da execução dos projetos aprovados.

Com essa finalidade, reportam-se algumas das medidas de gestão que nortearam o período de programação de 2014:

- 1 - Dado o impacto positivo demonstrado na concretização do investimento público, deu-se continuidade dentro do possível, à aplicação do mecanismo *Top Up*.
- 2 - Simplificação de procedimentos de gestão (orientação sobre procedimentos de alteração de candidaturas e sua ligação à análise da despesa);
- 3 - Medidas corretivas aos projetos sem execução financeira, de modo a permitir que as dotações comprometidas fossem realocadas a novas prioridades. Assim, manteve-se a avaliação periódica de compromissos sem execução e uma monitorização regular de operações com atraso na apresentação de pedidos de saldo e relatórios finais, bem como atrasos na apresentação de pedidos de pagamento.
- 4 - Os beneficiários foram informados da necessidade de, para as operações que apresentam prazos de conclusão que foram em muito ultrapassados, proceder ao seu encerramento com a execução financeira elegível apurada e garantindo-se as exigências de operacionalidade.
- 5 - Em paralelo e como medida horizontal, prosseguiu o saneamento da carteira de aprovações, o que no final de 2014, determinou a anulação ou rescisão de cerca de 45 operações, maioritariamente de natureza privada, enquadradas no objetivo específico 7.1 - Qualificar o investimento empresarial.
- 6 - A gestão das dotações realizou-se com recurso ao mecanismo de *overbooking*, que sendo uma boa prática de gestão, levou à constituição de uma "almofada" para fazer face a eventuais quebras na execução e à descativação de processos contratados.

A autoridade de gestão promoveu uma atenção permanente sobre os processos de verificação de pedidos de pagamento, procurando reduzir o nº de pedidos pendentes e o tempo médio de pagamento aos beneficiários e, por outro lado levou à intensificação da realização de visitas de acompanhamento de operações.

Concursos e Processo de Seleção

Até ao final do ano de 2014, a Autoridade de Gestão procedeu ao lançamento de 36 processos de seleção por concurso, com especial incidência no âmbito dos Eixos 7, 8 e 9, com 14, 9 e 10 processos de seleção, respetivamente.

Os processos de seleção decorrem ao longo de todo o período de programação, sendo que as candidaturas se processam em contínuo.

Do ponto de vista financeiro, os concursos lançados disponibilizaram a totalidade da dotação programada, isto é 966,3 milhões de euros.

O FEDER aprovado ultrapassou a dotação indicativa disponibilizada nos respetivos avisos. Comparando com o fundo programado, o valor das aprovações correspondem à assunção de um **overbooking global de 117%**.

O nº de candidaturas aprovadas nos sistemas de incentivos enquadrados no OE 7.1, representam 58% do total das candidaturas aprovadas, seguido do Eixo 9 (20%) do Eixo 8 (10,3%) e do Eixo 7 (tipologias de beneficiários de natureza pública) com 10%.

O custo elegível médio das candidaturas aprovadas ronda os 926 mil euros, sendo superior ao custo médio das candidaturas apresentadas (841 mil euros), o que revela que a dimensão dos investimentos foi levada em conta nos processos de seleção.

Relativamente aos indicadores que caracterizam os processos de seleção e de decisão, constata-se que o tempo médio de decisão sobre as candidaturas apresentadas é de 150 dias efetivos, revelando um desvio de 23 dias face ao tempo previsto. Esta contagem dos tempos de decisão, inclui os dias utilizados para a instrução dos processos de candidatura, bem como os pedidos de informação complementar e os respetivos esclarecimentos prestados por parte dos beneficiários.

A taxa de admissibilidade do programa (candidaturas admitidas/apresentadas) é de 87,4%, verificando-se que os Eixos 7, 9 e 11 registam taxas de admissibilidade superiores à média do Programa.

A taxa de aprovação bruta do PO (candidaturas aprovadas/apresentadas) é de 55,6%, sendo que apenas o Eixo 7 apresenta uma taxa de aprovação inferior à média do Programa.

A taxa de aprovação líquida do programa (aprovadas/admitidas) é de 63,6%, sendo a do Eixo 7 a mais baixa (47,9%) e as dos restantes eixos bastante acima da média do PO.

A taxa de contratação (contratadas/aprovadas) mantem-se nos 100% em todos os Eixos.

A realização física e financeira das operações

Realização financeira

No final do ano 2014 a **taxa de compromisso do programa era de 116,9%** (mais 5 pontos percentuais que em 2013), fortemente influenciada pela aprovação de operações relevantes, casos da Construção da Escola EB 2,3_S das Lajes do Pico, da construção do Centro saúde de Ponta Delgada e da Compensação das despesas com as Obrigações de Serviços Público no transporte aéreo inter-ilhas 2014, envolvendo uma despesa total elegível de cerca de 50 milhões de euros.

O programa atingiu uma taxa de execução de 96,1%, valor que representa um acréscimo relevante de cerca de 13,6 pontos percentuais relativamente ao final de 2013.

A taxa de realização, valores executados associados às aprovações, situou-se nos 82,2% (acrécimo de 8,5 pontos percentuais relativamente a 2013), com a nota de que o universo de comparação é constituído pelas aprovações em *overbooking*.

O desempenho do programa encontra-se alinhado com a Agenda de Lisboa. Analisando os resultados alcançados para cumprimento das prioridades da União em matéria de promoção da competitividade e da criação de emprego (despesas *earmarking*), constata-se que do total executado do Programa cerca de 54% contribuem para aquelas prioridades (58% em termos do aprovado).

Os maiores contributos têm origem nos temas prioritários "Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo", "Transportes", "Infraestruturas sociais" e "Proteção do ambiente e prevenção de riscos", que em conjunto, representam cerca de 82% do total das despesas *earmarking* executado.

Quanto aos apoios concedidos às empresas é de referir que no caso do Programa, os apoios são sobretudo dirigidos às PME, evidenciando a observância do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1080/2006, de 5 de Julho.

Até ao final do ano 2014 foram aprovadas 975 candidaturas no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas, a que correspondem 157 milhões de euros de Fundo.

Realização física

Em complemento à informação apresentada no tocante aos indicadores comuns comunitários e aos indicadores nacionais, a análise ao desempenho dos indicadores de realização e de resultado e associados aos objetivos específicos de cada eixo, definidos em função das tipologias de intervenção abrangidas e para os quais foram fixadas metas, implica o recurso aos valores de realização executada no final de 2014 e permite avaliar o grau do cumprimento das metas definidas no Programa. Estes indicadores e respetivas metas fazem parte integrante das decisões da Comissão Europeia de aprovação inicial do Programa e das posteriores reprogramações, revestindo assim um carácter vinculativo.

Refira-se que os dados da "realização executada" são obtidos por via das operações finalizadas ou que reúnam as condições para serem usufruídas pelos utilizadores. Tendo por base essa informação constata-se o seguinte:

- Dos 88 indicadores de realização e de resultado, 59 apresentam níveis de aproximação às metas iguais ou superiores a 75%, dos quais 8 ultrapassam os 125%;
- No Eixo prioritário 7, 42% dos indicadores apresentam valores executados iguais ou superiores a 75% do valor das metas;

- No Eixo prioritário 8 todos os indicadores registam valores executados, que igualam ou superam em 75% os valores das metas para 2015;
- Ao nível do Eixo prioritário 9 verifica-se que mais de 74% dos indicadores, apresentam valores de execução idênticos ou superiores a 75% do valor das metas para 2015;
- Ao nível do Eixo prioritário 10, verifica-se que os 5 indicadores, apresentam valores que superam os valores das metas;
- No âmbito da assistência técnica, 3 indicadores apresentam graus de aproximação às metas superiores a 95%, enquanto os restantes 3 rondam os 70%.
- Como exemplo de indicadores com desvios de sinal positivo, da execução face às metas, tem-se os seguintes indicadores "Projetos de expansão/modernização apoiados" (106%), "equipamentos de animação local construídos/remodelados" (156%), projetos de intervenção social apoiados (137%), "equipamentos adquiridos no âmbito da proteção civil" (113%), "rede de distribuição de águas residuais construída/beneficiada" (121%).

Outra vertente da execução do programa refere-se aos valores da certificação. Em 2014 registou-se um aumento significativo do nível de despesas certificadas em relação a 2013, passando de cerca de 921 milhões de euros para 1.077 milhões de euros (taxa de acréscimo de 17%).

Em termos acumulados, foram recebidos a título de transferências comunitárias 918 milhões de euros de FEDER, sendo 72,5 milhões de euros a título de pré-financiamento, 795,1 milhões de euros a título de reembolsos e 50,5 milhões de euros por via do Top-up. A atestar o esforço realizado para manter a regularidade dos pagamentos aos beneficiários, foram por sua vez, transferidos para os beneficiários 958,8 milhões de euros de FEDER (taxa de reembolso médio de 104,4%).

Em 2014, a execução material das operações decorreu dentro dos parâmetros de normalidade, tendo-se verificado situações de atrasos de execução em algumas operações de natureza infraestrutural relevantes, envolvendo rescisões de contratos de obras públicas, motivados por dificuldades de liquidez e agravada pelas restrições no acesso ao crédito, por parte dos fornecedores de bens e serviços com contratos adjudicados na execução de projetos cofinanciados.

Ao nível dos sistemas de incentivos e no âmbito da "operação limpeza", foram anulados ou rescindidos contratos com 43 operações, envolvendo um descativação de 31,5 milhões de euros de Fundo.

Até ao final de 2014 destacam-se algumas das realizações contratadas ao nível global do programa:

- 1- Apoios a 891 empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento no âmbito dos sistemas de incentivos (mais 99 que em 2013), das quais 370 dizem respeito a novas empresas start-up e, em que 136 são novas empresas start up dos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia;

- 2- Acréscimo de VAB gerado pelas empresas apoiadas no pós-projeto, relativamente à situação pré-projeto (mais 32,8 milhões de euros);
- 3- Acréscimo de VAB gerado no pós-projeto por empresas apoiadas classificadas em setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia, relativamente à situação pré-projeto (mais 11,8 milhões de euros);
- 4- Acréscimo do valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento na situação pós-projeto, comparada com a situação pré-projeto (mais 96,5 milhões de euros);
- 5- Cerca de 184.700 habitantes servidos pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos apoiados (75,4% da população total);
- 6- Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas apoiadas, em nº de 22;
- 7- Um total de 15.678 alunos abrangidos pelas intervenções em edifícios e centros escolares da Região apoiadas, do 1º ciclo do ensino básico e do ensino pré-escolar (9.724), do 2º e do 3º ciclo do ensino básico (1.125), do secundário (2.559), do universitário (817) e do ensino profissional (1.453);

No final do ano 2014, o programa cumpriu a regra “n+2” apresentando níveis de despesa certificada significativamente superiores às metas estabelecidas.

No quadro global de execução do QREN, o programa mantém um desempenho melhor que a média do QREN revelado pelo rácio de execução face aos valores programados (EX/PR).

A taxa de execução acumulada do PROCONVERGENCIA, cerca de 96,1%, situa-se em mais de 13 pontos percentuais acima da apurada para a totalidade do QREN FEDER.

De igual modo, a taxa de realização (EX/AP) do programa (82,2%) é superior em mais de 9 pontos percentuais em relação à do QREN FEDER (73%).

2.3 Informação sobre a Conformidade com o Direito Comunitário

Este ponto do relatório tem como objetivo indicar as medidas adotadas pela Autoridade de Gestão para assegurar o respeito pelas políticas comunitárias horizontais, nos domínios da concorrência, da contratação pública e do ambiente.

Em comum há a destacar que as instruções e orientações aos beneficiários sobre as disposições legais aplicáveis constam no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão e no respetivo Regulamento do programa no articulado relativo às condições gerais de admissão e aceitação dos beneficiários e das operações.

Com a apresentação da candidatura, o beneficiário efetua uma "declaração de compromisso" sobre a veracidade das informações prestadas e a conformidade da operação com os procedimentos e normativos legais aplicáveis em matéria de concorrência, contratação pública, igualdade de oportunidade e não discriminação e regras ambientais.

O contrato de financiamento ou o termo de aceitação da comparticipação comunitária, estipula os direitos e obrigações do beneficiário, nomeadamente no cumprimento da legislação nestas matérias.

Concorrência e Regime de Auxílios

Não se registou qualquer alteração ao enquadramento comunitário dos auxílios de Estado concedidos no âmbito do programa durante o ano de 2014.

A Resolução do Conselho do Governo nº 96/2009, de 26 de Maio, incumbiu a Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, de estabelecer os elementos e os procedimentos para a atualização dos auxílios de *Minimis* e mandatada para efeitos de interlocução e articulação com o IFDR no que concerne à transmissão dos dados relevantes para o sistema nacional de controlo da regra de *Minimis*.

No final de 2014, o registo central de auxílios de *minimis* no que se refere às medidas apoiadas pelo programa, incorporava 6.211 registos, referentes a 2.947 empresas, a que corresponde um valor acumulado de auxílios de *minimis* de 63,9 milhões de euros.

O quadro seguinte sistematiza a informação do enquadramento na disciplina dos auxílios de Estado dos sistemas de incentivos e instrumentos de engenharia financeira em vigor em 31 de dezembro de 2014 no âmbito do PO PROCONVERGENCIA.

Quadro 2.22 - Enquadramento dos Regimes de Auxílios do PROCONVERGENCIA e INVESTE QREN		
Instrumento	Enquadramento Comunitário Anterior (a)	Enquadramento Comunitário Atual (b)
SIDER	XR 196/07 (Auxílios Regionais)	N 503/2007 - Apoios ao transporte marítimo (RGIC) - Auxílios estatais com finalidade regional N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis) - Regime de Apoio à Animação e Promoção Turísticas
PROENERGIA (e)	XR 52/07 (Auxílios Regionais)	RGIC - Auxílios estatais com finalidade regional
EMPREENDE JOVEM	Minimis	N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
SIRIART	N 507/2001 (Auxílios Regionais)	N 408/2010 (Auxílios estatais com finalidade regional)
Linha Crédito Açores Investe (d)		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
Linha Apoio à Reestruturação de Dívida Bancária das Empresas dos Açores (d)		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
Linha Crédito Açores Empresas (d)		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
Linha Crédito Açores Investe II		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
Linha Apoio à Reestruturação de Dívida Bancária das Empresas dos Açores II (c)		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo dos Açores - FIAEA		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
Linha de Crédito Açores Empresas III		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
Linha de Apoio à Reestruturação de Dívida Bancária das Empresas dos Açores e Apoio à Liquidez (d)		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
Linha Investe QREN		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)

a) Antes da entrada em vigor do RGIC

b) Após entrada em vigor do RGIC

c) A Linha Apoio à Reestruturação de Dívida Bancária das Empresas dos Açores II deixou, no final de 2013, de ser financiada através do FEDER

d) Linhas de Apoio que deixaram, no final de 2014, de ser financiadas através do FEDER

e) Sistema de Incentivos que não foi financiado através do FEDER

Para efeitos da verificação da existência de auxílios de Estado nas intervenções FEDER ou Fundo de Coesão em projetos de infraestruturas, a autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA incorporou na sua rotina mensal de reporte, a informação sobre a aprovação de candidaturas de infraestruturas no mês anterior.

Compatibilidade com os Mercados Públicos

Ao longo de 2014 a autoridade de gestão efetuou as tarefas regulamentares de verificar o cumprimento por parte das operações aprovadas no programa das normas comunitárias e nacionais em matéria de contratos públicos, designadamente as relativas às Diretivas 2004/17/CE e 2004/18/CE.

Desde logo, e na fase de análise da candidatura ou, o mais tardar na fase de apresentação da despesa associada aos contratos, é verificado, de forma exaustiva, o cumprimento da legislação sobre contratação pública, suportada em check-list atualizada, onde são referenciados todos os aspetos relevantes que fundamentam a adjudicação dos contratos públicos celebrados pelos beneficiários no âmbito das respetivas operações aprovadas. O processo de validação dessa análise, está de acordo com a descrição do sistema de gestão e controlo, medida que reforça a verificação da conformidade dos procedimentos.

No âmbito do sistema de informação do programa o beneficiário disponibiliza toda a documentação relevante ao nível de cada um dos contratos que estruturam a operação aprovada e serve de suporte para a elaboração da check-list de análise.

Por outro lado, no âmbito das verificações no local e das ações de acompanhamento, é verificada a documentação entregue com a candidatura e durante a execução da operação, só se efetuando o encerramento da operação após a constatação do cumprimento das regras e procedimentos referentes à contratação pública.

Ao longo do período de programação, a Estrutura técnica do Programa seguiu um plano de formação específico em ordem à aquisição dos conhecimentos adequados e necessários à correta verificação dos procedimentos utilizados para a celebração dos contratos públicos, nomeadamente ao nível do novo Código dos Contratos Públicos (CCP).

Para efeitos do incumprimento da legislação aplicável em matéria de contratação pública, a autoridade de gestão aplica a nova Tabela de Correções Financeiras aprovada pela Decisão C (2013) 9527 final de 19.12.2013 (cfr. Anexo II) da Comissão Europeia.

Regras Ambientais

De acordo com o direito comunitário e com as boas práticas difundidas pela Comissão Europeia, as operações apoiadas pelos fundos estruturais devem cumprir com os princípios e objetivos da proteção e melhoria do ambiente e do desenvolvimento sustentável referidos no Tratado, bem como a sua conformidade com a legislação comunitária em matéria de ambiente, de acordo com o disposto no seu artigo 6º e nos termos do qual as "*exigências em matéria de proteção de ambiente devem ser integradas na definição e aplicação das políticas*" da União Europeia.

Os artigos 4º e 5º do Regulamento do PROCONVERGENCIA estabelecem as condições gerais e específicas de admissão e aceitação das operações candidatas, que envolvem o cumprimento das disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de licenciamentos ou autorizações prévias, aplicáveis ao arranque da operação e a conformidade com a legislação nacional e comunitária que lhes seja aplicável, incluindo a legislação ambiental. Assim, a instrução da candidatura exige a apresentação dos documentos comprovativos dos licenciamentos ou autorizações exigíveis para a fase em que se encontra a operação, a que pressupõe possuir um grau de maturidade adequado.

Em abril de 2011, a autoridade de gestão do PO emitiu a Orientação1/2011, na qual define o enquadramento e cumprimento da legislação ambiental, bem como estabelece a norma de procedimento a seguir na análise das operações candidatas.

As verificações das regras em matéria ambiental, constam das check-list de análise e incidem, quando aplicável, sobre os seguintes domínios:

- O enquadramento na Rede Natura 2000 e a eventual Avaliação de Incidências Ambientais, de modo a atestar de que modo a operação incorpora os potenciais efeitos sobre áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000.
- A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e os instrumentos associados, designadamente a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) e o consequente RECAPE;
- Os licenciamentos e as autorizações em matéria de qualidade da água destinada a consumo humano, incluindo o regime de utilização e titularidade dos recursos hídricos, tratamento de águas residuais urbanas e o regime geral de gestão de resíduos;
- Outros domínios, de enquadramento e respeito pelos regimes relativos às bacias hidrográficas (PBH), ao ordenamento do território, ao ordenamento da orla costeira (POOC), Parques Naturais de Ilha e Rede Regional de Áreas Protegidas.

Em sede de análise e validação das despesas referentes às operações aprovadas é previamente verificada a existência de condições restritivas em matéria ambiental, que decorrem do clausulado dos contratos de financiamento.

Por último, quer no âmbito de verificações no local, quer na fase das visitas de acompanhamento é feita a evidência através da "Ficha de Verificação do Cumprimento da Legislação Ambiental em Projetos Cofinanciados", do cumprimento da legislação ambiental e da conformidade pelas regras ambientais, garantindo a observação do grau de cumprimento desta política comunitária.

A autoridade de gestão, sempre que se revele necessário, solicita a contribuição da autoridade regional do ambiente, mediante pedido de parecer, fazendo-o acompanhar da memória descritiva e justificativa do projeto, cartografia de pormenor (na escala 1/25 000 ou outra), tabela com a descrição das componentes físicas do projeto e outra informação relevante.

Em termos da aplicação das regras ambientais no âmbito das prioridades do programa, verifica-se o seguinte:

Proteção e valorização Ambiental

Os diplomas regulamentares de enquadramento dos Sistemas de Incentivos às Empresas, Objetivo específico 7.1 - Qualificar o investimento empresarial, estabelecem que os promotores dos projetos devem cumprir as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade e que os projetos devem cumprir as disposições nacionais e comunitárias em matéria de ambiente.

O organismo intermédio com responsabilidade pela gestão dos regimes de auxílios, em sede de admissibilidade dos projetos e/ou acompanhamento e validação do relatório final verifica o cumprimento de todos os licenciamentos obrigatórios para a concretização dos investimentos, nomeadamente o licenciamento de edificação, o licenciamento industrial ou comercial, o cumprimento das regras ambientais, dando assim garantias que os projetos cofinanciados respeitam os princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável.

No caso dos projetos candidatos incorporarem aspetos de natureza ambiental, é solicitado parecer à Direção Regional do Ambiente, sendo o mesmo, em atividades específicas ligadas ao ambiente, decisivo quanto à elegibilidade da candidatura.

Na fase de celebração do contrato, os promotores têm de fazer prova que possuem todos os licenciamentos necessários à instalação ou remodelação do empreendimento e, no encerramento, são verificadas todas as condições necessárias ao seu funcionamento.

Ao nível dos projetos de natureza pública, as questões ambientais assumem uma maior preponderância no eixo prioritário 9 – Coesão territorial e sustentabilidade ambiental. Na determinação do mérito das operações candidatas aos objetivos específicos 9.3 - Ordenar o território, 9.4 - Aumentar a cobertura da rede de infraestruturas ambientais e 9.5 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental, é aplicado um critério de seleção relativo à evidência de ganhos ambientais (cumprimento das diretivas comunitárias relativas ao ambiente).

Ainda na avaliação do mérito das operações candidatas, todos os objetivos específicos incluem nos respetivos critérios de seleção, o parâmetro "Evidencia de utilização racional de energia e/ou ganho de eficiência e de poupança de energia", que avalia os impactos ao nível da utilização eficiente de energia. Essas evidências são demonstradas ao nível dos certificados de eficiência energética, das medidas utilizadas a nível da construção dos edifícios para cumprimentos da legislação aplicável, o uso preferencial de materiais "amigáveis" do ambiente, etc.

As operações no âmbito do processo prévio de decisão são sujeitas à emissão de parecer por parte de Comissões de Seleção, as quais nos casos do Eixo prioritário 9 - Melhorar a Coesão Territorial e a Sustentabilidade e do Eixo prioritário 10 - Compensar os sobrecustos da ultraperifericidade incluem na sua composição a autoridade regional para a área do ambiente.

Os aspetos ambientais enquanto tema transversal da política comunitária, estão presentes na Comissão de Acompanhamento do programa, na qual tem assento uma ONG da área do ambiente, designada pelo Conselho Regional de Concertação Estratégico e o representante da autoridade regional competente na área do ambiente (Direção Regional do Ambiente).

Alterações climáticas

Através da Resolução do Conselho do Governo n.º 123/2011, de 19 de Outubro o governo regional aprovou a Estratégia Regional para as Alterações Climáticas (ERAC).

A estratégia pretende simultaneamente contribuir para o desenvolvimento e consolidação das bases de um desenvolvimento sustentável para os Açores, tendo como referência um modelo de sociedade e da sua relação com o meio ambiente que se pretende não descaracterizar.

Nesse sentido, a estratégia preconizada integra simultaneamente um esforço para a redução das emissões antropogénicas de GEE, bem como uma adaptação aos impactes resultantes dos cenários previstos para o fenómeno das alterações climáticas, quer em terra, quer no mar.

A par desta medida, várias têm sido as iniciativas que relevam as preocupações da Região Autónoma dos Açores com a problemática do seu clima, bem como com o fenómeno das alterações climáticas.

No plano científico, o Governo Regional dos Açores elegeu o clima e a meteorologia como um dos sectores prioritários no domínio da investigação e monitorização, apoiando a criação do Centro do Clima, Meteorologia e Mudanças Globais (C_CMMG) da Universidade dos Açores, bem como a criação de redes de monitorização de fenómenos climáticos extremos, e preconiza a adequação dos serviços regionais do Instituto de Meteorologia aos interesses específicos da região.

Ao nível da Administração Regional têm vindo a ser progressivamente integradas políticas e medidas, na elaboração dos instrumentos de gestão do território, dos recursos e dos resíduos, as quais reflectem a preocupação com o problema, bem como se traduzem em formas de adaptação e de mitigação.

Ao nível sectorial são de destacar a adaptação tecnológica no domínio dos transportes públicos com a medida Redução do Impacto Ambiental e Renovação das Frotas no Transporte Colectivo de Passageiros, que proporcionou o incentivo ao abate de veículos mais poluentes; o Plano Regional do Ordenamento do Território; o Plano Estratégico para a Gestão dos Resíduos dos Açores; a elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira; a elaboração de Cartas de Risco; a Estratégia Regional para a Gestão Integrada da Orla Costeira; o Plano Regional da Água; os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas (PGBH); os Planos de Gestão dos Recursos Hídricos de Ilha; a avaliação de perigos meteorológicos e delimitação de áreas vulneráveis; a inclusão de doutrina ambiental na legislação de protecção civil e bombeiros, bem como a introdução destas matérias na formação dos diferentes agentes de protecção civil, etc.. De todas estas iniciativas resulta já um elevado contributo para a valorização ambiental, bem como para os esforços de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

O programa, ao longo do seu período de programação, apoiou projetos de investigação científica que, no âmbito da atividade da Universidade dos Açores, incidem especificamente sobre a problemática das alterações climáticas.

No âmbito da gestão do território, os apoios destinaram-se a aumentar a base do conhecimento em matéria de ordenamento e adaptação às alterações climáticas, por via da dotação dos instrumentos adequados às necessidades de gestão do seu território, e da elaboração de instrumentos de acesso célere e eficaz à informação, na área do planeamento, Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROTA), e os Planos de Urbanização e Planos de Pormenor).

No âmbito da prevenção e combate aos riscos, os apoios situaram-se ao nível do desenvolvimento e implementação dos Planos de Emergência de base territorial, em articulação com os instrumentos de planeamento municipal e concretamente com os Planos Municipais de Emergência, o alargamento da rede de telecomunicações de emergência, as infraestruturas e equipamentos de proteção civil (quartéis de bombeiros e viaturas) e o funcionamento de um sistema de transporte terrestre de emergência médica.

Foram apoiadas as ações de informação, educação e sensibilização para as medidas de autoproteção adequadas, nomeadamente ao nível da população escolar.

A cooperação técnico-científica com a Universidade dos Açores foi objeto de apoio no âmbito da monitorização e avaliação de parâmetros dos riscos para prevenção de acidentes e catástrofes.

Igualdade de Oportunidades

O princípio da igualdade entre homens e mulheres e da não discriminação foi tida em conta aquando da avaliação ex-ante do programa (valorização da igualdade de oportunidades, da coesão e inclusão social e da empregabilidade) e na própria estruturação do Programa, não corporizando uma prioridade específica, mas antes assumindo uma dimensão transversal, abrangendo todas as prioridades e objetivos específicos com previsíveis impactos para esta política horizontal.

Sem preocupações neste âmbito do relatório, de suscitar a avaliação dos resultados alcançados, procura-se antes de mais analisar alguns aspetos relacionados com a execução, tendo em conta os princípios gerais a considerar nas diferentes fases de implementação do Programa, e as dimensões do princípio da igualdade de oportunidades mais pertinentes.

De início, na fase de admissão da candidatura em que são analisadas as condições de admissibilidade e de aceitabilidade, quer do beneficiário, quer da operação, existem procedimentos com vista à verificação do respeito por esta política horizontal da EU, bem como o despiste para a inexistência de medidas discriminatórias.

Especificamente e no tocante às operações que envolvem intervenções em infraestruturas, é verificado se os projetos técnicos preveem as medidas adequadas em ordem a garantir a não

existência de barreiras (arquitetónicas ou outras) que dificultem a mobilidade e acessibilidade das pessoas com necessidades especiais ou incluam as soluções para a minimização e ultrapassagem das mesmas.

Ao nível do formulário da candidatura, um dos pontos refere-se à informação a prestar pelos beneficiários sobre o emprego, permanente e/ou temporário, e a sua repartição por género, sendo que em sede de análise e aprovação do relatório final das operações, é verificada a informação final relativa ao número de empregos efetivamente criados, bem como a sua desagregação, sempre que tal for suscetível de aplicação.

A Comissão de Acompanhamento do Programa, enquanto órgão privilegiado de acompanhamento da execução e das políticas, integra na sua composição, um representante do organismo regional para a Igualdade do Género.

Empreendedorismo

As prioridades e objetivos específicos do PROCONVERGENCIA refletem um forte contributo para a salvaguarda dos princípios de igualdade de oportunidades e da não discriminação, estando particularmente presentes no âmbito do Eixo 7 – Criar emprego e riqueza nos Açores e Eixo 8 – Qualificar e integrar a sociedade açoriana.

No contexto dos Sistemas de Incentivos, previstos no Eixo 7, objetivo específico 7.1 - Qualificar o investimento empresarial, a temática da igualdade de oportunidades materializa-se sobretudo no apoio ao empreendedorismo qualificado previsto no âmbito do Sistema de Incentivos Empreende Jovem, e reforça a competitividade empresarial de micro e pequenas empresas.

Este apoio contempla a atribuição de uma majoração para os projetos promovidos por jovens empresários na condição que os mesmos detenham uma participação de pelo menos 75% no capital da empresa.

Refira-se que o regulamento deste sistema de incentivos prevê a integração na comissão de seleção de um representante da direção regional com competência em matéria de juventude.

Ainda no Eixo 7, objetivo específico 7.6 - Melhorar a eficiência administrativa, os apoios prestados à modernização administrativa de âmbito municipal/local, favorecem o acesso generalizado de todos os públicos, através de TIC, à administração pública em linha, reforçando a interação entre a administração, os cidadãos e os agentes económicos.

Conciliação da vida familiar e profissional

Outro domínio relevante da dimensão da igualdade do género relaciona-se com a conciliação da vida familiar e profissional, enquanto forma de diminuir a penalização das mulheres na esfera profissional e a dos homens na realização familiar.

Neste aspeto, as tipologias apoiadas pelo programa apresentam contributos significativos para a melhoria das condições do quadro de vida quotidiano e sobretudo no que se refere à conciliação da vida profissional com a vida familiar, por via da extensão e melhoria da rede de equipamentos de educação (educação pré-escolar e escolaridade obrigatória), equipamentos sociais (creches, centros de dia, lares de idosos, centros de atividades ocupacionais para pessoas deficientes) e de saúde (em especial, a rede de cuidados continuados).

Para além destes, outros contributos são também de assinalar, outros domínios relevantes para o uso generalizado dos cidadãos e para a coesão social (equipamentos desportivos, infraestruturas de âmbito local, sociedade de Informação/TIC, etc.).

Os beneficiários estão informados para a necessidade do cumprimento das suas obrigações em matéria de igualdade de oportunidades, nomeadamente, aquando da formalização dos contratos de financiamento/termos de aceitação e aquando da realização das ações de acompanhamento.

As recomendações da autoridade de auditoria encontram-se refletidas em pontos específicos das respetivas check-list de admissibilidade das candidaturas, de verificação administrativa e no local e de acompanhamento, através nomeadamente da "Ficha de Verificação da Integração da Perspetiva de Género".

O cumprimento da igualdade de oportunidades é aferido ainda em sede dos relatórios finais dos projetos, através do indicador relevante nesta matéria, bem como na identificação do número de postos de trabalho criados, repartidos entre homens e mulheres.

2.4 Alterações da Envolvente à Execução do PROCONVERGENCIA

Em termos da administração e governação do território, no ano de 2014 não se evidenciou qualquer alteração ao nível dos órgãos de governo próprio da Autonomia Regional. O XI Governo Regional dos Açores, que tomou posse no final de 2012, desenvolveu normalmente o seu mandato, não se registando qualquer aspeto de natureza política e institucional que condicionasse a execução do PROCONVERGENCIA.

Quanto à governação do programa não se registaram alterações de estrutura ou de composição, mantendo-se a estabilidade dos quadros e o nível de desempenho das tarefas atribuídas.

A envolvente financeira e económica tem vindo a diminuir progressivamente as restrições e condicionalidades decorrentes do cumprimento do programa de ajustamento económico e financeiro, a que o país foi sujeito.

Verifica-se em 2014 sinais evidentes de inversão de ciclo económico, embora com uma intensidade relativamente diminuta, registando-se ainda dificuldades de recuperação em alguns setores económicos e taxas relativamente elevadas de desocupação involuntária da população ativa.

2.5 Durabilidade das Operações (Artigo 57º do Regulamento (CE) Nº1083/2006)

Nos termos do previsto no nº2 do Artigo 57º do Regulamento (CE) Nº1083/2006, a autoridade de gestão reporta que não foram detetadas alterações na aceção do nº1 daquele Artigo.

2.6 Complementaridade com Outros Instrumentos

2.6.1 Complementaridade com outros instrumentos financeiros ou Programas

O Modelo Institucional de Governação da programação com participação comunitária no período 2007-2003, estabelecido na Orientação nº 5/2006 do Governo Regional, de 2 de Março, onde estavam previstos os órgãos de orientação política, de aconselhamento estratégico, de gestão e de acompanhamento, prevê a monitorização e o acompanhamento estratégico de todas as intervenções integradas neste período de programação. Garante-se assim a sua coordenação através de um quadro regulamentar apropriado que permite a troca de informações, o despiste de

sobreposições indesejáveis de investimentos e a obtenção de sinergias e complementaridades nas diversas intervenções, numa perspetiva de otimização dos meios disponíveis e de maximização dos resultados a obter.

O protocolo estabelecido, em Abril de 2008, entre a Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA e as entidades gestoras do PRO-EMPREGO (FSE) e do PRORURAL (FEADER) e coordenação regional do PROMAR (FEP), tem como objetivo a promoção de ações relativas ao despiste de situações de sobreposição e/ou duplicação de apoios concedidos, prevendo-se a comparação dos dados relevantes registados nos respetivos sistemas de informação. A Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, programa com maior dotação financeira, ficou responsável por, semestralmente, realizar as tarefas de verificação dos apoios concedidos.

As informações de cada Programa Operacional, relativamente às operações aprovadas até 31 de Dezembro de 2014, (PROCONVERGENCIA, PRORURAL, PRO-EMPREGO e PROPESCAS – componente regional do PROMAR) foram tratadas de forma a evidenciar a delimitação clara de competências e de âmbito de intervenção tal como previsto no texto do Programa.

Quadro 2.23 - Projetos Aprovados até 31/12/2014				
	PROCONVERGENCIA	PRO-EMPREGO	PRORURAL	PROPESCAS
Nº Projetos Aprovados	1.682	948	2.588	149
Despesa Pública (€)	1.344.614.584,32	344.080.066,60	236.958.777,75	36.693.083,41
Fundo (€)	1.129.336.594,94	290.637.744,77	202.610.393,65	28.146.763,48
	(FEDER)	(FSE)	(FEADER)	(FEP)

Ao nível da complementaridade e conforme previsto inicialmente, verificam-se as seguintes situações:

- Entre PROCONVERGENCIA e PRORURAL
 - Operações aprovadas pelo PROCONVERGENCIA:
 - Construção das Novas Instalações do Laboratório Regional de Veterinária;
 - Construção do Laboratório Regional de Enologia.
- Entre PROCONVERGENCIA e PROEMPREGO
 - Operações aprovadas pelo PROCONVERGENCIA (construção/adaptação e equipamento):
 - Escola de Formação Turística e Hoteleira;
 - Escola Profissional da Ilha de São Jorge;
 - Escola Profissional da Praia da Vitória;
 - Centro de Formação Profissional da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada;

- Construção de novas instalações da EPROSEC – Escola Profissional do Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Indústria, Turismo, Serviços e Correlativos da Região Autónoma dos Açores.
- As atividades formativas destas instituições são asseguradas pelo PROEMPREGO.
- PROCONVERGENCIA e PROPESCAS
 - Operações aprovadas pelo PROCONVERGENCIA (infraestruturas portuárias afetas ao setor pescas):
 - Portos de Pescas
 - Melhoramento do Porto de Pesca de Ponta Delgada (Flores);
 - Melhoramento das Condições Operacionais do Porto de Pesca de São Mateus (Terceira);
 - Ampliação do Porto de Pesca de Vila Franca do Campo (São Miguel);
 - Beneficiação do Porto de Pesca da Fajã do Ouvidor (São Jorge);
 - Ampliação, Reordenamento e Beneficiação do Porto de Pesca de Rabo de Peixe.
 - Outras Infraestruturas
 - Fornecimento e Instalação de Postos de Acostagem Flutuantes no Porto da Praia (Graciosa);
 - Construção dos Edifícios de Armazéns de Aprestos do Porto da Praia (Graciosa);
 - Proteção da Base da Falésia e Melhoria das Infraestruturas de Apoio à Pesca no Porto Formoso (São Miguel);
 - Construção do Edifício da Lota do Porto da Praia (Graciosa);
 - Execução da Pavimentação, Infraestrutura e Assinalamento Marítimo no Sector de Pescas do Porto da Praia (Graciosa);
 - Proteção Marginal da Zona Adjacente ao Terminal de Combustíveis e Reabilitação da Obra complementar de Abrigo do Terraplino do Núcleo de Pesca e do Hydrolift do Porto da Praia da Vitória (Terceira).

Ao nível do despiste de situações de sobreposição de cofinanciamento comunitário ou duplo financiamento de projetos aprovados até 31 de Dezembro de 2014, foram constituídas 4 bases de dados, uma para cada programa operacional, com recurso ao programa Microsoft Access 2007.

As bases de dados eram compostas pela identificação fiscal das entidades beneficiárias dos apoios comunitários, tendo sido geradas tabelas relacionais para verificação das entidades que se candidataram aos vários programas operacionais. Assim, verifica-se que existem várias entidades que são beneficiárias de mais do que um programa operacional, conforme está registado na matriz seguinte:

Quadro 2.24 - Nº de entidades beneficiárias dos vários PO				
	PROCONVERGENCIA	PRO-EMPREGO	PROPESCAS	PRORURAL
PROCONVERGENCIA		31	4	38
PRO-EMPREGO	31		2	13
PROPESCAS	4	2		0
PRORURAL	38	13	0	

Posteriormente foram analisadas as ocorrências detetadas, comparando os projetos aprovados e concluindo sobre a eventual sobreposição de cofinanciamento ou duplo financiamento.

Após a análise efetuada, conclui-se que não existe sobreposição de cofinanciamento ou duplo financiamento de fundos comunitários nos programas operacionais em vigor na Região Autónoma dos Açores.

Ainda no âmbito da Orientação nº 5/2006, acima referida, foi atribuída à Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais a gestão e acompanhamento nos Açores do Programa de Cooperação Transnacional Madeira, Açores e Canárias (PCT MAC), no período 2007-2013. Embora a cooperação territorial não esteja no âmbito do QREN, é importante que seja analisado o eventual duplo financiamento comunitário dos projetos aprovados com beneficiários da Região no PCT MAC e os projetos aprovados no PROCONVERGENCIA.

O objetivo global do PCT MAC consiste em, por um lado, incrementar os níveis de desenvolvimento e de integração socioeconómica dos três arquipélagos, fomentando uma estratégia que visa o impulso da sociedade do conhecimento e do desenvolvimento sustentável, e, por outro, melhorar os níveis de integração socioeconómica do espaço de cooperação com os países de proximidade geográfica e cultural. Até à presente data, foram aprovados 61 projetos, nos quais participam 30 entidades com sede nos Açores, repartidos pelos três eixos do programa:

Quadro 2.25 – PCT-MAC - Projetos Aprovados até 31/12/2014			
Programa de Cooperação Transnacional – Madeira/Açores/Canárias	Nº Projetos Aprovados	Despesa Pública	FEDER
Eixo I – Promoção da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Sociedade da Informação	30	2.830.558	2.405.974
Eixo II – Reforço da Gestão Ambiental e da Prevenção de Riscos	13	1.991.686	1.692.933
Eixo III - Cooperação com Países Terceiros e articulação da Grande Vizinhança	18	939.793	880.940
Total	61	5.762.036	4.979.847

Utilizando a metodologia de despiste de situações de sobreposição de cofinanciamento acima desenvolvida, foram detetados 19 beneficiários, dos 30 identificados, que também são beneficiários

do PROCONVERGENCIA. Comparando os projetos aprovados em ambos os programas, conclui-se pela não existência de duplo financiamento.

A articulação com as demais intervenções operacionais é clara e definida, desde a fase de programação, a fronteira entre os apoios FEDER no âmbito do PROCONVERGENCIA e o apoio Fundo de Coesão, nos termos da participação regional no Programa Operacional Valorização do Território.

A complementaridade consubstancia-se ao nível de duas candidaturas aprovadas no PROCONVERGENCIA relativo a:

- o Centros de processamento de resíduos e de valorização orgânica por compostagem nas ilhas das Flores e Graciosa;
- o Construção do Centro de Resíduos da Ilha do Corvo

O eixo prioritário dedicado à Região no POVT acolhe os projetos de requalificação dos portos comerciais da Horta e da Madalena, a requalificação dos recursos hídricos de superfície na ilha de S. Miguel, Lagoas das Furnas e Sete Cidades e infraestruturas de gestão de resíduos, incluindo centros de processamento, triagem, tratamento mecânico e valorização orgânica.

Quadro 2.26 – POVT – Eixo III – Projetos Aprovados até 31/12/2014							
Estado do Projeto	Código Projeto	Designação	Montantes Aprovados		Montantes Executados		Taxa de Execução
			Despesa Pública	Fundo de Coesão	Despesa Pública	Fundo de Coesão	
Contratada	POVT-13-0157-FCOES-000001	Requalificação Ambiental das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e Sete Cidades	4.444.526,04	3.777.847,13	4.082.563,77	3.470.179,27	91,86%
Contratada	POVT-13-0157-FCOES-000002	Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta	42.787.750,61	36.369.588,02	40.537.691,39	34.457.037,67	94,74%
Contratada	POVT-13-0157-FCOES-000004	Reordenamento do Porto da Madalena - Construção de infraestruturas e obras para melhoramento das condições de abrigo do Porto da Madalena, na Ilha do Pico	13.050.630,32	11.093.035,77	12.851.812,16	10.924.040,34	98,48%
Contratada	POVT-13-0157-FCOES-000005	Centros de Processamento de Resíduos de Santa Maria, São Jorge, Pico e Faial e Selagem/remoção de lixeiras	22.403.344,93	19.042.843,19	19.171.665,10	16.295.915,34	85,58%
Contratada	POVT-13-0157-FCOES-000007	Central de Tratamento e valorização de Resíduos da ilha Terceira	36.461.444,72	30.992.228,01	12.004.465,01	10.203.795,25	32,92%
Totais			119.147.696,62	101.275.542,12	88.648.197,43	75.350.967,87	74,40%

2.6.2 – Instrumentos de Engenharia Financeira

Engenharia Financeira

No âmbito do Eixo Prioritário VII – Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores, e especificamente no Objetivo Específico 7.1 - Qualificar o Investimento Empresarial, foi criado o Regulamento de Acesso ao Apoio e Partilha de Risco das Empresas Açorianas (RAAPREA), com o objetivo de diversificar os apoios do programa às PME regionais, de forma complementar aos apoios previstos nos sistemas de incentivos de base regional em vigor.

As regras de execução estabelecidas no Regulamento de Acesso ao Apoio e Partilha de Risco das Empresas Açorianas (RAAPREA), preveem os seguintes instrumentos:

- a) Instrumentos de reforço do capital próprio (Fundos de capital de risco, fundos especiais de investimento e outros instrumentos de financiamento a intermediários de capital de risco; Financiamento a investidores para atividades na fase "pré-semente" ou "semente" convertíveis em capital de risco em caso de sucesso; Fundos de participação em outros fundos de capital de risco; ("Fundos de Fundos"), designadamente os criados e dinamizados pelo Fundo Europeu de Investimentos, no âmbito da iniciativa JEREMIE;
- b) Instrumentos de reforço do financiamento de capitais alheios: Fundos de Contra Garantia Mútuo (FCGM); Constituição ou o reforço do capital social de sociedades de garantia mútua (SGM); Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente, Fundos de Investimento Imobiliário; Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos; Mecanismos de garantias de financiamento; Outros instrumentos convertíveis de capital e dívida.

O quadro seguinte apresenta por instrumento financeiro, os valores de aprovação e de execução e a respetiva taxa de realização.

Quadro 2.27 - Instrumentos de Engenharia Financeira					
Designação da Operacao	Despesa Pública Aprovada	Fundo Aprovado	Despesa Pública Validada	Fundo Validado	Taxa de Realização (EX/AP)
Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores	5.505.347,30	4.679.545,21	0,00	0,00	0,0%
Linha de Crédito Açores Investe	5.005.347,17	4.254.545,09	0,00	0,00	0,0%
Linha de Crédito Açores Empresas	1.898.958,03	1.614.114,33	0,00	0,00	0,0%
Criação de um Fundo de Capital de Risco nos Açores - FIAEA	1.000.000,00	860.000,00	1.000.000,00	860.000,00	100,0%
Linha de Crédito Açores Investe II	5.546.000,00	4.843.123,29	1.634.457,52	1.518.312,18	31,3%
Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez	5.500.000,00	4.675.000	0,00	0,00	0,0%
Linha de Crédito Açores Empresas III	1.700.000,00	1.465.000,00	201.804,69	191.533,99	13,1%
Linha Investe QREN	1.100.000,00	1.100.000,00	0,00	0,00	0,0%
Total	27.255.652,50	23.491.327,92	2.836.262,21	2.569.846,17	10,9%

No final de 2014, encontravam-se aprovadas 8 operações, 6 relativas a linhas de crédito, uma relativa à constituição de um Fundo de Capital de Risco nos Açores (FIAEA) e a Linha INVESTE QREN, ao abrigo da 2ª tranche de empréstimo-quadro com o BEI.

O total das aprovações envolve uma despesa pública de 27,3 milhões de euros e uma contribuição comunitária de 23,5 milhões de euros.

Em termos de execução financeira verifica-se uma despesa executada de quase 2,8 milhões de euros (2,6 milhões de euros de Fundo).

A taxa de realização, em termos de Fundo, equivale a uma taxa de execução de 10,9%.

Sem Fundo de Participação

Os apoios do PROCONVERGENCIA para financiamento das 8 Linhas de Crédito inicialmente aprovadas atingiram um investimento elegível de 68,8 milhões de euros (58,5 milhões de euros de Fundo). Na sequência de reprogramações financeiras da iniciativa da entidade beneficiária, houve um ajustamento nos valores aprovados, originando uma diminuição para 38,4 milhões de euros de investimento elegível e 33,2 milhões de euros de Fundo.

No âmbito da auditoria promovida pela IGF em 2013, foram identificadas insuficiências ao nível dos procedimentos adotados relativamente às operações selecionadas na amostra, Linha de Crédito Açores Empresas II e Linha de Apoio à Reestruturação da Dívida Bancária das Empresas dos Açores II. Por referência às conclusões e recomendações da referida auditoria procedeu-se em 2014 à rescisão e correção integral daquelas 2 operações.

No final de 2014, procedeu-se à atualização das recomendações formuladas pela IGF relativamente às operações enquadráveis nas tipologias de engenharia financeira e, no âmbito do exercício de delimitação do perímetro das operações desta natureza, concluiu-se adequado aplicar as conclusões da auditoria e, em consequência:

1. Efetuar uma correção financeira de 100%, constituir a respetiva dívida e oportunamente rescindir com as linhas de crédito,
 - RAAFDR-07-0123-FEDER-000001 Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores
 - RAAFDR-07-0123-FEDER-000002 Linha de Crédito Açores Investe
 - RAAFDR-07-0123-FEDER-000003 Linha de Crédito Açores Empresas
 - RAAFDR-07-0123-FEDER-000008 Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores.
2. Efetuar uma correção financeira de 50% às linhas de crédito,
 - RAAFDR-07-0123-FEDER-000007 Linha de Crédito Açores Investe II
 - RAAFDR-07-0123-FEDER-000009 Linha de Crédito Açores Empresas III.

No total das Linhas de Crédito, excetuando as rescindidas, foram apoiados 4.191 destinatários finais, envolvendo um montante de cerca de 2,2 milhões de euros (1,9 milhões de euros de Fundo).

Por dimensão de empresas, salienta-se que 59% dos apoios foram dirigidos a PME e 31,2% para microempresas.

Fundo de Capital de Risco - FIAEA

O Fundo de Capital de Risco FIAEA – Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo dos Açores iniciou a sua atividade a 14 de janeiro de 2011, com o capital de €1.000.000,00 (um milhão de euros), detendo a Região Autónoma dos Açores 90% do capital inicial e a Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, SA os restantes 10%. Em 2013 o capital deste fundo foi reforçado em €103.109,30.

As funções de entidade gestora são exercidas pela Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, SA, que sucedeu à INOVCAPITAL – Sociedade de Capital de Risco, SA e a Região Autónoma dos Açores faz-se representar através da SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER criada em 2013, que sucedeu à ex-APIA - Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, EPE.

O FIAEA tem como objetivo, prioritário, a tomada de participações, por tempo limitado, em micro e pequenas e médias empresas com projetos ou iniciativas em áreas estratégicas para os Açores, nomeadamente as relacionadas com o turismo, saúde e bem-estar, ciências do mar, tecnologias agroalimentares, ambiente, energias renováveis, biotecnologia, tecnologias de informação e comunicação, investigação aplicada e outras consideradas relevantes para o empreendedorismo dos Açores.

As decisões de investimento do FIAEA, traduzem-se num montante máximo de 100 mil euros, em cada 12 meses, por cada participada e manifestam-se numa participação tendencialmente minoritária, em que pelo menos 15% do investimento numa participada deverá ser efetuado em instrumentos de capital próprio, valores mobiliários ou direitos convertíveis, permutáveis ou que confiram o direito à sua aquisição.

Trata-se do primeiro fundo de capital de risco disponibilizado especificamente às empresas açorianas, registando-se algumas reservas na adesão a esta nova forma de financiamento, pelo que foram finalizadas as participações em duas empresas, estando em fase de negociação a participação em mais quatro empresas.

Por outro lado, há a destacar a realização de inúmeras ações de dinamização, sendo já visíveis os resultados dessas ações de divulgação e de captação de investidores desenvolvidas em 2014 no número de interessados inscritos, no número de candidaturas recebidas e no número de projetos em análise, com perspetiva de concretização.

INVESTE QREN

O acesso à linha de financiamento INVESTE QREN, que tem uma linha específica para a Região, é realizado através dos bancos que manifestaram vontade de aderir à sua utilização, tendo para o efeito celebrado um protocolo de colaboração institucional com o IFDR.

Foi designada como entidade gestora da linha de financiamento INVESTE QREN a sociedade SPGM - Sociedade de Investimento, S. A., cabendo à AD&C a responsabilidade de coordenação e supervisão dos processos de contratação e gestão da dívida, a articulação de fluxos financeiros com a Direção Geral do Tesouro e Finanças e os bancos, bem como a interlocução com a Comissão de Coordenação e Supervisão do QREN.

No âmbito desta linha, são financiados pelo Programa (no valor máximo aprovado de 1,1 milhões de euros) (i) os custos das bonificações de comissão de garantia mútua, (ii) o reforço do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM) e (iii) os custos de gestão da Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua - Sociedade de Investimento S.A (SPGM).

São beneficiários do "INVESTE QREN", a título de empréstimo, empresas com projetos de investimento aprovados no âmbito dos sistemas de incentivos.

A 31 de dezembro de 2014 registava-se o enquadramento de 15 empréstimos aprovados (13 aprovados em 2014), no montante global de 633.151 euros.

Participação nas Iniciativas – Jeremie e Jessica

O programa não prestou apoios aos instrumentos financeiros previstos no âmbito das iniciativas JEREMIE e JESSICA, promovidas pela União Europeia.

2.7 Acompanhamento e Avaliação**2.7.1 - Acompanhamento****Autoridade de Gestão**

A Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (DRPFE) assume, nos termos do previsto na regulamentação comunitária, a responsabilidade de autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA, tendo sido designada para o efeito através da Resolução do Conselho do Governo nº 112/2007 de 17 de Outubro.

Estruturando-se o PROCONVERGENCIA em vários instrumentos de política pública, as funções de análise e aprovação de candidaturas durante o ano de 2014 tiveram o apoio, em termos consultivos, das comissões de seleção, constituída uma por cada eixo prioritário, integradas por elementos com responsabilidades na gestão desses instrumentos, no âmbito dos principais domínios de intervenção englobados em cada eixo.

Em termos de funcionamento interno a Autoridade de Gestão assenta em dois grandes níveis:

Estrutura

No primeiro nível situa-se o gestor do programa operacional, o diretor da DRPFE, como primeiro responsável da autoridade de gestão, com a capacidade exclusiva de decisão, de representação principal da autoridade de gestão e ainda com a coordenação direta de algumas funções de gestão.

Compreende ainda um elemento de coordenação, o diretor de serviços da DRPFE, que tem como principal função a coordenação direta de algumas funções de gestão e de representação da autoridade de gestão, quando solicitado e/ou na falta e impedimentos do gestor.

O secretariado técnico do PROCONVERGENCIA estrutura-se em unidades operacionais segregadas, com as seguintes funções: análise de candidaturas; análise e validação de despesa; acompanhamento e controlo interno; comunicação.

Acresce ainda funções de Apoio Geral que são exercidas no âmbito do quadro do pessoal e das tarefas correntes da DRPFE, onde o núcleo de informática assegura a manutenção e operacionalidade dos sistemas de informação, das aplicações correntes utilizadas, na manutenção e atualização do hardware e o apoio administrativo e de secretariado que assegura as comunicações, a conservação do arquivo e a atualização do Sistema de Gestão Documental (SGC).

Funções delegadas pela autoridade de gestão

Conforme previsto no número 2 do Artigo 59.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, e em consonância com as disposições dos artigos 42.º e 43.º do mesmo Regulamento, as funções de gestão relativas a sistemas de incentivo ao investimento privado, inseridos no Eixo prioritário VII – Dinamizar a Criação de Emprego e Riqueza nos Açores, foram delegadas na Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade, Câmaras de Comércio, Direção Regional de Turismo e Fundo Regional de Transportes.

As principais atividades desenvolvidas

Os trabalhos da Autoridade de Gestão desdobraram-se em dois grandes vetores: por um lado, o exercício das suas competências na análise e aprovação de candidaturas, no processo de análise e validação dos procedimentos de contratação pública e dos pedidos de pagamento dos promotores,

no acompanhamento das operações e na comunicação, e, por outro lado, na reformulação dos instrumentos de base necessários à obtenção da declaração de conformidade da gestão, aspeto essencial para o estabelecimento dos fluxos financeiros com a Comissão Europeia.

Em relação ao funcionamento corrente da gestão, à data de 31 de Dezembro de 2014 tinham sido apresentadas 3.025 candidaturas (15 em 2007, 128 em 2008, 400 em 2009, 390 em 2010, 587 em 2011, 480 em 2012, 372 em 2013 e 653 em 2014). Deste universo foram admitidas 2.643 candidaturas e aprovadas 1.682 operações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe por eixo.

Quadro 2.28 – Candidaturas ao PROCONVERGENCIA – Valores Acumulados					
Eixo Prioritário	Candi- daturas apre- sentadas	Candi- daturas admitidas	Candi- daturas aprovadas	Taxa de admissibilidade (admitidas/ apresentadas)	Taxa de aprovação bruta (aprovadas/ apresentadas)
	Nº	Nº	Nº	%	%
Total	3.025	2.643	1.682	87,4%	55,6%
EP VII - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores	2.388	2.084	1.145	87,3%	47,9%
EP VIII - Qualificar e integrar a sociedade açoriana	210	180	173	85,7%	82,4%
EP IX - Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade	397	355	340	89,4%	85,6%
EP X - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	22	16	16	72,7%	72,7%
EP XI - Assistência Técnica	8	8	8	100,0%	100,0%

Conforme previsto no ponto 5 da Resolução do Conselho do Governo nº 112/2007 de 17 de outubro, as candidaturas, após verificação das condições de acesso e de elegibilidade são também objeto de apreciação por parte de comissões de seleção, uma por cada eixo prioritário, integrando elementos com responsabilidades diretas nos respetivos setores.

Em 2014 realizaram-se 21 consultas às comissões de seleção (34 em 2013), apresentando-se no quadro seguinte a periodicidade e desagregação por eixo prioritário:

Quadro 2.29 - Consultas Escritas Efetuadas às Comissões de Seleção (CS) em 2014												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
EP VII - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores				7			16					
EP VIII - Qualificar e integrar a sociedade açoriana	17		5, 31	7		23	16					1, 16
EP IX - Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade	10, 17	21	5, 31		23	23	16					
EP X - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade										7	28	1

A partir da recolha de dados do sistema de informação do programa, evidenciam-se alguns indicadores físicos ocorridos em 2014 na interação entre beneficiários e a gestão do PO.

Quadro 2.30 – Indicadores de Gestão em 2014	
Indicador	Quantidade
Candidaturas Submetidas	653
Ficheiros introduzidos (documentos, check-list, outros)	34.343
Pedidos de pagamento submetidos	2.031
Documentos de despesa analisados	18.814

Na sequência de aprovação de cada candidatura é efetuada a notificação do beneficiário, por via eletrónica, para dar cumprimento ao disposto no Regulamento (CE) N.º. 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro de 2006, relativo às normas de informação e divulgação dos projectos financiados pela União Europeia (Capítulo II – Normas de execução do Regulamento (CE) 1083/2006, Secção 1, Artigo 8º).

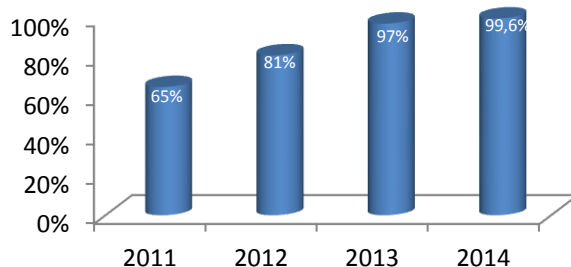
No âmbito da validação da despesa é aferida a conformidade da despesa, bem como, o cumprimento das normas de informação e divulgação.

Foram igualmente desenvolvidas as tarefas necessárias à atualização da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e manuais de procedimento.

Sistema de Informação Geográfica

O sistema de Informação geográfica do PROCONVERGENCIA surge como uma ferramenta de pesquisa e cruzamento de informação e de divulgação de resultados através do portal Polar: <http://polar.vpgr.azores.gov.pt>.

O Universo de operações georreferenciáveis em 31 de Dezembro de 2014 situava-se nas 693 operações; destas encontravam-se georreferenciadas 690 operações, o que permite registar uma taxa de execução do projeto na ordem dos 99,6%, ou seja o projeto naquela data encontrava-se muito próximo de atingir o seu principal objetivo, uma taxa de georreferenciação de 100%. Apresenta-se seguidamente em gráfico a evolução das taxas de realização conseguidas no decorrer da implementação do projeto.

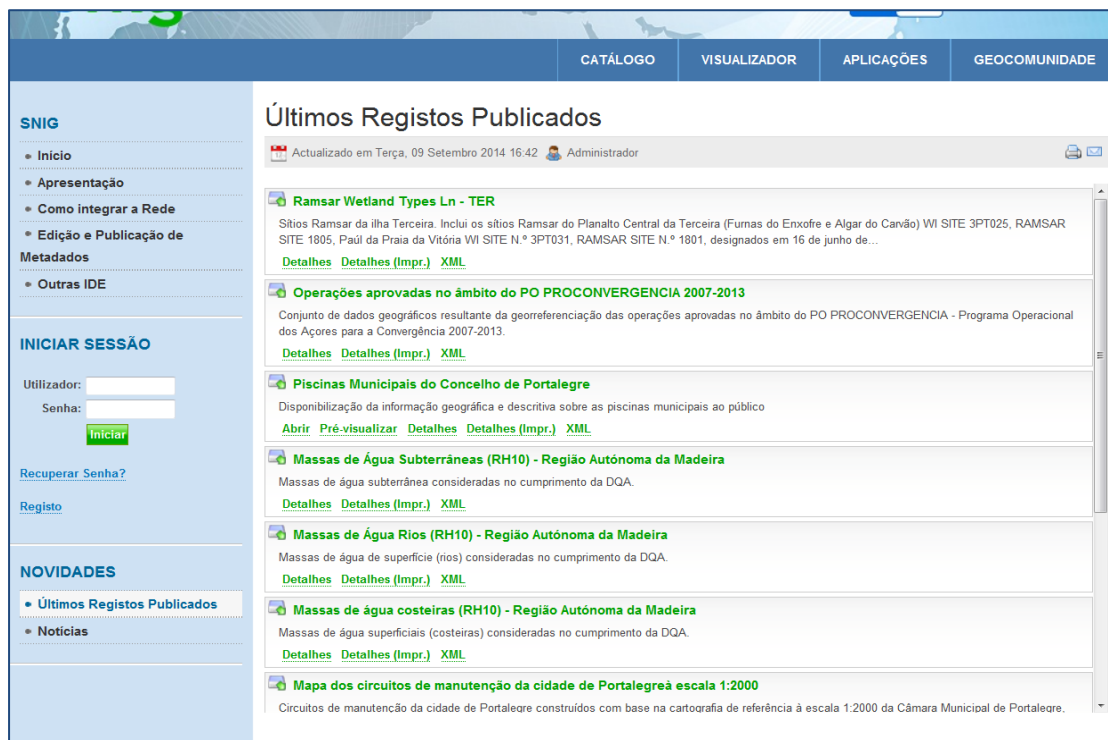
Gráfico 2.6 - Evolução das taxas de realização do Sistema de Informação Geográfica 2011-2014

Ao longo de 2014 ocorreram alguns acontecimentos de destaque para este projeto que se descrevem seguidamente:

- Em Fevereiro, a Direção de Serviços de Cartografia e Informação Geográfica organizou um Webinar, sobre a diretiva INSPIRE e a plataforma de *interface* que permite a sua implementação;
- Em Novembro, realizou-se o seminário “Azores - Potential for Space Technology “ organizado pela Direção Regional de Ciência e Tecnologia, que decorreu no auditório do Laboratório Regional de Engenharia Civil em Ponta Delgada;
- Ainda em Novembro foi aprovada e publicada nos sites do IDEIA e SNIG a 1ª versão dos Metadados referentes ao projeto cumprindo assim as normas da diretiva INSPIRE.

A diretiva INSPIRE 2007/2/CE de 14 de Março obriga através do seu art. 4º a que as entidades produtoras de informação geográfica partilhem os Metadados (informação sobre a informação) dos seus dados. A mesma materializa-se num catálogo uniformizado de informação geográfica da União Europeia, este obriga a uma uniformização dos campos dos Metadados e os seus conteúdos. Em detalhe, estes Metadados correspondem a uma ficha de dados sobre a informação criada de acordo com as normas da diretiva e permitem obter informação sobre os dados geográficos produzidos numa determinada área e a forma de os adquirir ou requisitar.

Figura 2.1 – Georeferenciação - Exemplo



Página do Sistema Nacional de Informação Geográfica com a publicação dos Metadados do PO PROCONVERGENCIA 2007-2013,

Fonte: <http://snig.dgterritorio.pt/>

Verificações e Pista de Auditoria

A autoridade de gestão é responsável pela realização de ações de acompanhamento e de verificação junto dos promotores, no sentido de assegurar o cumprimento das regras comunitárias e nacionais, garantindo a execução efetiva das despesas declaradas pelos beneficiários.

A unidade de acompanhamento e controlo efetuou ações de acompanhamento, que constaram de visitas aos beneficiários e verificações documentais e físicas das operações. Em 2014, foram realizadas 119 ações no seguimento da submissão de Relatórios Finais por parte dos beneficiários e tiveram como finalidade a verificação de que as operações em causa foram executadas de acordo com o previsto.

Das 119 ações de acompanhamento realizadas, foram concluídas 84, havendo o correspondente desbloqueio do Saldo Final das operações com montante retido.

Durante o período de 2007 a 2014, a unidade de acompanhamento e controlo efetuou 493 ações de acompanhamento, tendo concluído 455, o que representou uma taxa de conclusão de 92 %.

Quadro 2.31 – Ações de Acompanhamento

Eixos	2014		2007 / 2014	
	Nº Total	Nº Ações Concluídas	Nº Total	Nº Ações Concluídas
EP VII - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores	29	25	138	133
EP VIII - Qualificar e integrar a sociedade açoriana	38	18	115	94
EP IX - Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade	51	41	224	214
EP X - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	1	0	15	13
EP XI - Assistência Técnica do Programa	0	0	1	1
TOTAIS	119	84	493	455

As ações de verificação realizadas junto dos beneficiários, compreenderam os controlos documentais e físicos, sobre projetos que constam dos pedidos de certificação de despesa, cuja escolha resultou de método de amostragem.

No ano de 2014, foram realizadas 4 ações de verificação, representando um esforço de controlo de 26,5%. A despesa pública objeto de controlo foi de 41,6 milhões de euros.

Por eixos, em 2014, as ações de verificação foram selecionadas atendendo aos seguintes fatores:

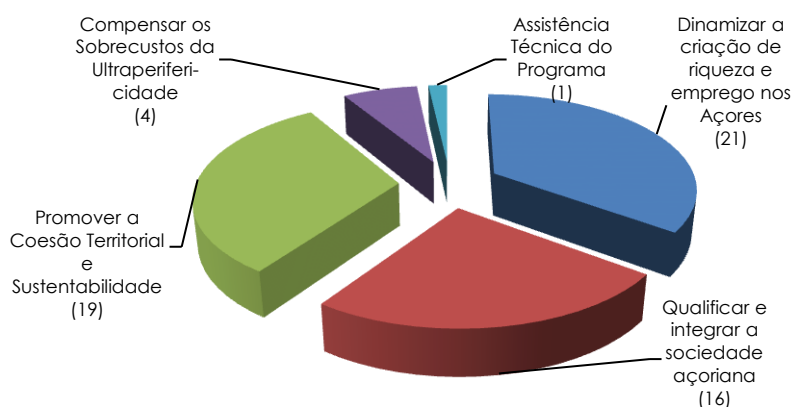
- Entidade que não tinha sido objeto de ação de verificação.
- Entidades executoras inseridas nos principais beneficiários.

Quadro 2.32 – Ações de Verificação

Eixos	2014					2007 / 2014				
	Nº Ações	Despesa Pública Executada (a)	Despesa Pública Verificada (b)	Correções Financeiras (Despesa Pública)	Esforço Controlo (%) (b)/(a)	Nº Ações	Despesa Pública Executada (c)	Despesa Pública Verificada (d)	Correções Financeiras (Despesa Pública)	Esforço Controlo (%) (d)/(c)
EP VII - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores	1	45.757.310	9.553.560	0	20,88%	21	291.336.770	36.122.255	29.380	12,40%
EP VIII - Qualificar e integrar a sociedade açoriana	2	50.930.669	15.206.211	0	29,86%	16	312.678.919	59.163.011	332.749	18,92%
EP IX - Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade	1	46.777.561	16.806.315	0	35,93%	19	362.467.958	63.246.937	310.658	17,45%
EP X - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	0	11.636.710	0	0	0,00%	4	135.346.909	36.664.675	0	27,09%
EP XI - Assistência técnica	0	1.590.447	0	0	0,00%	1	4.360.979	591.738	0	13,57%
TOTAL	4	156.692.696	41.566.086	0	26,53%	61	1.106.191.535	195.788.615	672.787	17,70%

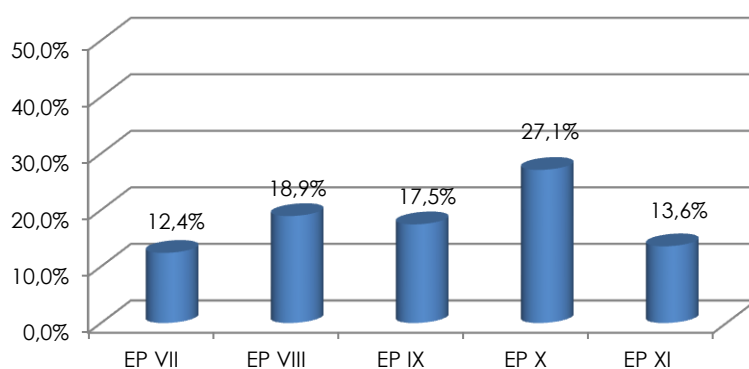
No período de 2007/2014, foram efetuadas 61 ações de verificação, abrangendo todos os eixos prioritários. Em termos acumulados, registou-se um esforço de controlo de 17,7% de toda a despesa executada até 31 de Dezembro de 2014.

Gráfico 2.7 – Número de Ações de Verificação por Eixos – 2007 / 2014



O esforço de controlo, em 2014, incidiu preferencialmente sobre os três eixos prioritários que concentraram 92% do montante de despesa pública executada (EP VII, EP VIII e EP IX). Em termos acumulados estes três eixos prioritários representam 87% da despesa pública executada e 81% da despesa pública verificada.

Gráfico 2.8- Esforço de Controlo por Eixos - 2007 a 2014



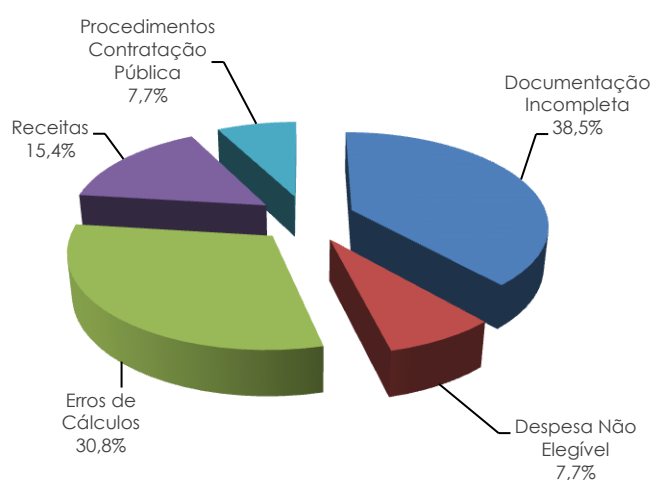
Na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo o limiar estimado, que corresponde ao objetivo anual, em termos percentuais, do esforço de controlo, estipula que o valor mínimo a verificar será de 5%.

Estando o valor do limiar estimado a ser superado anualmente, a Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA procurou obter uma representatividade mais equilibrada das ações de verificação realizadas e englobar todos os eixos prioritários.

A Autoridade de Gestão tem introduzido alterações nos seus instrumentos de análise e de verificação para garantir a conformidade e/ou evidenciar as situações detetadas, promovendo a verificação administrativa de todos os pedidos de pagamento, bem como, a verificação de todos os procedimentos de contratação pública.

Os beneficiários são notificados das observações e/ou recomendações emitidas, as quais têm um efeito positivo ao contribuírem para minorar os erros em procedimentos futuros.

Gráfico 2.9 – Não conformidades – Número de Ocorrências



Contabilização de Dívidas

O registo de dívidas e a recuperação de pagamentos indevidos, é exclusivamente da responsabilidade da Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, não havendo delegação de competências ao Organismo Intermediário.

No PROCONVERGENCIA o sistema de informação permite identificar todas as situações que envolvam montantes a devolver pelo beneficiário final, bem como o acompanhamento das mesmas até à recuperação integral dos montantes relativos a pagamentos indevidos.

Todo o processo de registo das dívidas está de acordo com a Norma IFDR nº 3/2012, de 5 de dezembro.

Nessa base de registo de devedores são lançadas, não só as dívidas resultantes de irregularidades detetadas pela atividade corrente de gestão e controlo do programa, como também as resultantes de auditorias da responsabilidade da Autoridade de Auditoria, da estrutura segregada da Autoridade de Certificação, da Comissão Europeia, do Tribunal de Contas, da OLAF e restantes entidades de controlo.

O reporte da constituição de uma nova dívida ou de uma alteração do processo de dívida, encontra-se disponível em SIPOP, podendo a Autoridade de Certificação, ter uma visão atualizada do Sistema

Contabilístico de Dívida do programa (conforme o previsto no nº 4 do ponto 7 da Norma IFDR nº 3/2012, de 5 de dezembro). Em outubro de 2013, o IFDR remeteu às Autoridades de Gestão o Guia do Utilizador SCD, ferramenta que complementa a informação disponibilizada pela Norma IFDR nº 3/2012, de 5 de dezembro.

A transmissão dos elementos de informação do Sistema Contabilístico de Dívida é feita por via de uma ligação VPN com a Autoridade de Certificação.

Em 2014 foram registadas dívidas no montante cofinanciado de 7 372 799,01 €, das quais resultaram recuperações, por compensação, no montante de 7 372 799,01 € de FEDER.

Em termos acumulados foram registadas dívidas no montante cofinanciado de 15 117 119,29 €, das quais resultaram recuperações, por compensação, no montante de 14 964 048,88 € de FEDER.

Monitorização

Conforme definido no Modelo de Governação do QREN, incumbe à ADC a monitorização operacional e financeira do QREN e dos Programas Operacionais no que se refere às operações financiadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão.

Nestes termos foram estabelecidos procedimentos pelo IFDR (norma IFDR nº 3/2009) para garantir a recolha periódica de informação FEDER e Fundo de Coesão.

A Autoridade de Gestão atualizou, mensalmente, os quadros referentes aos fluxos financeiros no âmbito do PROCONVERGENCIA.

Durante o ano de 2013, o IFDR solicitou, adicionalmente, o envio mensal dos seguintes *templates*:

- informação referente à parcela da execução já realizada pelos beneficiários e apresentada, mas ainda não validada pela Autoridade de Gestão;
- verificação do cumprimento das regras de auxílios de Estado no caso do financiamento de infraestruturas.

Em 2014, a Autoridade de Gestão passou a incluir, no envio mensal, a informação relativa aos montantes Top Up pagos.

No que respeita à monitorização operacional e financeira, a recolha é suportada por um modelo que produz automaticamente três ficheiros sendo a informação enviada mensalmente, através de VPN de acordo com especificações técnicas facultadas pelo IFDR.

Ações de Controlo

Todo o reporte sobre as ações de acompanhamento e controlo e de auditorias, desde a sua preparação, até aos relatórios finais produzidos, estão disponíveis em SIPOP para consulta e análise das autoridades de certificação e de auditoria, que remotamente podem aceder ao Sistema de

Informação, com a capacidade de desenvolver, de forma acessível, uma pista de auditoria completa e fiável.

Entidades Nacionais

Unidade de Auditoria e Controlo - IFDR

Em 2014 a Estrutura de Auditoria Segregada da AD&C desenvolveu uma Ação de controlo relativa à despesa pública certificada de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013. Esta ação incidiu sobre uma amostra de 3 operações.

A Estrutura de Auditoria Segregada da AD&C procedeu ao envio dos relatórios preliminares diretamente às entidades beneficiárias das operações alvo de auditoria e da AG, tendo na sequência da apreciação das alegações emitido a 16 de dezembro o relatório final.

Estas tarefas estão devidamente assinaladas no sistema de informação do Programa e nos reporte do sistema contabilístico de Dívida e de Certificação de Despesa.

Quadro 2.33 – Síntese Conclusiva					
Nº Operações	Despesa Pública Certificada	Despesa Pública auditada	Peso (%)	Correções Financeiras (Despesa Pública)	Taxa de Erro (%)
3	17.761.757,95	17.761.757,95	100	26.265,30	0,15

Autoridade de Auditoria - IGF

A Inspeção-geral de Finanças (IGF), conforme consta do art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, foi a entidade designada em Portugal para o exercício das responsabilidades cometidas à Autoridade de Auditoria (AA), nos termos definidos no art.º 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de julho, que estabelece as disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo de Coesão (FC).

Decorreu em maio de 2014 uma auditoria aos sistemas de gestão e de controlo do FEDER e FC. Esta auditoria visou o acompanhamento das recomendações, verificações no domínio da contratação pública, verificações sobre estudos de viabilidade financeira e verificações sobre procedimentos de encerramento.

Ao nível das verificações no domínio da contratação pública, foram verificados os procedimentos relativos à operação RAAFDR-09-0635-FEDER-000001 - Aquisição de viaturas e equipamentos para os corpos de bombeiros, do beneficiário Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores,

tendo sido identificados 5 dos procedimentos, desenvolvidos ao abrigo de contratos públicos de aprovisionamento, suscetíveis de terem violado os princípios da igualdade de tratamento e transparência, razão pela qual as despesas correspondentes aos mesmos foram objeto de uma correção financeira de 25% (205.187,79€).

No âmbito dos procedimentos de encerramento a verificação incidiu sobre a operação RAAFDR-09-0286-FEDER-000001 - Aquisição de duas embarcações destinadas ao serviço de pilotagem da APTG, SA do beneficiário Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, SA., tendo sido confirmado que a AG procedeu de acordo com os procedimentos por si definidos, não tendo sido identificadas situações relevantes a salientar.

Comissão Europeia

Em 2014 não foram promovidas auditorias por parte da Comissão Europeia ao PO PROCONVERGENCIA.

8ª Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento do PROCONVERGENCIA é responsável pelo exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários e desempenha a missão essencial de assegurar a participação dos municípios e dos parceiros económicos, sociais e institucionais.

Foi decidido, na observância do permitido pela regulamentação comunitária, que fosse apenas criada uma Comissão de Acompanhamento para os dois programas operacionais da Região com financiamento pelos fundos estruturais FEDER e FSE.

A 8ª Comissão de Acompanhamento conjunta dos programas PROCONVERGENCIA e PRO-EMPREGO reuniu a vinte e um de maio de 2014, em Angra do Heroísmo, tendo os trabalhos incidido essencialmente na análise e aprovação dos respetivos Relatórios de Execução relativos ao ano de 2013.

Além disso, foi apresentado o ponto de situação da execução financeira dos programas, atualizado a 15 de maio, tendo de seguida sido feita uma abordagem a preparação do próximo período de programação, dando-se conta do decurso dos trabalhos. Foi ainda realizada uma apresentação, por parte do organismo regional competente na matéria, das linhas orientadoras dos sistemas de incentivos a vigorar para o período de programação 2014-2020.

6º Encontro Anual da Comissão Europeia

A 24 de fevereiro de 2015 realizou-se em Lisboa o sexto Encontro Anual relativo aos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão do período de programação 2007-2013, em cumprimento ao disposto no artigo 68.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, no âmbito do qual prevê que a Comissão

Europeia e as Autoridades de Gestão devem analisar, no seguimento da apresentação dos relatórios anuais de execução, os progressos realizados a nível da execução dos Programas Operacionais, os principais resultados obtidos no ano anterior, a execução financeira, bem como outros fatores com vista a melhorar a sua execução.

Sob proposta da Comissão Europeia, a ordem de trabalhos do Encontro Anual (reunião transversal) incluiu a análise e aprofundamento dos seguintes temas:

- Objetivos e metas atingidas
- Ponto de situação relativo às verificações de gestão
- A contribuição dos PO para a Europa 2020 e para as prioridades de Lisboa em earmarking
- Problemas encontrados e medidas corretivas
- Questões específicas relativas à implementação
 - a) Grandes projetos
 - b) Instrumentos financeiros para empresas e desenvolvimento urbano
 - c) Apoios reembolsáveis
- Possíveis alterações dos PO e MP: inventário e previsão temporal
- Projetos representativos: boas práticas

Parceria

Nos termos do número 2 do artigo 11º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, o desenvolvimento de trabalhos em parceria abrange a preparação, a execução, o acompanhamento e a avaliação dos programas operacionais.

A participação ativa dos stakeholders incluindo dos principais parceiros económicos e sociais no Programa, assume particular importância para a maior eficácia e eficiência da sua implementação.

O quadro de parcerias ao nível da execução do PROCONVERGENCIA e no essencial encontra-se consolidado desde os períodos de programação anteriores, não havendo a registar novas parcerias.

A contratualização com os organismos intermédios no que diz respeito à gestão dos sistemas de incentivos às empresas, têm-se revelado eficaz e cumpridora dos compromissos assumidos consagrados nos respetivos contratos de delegação de competências.

As Comissões de Seleção, uma por cada um dos Eixos prioritários do programa (com exclusão da assistência técnica), estão associadas ao programa com o objetivo de, no quadro dos instrumentos de política pública, emitir pareceres sobre as candidaturas ao Programa, e dessa forma despistar eventuais conflitualidades entre os investimentos e as estratégias e objetivos das medidas de política pública.

Em sede da análise das candidaturas e sempre que a matéria o suscite, é solicitada a participação das mais diversas entidades com competências em domínios específicos da educação, da cultura, do

ambiente e do turismo, em função da tipologia e natureza da operação ou da especificidade da matéria.

Sendo a administração regional o principal beneficiário do programa, a autoridade de gestão tem exercido uma parceria muito estreita com aquele beneficiário, concretizando-se em reuniões, encontros, prestação de esclarecimentos e a participação em eventos relevantes para o programa e no âmbito da estrutura técnica de planeamento regional, prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Neste período assistiu-se a uma atividade regular de parceria entre a autoridade de gestão e o organismo representativo das autarquias locais, a Associação de Municípios da Região (AMRAA) e os respetivos beneficiários municipais, por forma a delimitar claramente as possibilidades de apresentação, na fase final do programa, de candidaturas aos objetivos específicos mais associados às competências das autarquias.

A modalidade de parceria inter pares, envolvendo a administração regional e outras entidades (autarquias locais, associações sem fins lucrativos e associações empresariais) é a que mais vezes é utilizada. Estas parcerias têm assumido sobretudo as formas de acordos de cooperação, contratos programa, e protocolos, e visam a contratualização da coordenação das operações e o financiamento com base nos orçamentos das entidades intervenientes.

Um exemplo de boa prática em termos de parcerias, decorre das operações aprovadas no objetivo específico 8.5 - Modernizar a rede de equipamentos de proteção social, envolvendo a administração regional e as instituições de solidariedade social, através da celebração de Acordos de cooperação - valor investimento, em que o financiamento fica a cargo da entidade responsável pela política pública e a execução da operação e o seu funcionamento a cargo da segunda entidade.

A Comissão de Acompanhamento do Programa assume um papel reforçado no âmbito da governação em parceria do PO, competindo-lhe, nomeadamente, monitorizar o Programa, acompanhar os exercícios de avaliação, analisar todas as questões suscetíveis de afetar o desempenho do Programa, avaliar a execução e os progressos efetuados na realização dos seus objetivos.

Integram a Comissão de Acompanhamento as autoridades regionais e locais, ou outras autoridades públicas competentes; os parceiros económicos e sociais, bem como os organismos que representem a sociedade civil, incluindo organizações ambientais, organizações não-governamentais e organismos responsáveis pela promoção da igualdade e da não discriminação.

Organismos Intermédios e Subvenções Globais

Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade

A Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade (DRAIC), serviço de carácter operativo da administração pública autónoma dos Açores, com competências na área do fomento ao investimento privado, foi constituído organismo intermédio para exercício de algumas funções de autoridade de gestão para as operações relativas a processos de incentivo ao investimento privado inseridos no Eixo prioritário 7 – Dinamizar a Criação de Emprego e Riqueza nos Açores.

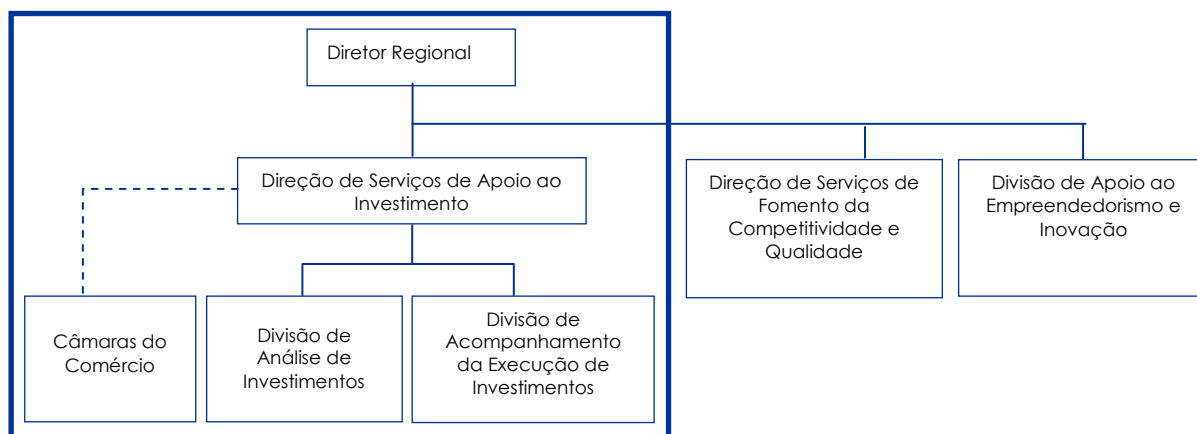
A autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA delegou essas competências, conforme contrato assinado a 19 de Maio de 2008. Por recomendação da Inspeção Geral das Finanças, o contrato de delegação de competências foi revisto, clarificando-se a colaboração das Câmaras do Comércio dos Açores em algumas tarefas de gestão, exclusivamente no "Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Local" para projetos com investimento inferior a 200 mil euros, tendo esta nova versão sido assinada pelas partes em 16 de Junho de 2010.

Salienta-se que, em termos operacionais, todos os intervenientes utilizam as mesmas ferramentas de análise e procedimentos de gestão comuns.

No âmbito da revisão do contrato e no que diz respeito exclusivamente à aplicação do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Local, cabe à Câmara de Comércio e Indústria dos Açores através das suas associadas, assegurar um conjunto de tarefas bem definidas não estando atribuída qualquer competência de aprovação de projetos.

A organização e funções desta direção regional, cujo organigrama a seguir se apresenta, apontam para uma especialização na apreciação e acompanhamento de projetos de investimento privado, dispondo de um corpo de técnicos com a experiência e formação mais adequada e consentânea com estas funções.

Figura 2.2 - Organigrama da Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade



Em 2014, a DRAIC realizou 314 verificações no local, 83 das quais anteriores ao pagamento final e 231 levadas a cabo após o pagamento final.

A repartição por subsistema de incentivos é a seguinte:

Quadro 2.34 – Verificações no local, por Subsistema	
Subsistema	Nº de Projetos
DLa	107
DTa	174
DEE	3
EJ	30
Total	314

De seguida apresenta-se o número de verificações efetuadas por ilha:

Quadro 2.35 – Resumo Verificações no local, por Ilha	
Subsistema	Nº de Vistorias
Santa Maria	12
S. Miguel	151
Terceira	67
Graciosa	12
S. Jorge	18
Pico	23
Faial	22
Flores	6
Corvo	1
Multi-ilhas	2

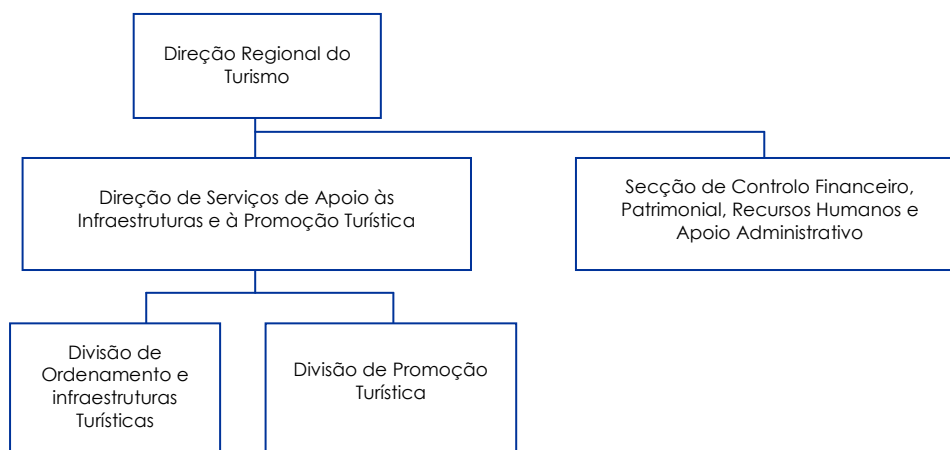
Direção Regional do Turismo

A Direção Regional do Turismo (DRT) é um serviço de carácter operativo da administração pública autónoma dos Açores, com competências na área do fomento da atividade turística. Foi constituído organismo intermédio para exercício de algumas funções de autoridade de gestão para um conjunto muito restrito de operações relativas a ações e eventos de animação e promoção turísticas, incluídos no Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo, regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 21/2007/ A, de 24 de Outubro. (SIDER-DTc).

A autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA delegou essas competências, conforme contrato assinado a 9 de Agosto de 2010. Está previsto um universo relativamente reduzido de beneficiários, sendo, por outro lado, os incentivos de pequena expressão, enquadráveis na atribuição de auxílios de minimis.

A organização e funções desta direção regional, cujo organograma a seguir se apresenta, apontam para uma especialização na apreciação e acompanhamento de projetos no âmbito da atividade turística, dispondo de um corpo de técnicos com a experiência e formação mais adequada e consentânea com estas funções.

Figura 2.3 - Organograma da Direção Regional do Turismo



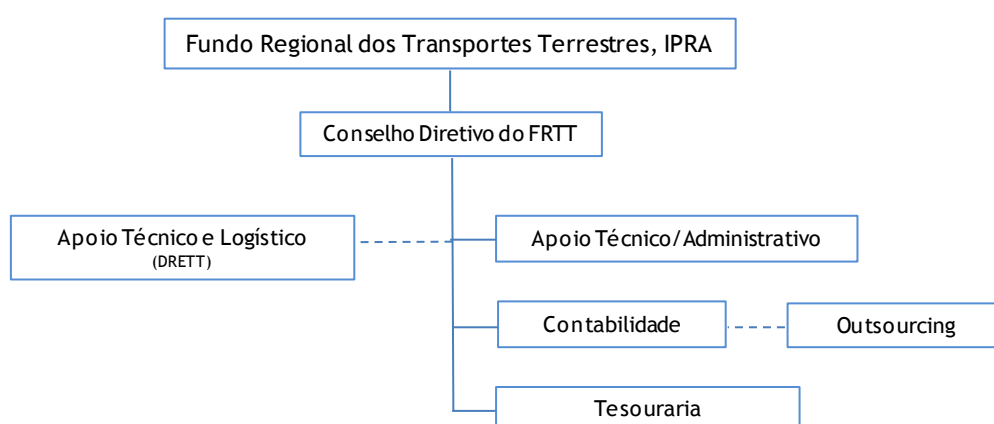
Fundo Regional dos Transportes Terrestres

O Fundo Regional dos Transportes Terrestres (FRTT), é a entidade com competências na área dos transportes terrestres, tendo sido constituído organismo intermédio para o exercício de algumas funções da autoridade de gestão no âmbito da atribuição dos incentivos previstos na Portaria n.º 21/2000, de 23 de Março, alterada pelas Portarias n.ºs 51/2002, de 20 de Junho e 12/2003, de 6 de Março, tendo sido alvo do Auxílio Estatal (AE) n.º507/2001 – Portugal (Açores), prorrogado pelo Auxílio Estatal 408/2010.

O Sistema de Incentivos à Redução do Impacto Ambiental e Renovação de Frotas no Transporte Coletivo Regular de Passageiros, abreviadamente designado por SIRIART, enquadra-se no eixo VII do PROCONVERGENCIA – «DINAMIZAR A CRIAÇÃO DE RIQUEZA E EMPREGO NOS AÇORES», englobado no subprograma 7.1. “Qualificar o investimento empresarial”.

O sistema de incentivos SIRIART tem como objetivo contribuir para a renovação da frota adstrita, ao transporte coletivo regular de passageiros, tendo em vista a racionalização das explorações, a melhoria dos serviços prestados, a modernização das unidades de transporte e a consequente redução do impacto ambiental por elas provocado, especificamente nas limitações dos níveis de poluição sonora e de emissão de gases.

Figura 2.4 - Organigrama do Fundo Regional dos Transportes Terrestres, IPRA



Em termos de visibilidade e notoriedade do PROCONVERGENCIA relativamente aos apoios concedidos ao abrigo do SIRIART, foram disponibilizados às empresas beneficiárias autocolantes contendo a informação relativas ao PROCONVERGENCIA os quais se encontram colocados nas viaturas apoiadas em local visível.

Subvenções Globais

No âmbito do PROCONVERGENCIA não foram celebrados contratos de delegação de competência em organismos intermédios com subvenção global.

Descrição do Sistema de Gestão e Controlo

Nos termos do n.º 1, alínea d), subalínea (i), do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 e do n.º 2 do artigo 18.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de setembro, a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) enquanto Autoridade de Auditoria, apresenta anualmente à Comissão Europeia, até 31 de dezembro, um Relatório Anual de Controlo.

De acordo com o ponto 2 do modelo de Relatório Anual de Controlo (Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 1828/2006), a Autoridade de Auditoria deve indicar as alterações significativas ocorridas ao nível dos sistemas de gestão e controlo, relativamente à descrição feita nos termos do n.º 1 do artigo 71.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, identificando as datas a partir das quais se aplicam.

Para este efeito, a Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA apresentou à Autoridade de Certificação, a sistematização das alterações mais significativas, relativas aos procedimentos de gestão e controlo, ocorridas após a data a que se reporta a última Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Operacional, bem como o texto integral dessa Descrição devidamente atualizado a setembro de 2014.

A nova Descrição do SGC apresenta uma atualização dos elementos afetos ao Secretariado Técnico da AG e do OI - Direção Regional do Apoio ao Investimento e à Competitividade, no sentido de um reforço e de ajustamentos ao nível das diferentes unidades operacionais, sendo que tal alteração não limita a observância do princípio da segregação de funções. Para além disso são introduzidas pequenas alterações, ao nível da regulamentação aplicável, da designação da AC e de orientações, informações e circulares criadas no âmbito do sistema de gestão.

Relatórios de Controlo e Parecer Anual

Dando cumprimento ao previsto na alínea e) do artº.65.º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, do Conselho, de 11 de julho, a Comissão de Acompanhamento deve ser informado pela autoridade de gestão sobre as conclusões do relatório de controlo anual.

Nesse contexto, transmite-se que a Autoridade de Auditoria, no seu parecer anual de 2014, concluiu o seguinte:

“Considerando o resultado conjugado destas auditorias com o das auditorias de sistemas, bem como a dimensão das amostras auditadas e o facto de que a autoridade de certificação já expurgou da certificação de despesas todos os erros identificados, existe uma garantia razoável que os montantes solicitados à Comissão estão isentos de erros materialmente relevantes, ou seja, o erro residual que possa afetar o orçamento comunitário é inferior ao limite de materialidade de 2%.

Assim, com base no exame mencionado supra, consideramos que, em termos globais, no período em análise, os sistemas de gestão e de controlo estabelecidos para o Sistema comum FEDER constituído pelos Programas operacionais Fatores de Competitividade e Regionais do Continente e Regiões Autónomas, respeitaram os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho e da Secção 3 do Regulamento (CE) nº 1828/2006 da Comissão, e funcionaram de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são corretas e, consequentemente, de que as transações subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade, exceto no que diz respeito ao seguinte:

□ Em resultado das auditorias aos sistemas de gestão e controlo e das operações foram identificados procedimentos de controlo interno por parte das entidades envolvidas na gestão e na certificação das despesas que carecem de algumas melhorias, tendo sido propostas recomendações a adotar pelas entidades auditadas. Algumas daquelas recomendações, embora mitigadas, ainda não foram implementadas, parcial ou totalmente, conforme se resume no anterior ponto 7;

□ Estimamos que as exceções referidas não tenham tido outro impacto no total das despesas declaradas a financiamento comunitário durante o ano financeiro de 2013, para além do que se encontra referido nos anteriores pontos 4, 5 e 8, a propósito dos erros identificados nas auditorias aos sistemas e das operações. Anote-se que a despesa confirmada como erro nas auditorias de operações foi entretanto corrigida pela autoridade de certificação nas declarações apresentadas à Comissão;

Em face do exposto, entendemos que as deficiências por satisfazer afetam apenas moderadamente os requisitos essenciais do funcionamento dos sistemas de gestão e controlo da globalidade dos programas operacionais que integram o sistema comum aqui em apreciação, pelo que os mesmos devem ser classificados na **Categoria 2**, conforme previsto na Nota de orientações sobre uma metodologia comum para avaliação dos sistemas de gestão e controlo nos Estados-membro (documento COCOF 08/0019/00)".

A taxa de erro apurada para o conjunto de operações cofinanciadas pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e Fundo de Coesão, cuja despesa foi certificada à Comissão Europeia, entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2013, para o sistema comum 1 composto pelos PO COMPETE e Regionais, no qual se inclui o PO PROCONVERGENCIA, é de 1,34%.

O PROCONVERGENCIA e o Sistema Regional de Planeamento

Na sequência da Orientação nº 2/2014 do governo regional do Açores, reuniu a 1 de setembro de 2014 nas instalações da autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA a Comissão Técnica de Planeamento, composta pelos representantes das Secretarias Regionais que integram o XI Governo Regional dos Açores.

Nesta reunião foram abordadas questões relativas à preparação do Plano Regional para 2015, designadamente as linhas de orientação da estrutura e dos conteúdos dos documentos, da programação financeira e material, calendarização das tarefas a executar e a articulação com o financiamento dos Fundos Comunitários, relevante para a elaboração do quadro global de financiamento do investimento da administração regional para o período do plano.

O Plano Regional inclui ainda um ponto específico referente aos Programas e iniciativas comunitárias disponíveis para a Região na vigência do plano.

Sistema de Informação

O sistema de Informação do PROCONVERGENCIA, designado por SIPOP, foi projetado e construído com base em grandes orientações genéricas dos regulamentos, da autoridade de certificação e com uma articulação muito intensa e próxima entre a equipa de programação e o Secretariado Técnico do programa.

O Sistema de Informação do PROCONVERGENCIA, o SIPOP, cumpre a função de sistema informatizado de registo e armazenamento dos registos contabilísticos relativos a cada operação realizada no âmbito da execução do programa, quer seja da responsabilidade direta da Autoridade de Gestão, quer seja dos Organismos Intermédios.

O SIPOP permite a desmaterialização dos fluxos de informação e de dados entre os beneficiários e a autoridade de gestão, como também, possibilita a transmissão de informação relevante para a autoridade de certificação e autoridade de auditoria.

O acesso ao Back Office do sistema de informação SIPOP, quer pelo Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão, quer pelos Organismos Intermédios é assegurada pela rede de comunicações alargada do governo regional dos Açores – RAGRAA, que é uma rede de comunicações de voz e dados que possui elevados níveis de qualidade, segurança e fiabilidade, que permite a ligação entre entidades do Governo Regional.

Foram concedidos privilégios com perfil de consulta a toda a informação registada no SIPOP, ficando evidenciado e registado as verificações que sejam desenvolvidas por parte da Autoridade de Auditoria e/ou da Autoridade de Certificação.

O sistema de informação do PO PROCONVERGENCIA foi auditado pela IGF em 2011, tendo sido emanadas algumas recomendações as quais foram implementadas no decurso de 2012 e 2013. Destaca-se a aquisição de novos servidores, a definição de normas sobre a "Política de segurança da Informação" e "Segurança física e ambiental", bem como, o up grade do sistema interno de alarme contra incêndios e expansão do mesmo, instalação de sistema contra intrusão e registo da assiduidade dos colaboradores da DRPFE através de marcação biométrica.

Sobre o desenvolvimento de um Plano Global de Segurança, atendendo a que a responsabilidade pela tecnologia e comunicações da administração regional não está acometida à AG, a mesma não pode assumir a sua concretização, mas diligenciará e acautelará que sejam implementados os procedimentos de acordo com as normas de segurança aprovadas.

Em 2014, foram realizadas a nível do SIPOP as atualizações necessárias para dar resposta às exigências solicitadas nas diferentes etapas da gestão, monitorização e acompanhamento, tendo incidido essencialmente nos sistema contabilístico de dívida.

2.7.2 - Avaliação

A vertente da avaliação é abordada neste período de programação 2007-2013 de forma diversa em relação ao período precedente 2000-2006, em que, para além de referências muito claras ao princípio da proporcionalidade e da opção facultativa de elaboração de plano de avaliação, e ainda de algum desenvolvimento conferido à avaliação ex-ante (nº 2 do artigo 48º), refere que os Estados Membros poderão realizar processos de avaliação relacionados com "o acompanhamento dos programas operacionais, em particular quando esse acompanhamento indicar que há um desvio considerável em relação aos objetivos ...".

Acresce ainda referir, em termos comparativos entre períodos de programação, que no QCA III nacional a avaliação foi uma das peças do processo de atribuição de Reserva de Eficiência, situação que não acontece neste período de programação, por não estar prevista para o QREN a constituição e a atribuição de reserva de desempenho.

Foi criada uma Rede de Avaliação do QREN, composta pelo Observatório do QREN, que coordenou, por representantes do IFDR, do IGFSE e das autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, tendo como principal função contribuir para a preparação e acompanhamento da execução do Plano Global de Avaliação.

O Plano Global de Avaliação é composto por diversos exercícios desenvolvidos pelas entidades envolvidas, tanto em função da natureza temática, como do momento da avaliação.

Para a avaliação do PO PROCONVERGENCIA, a Autoridade de Gestão encetou, em 2009, o Estudo "Avaliação do PO PROCONVERGENCIA no contexto da estratégia do QREN", que resulta, não pelo facto de se ter detetado qualquer evidência de desvio considerável em relação aos objetivos inicialmente previstos, mas surge duma estratégia, impulsionada pelo Observatório do QREN, para promover um conjunto inicial de avaliações dos Programas Operacionais.

Procedeu-se à contratação de entidade externa, em cumprimento das regras de contratação pública aplicáveis, tendo-se celebrado a 16 de novembro de 2009, contrato com a empresa CEDRU - Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda. A 31 de março de 2010 foi entregue o Relatório Preliminar. A apresentação prévia dos resultados da Avaliação, por parte da empresa Avaliadora – CEDRU, foi efetuada em sede da 4ª reunião da Comissão de Acompanhamento realizada em Junho de 2010, na ilha de Santa Maria. O relatório final foi aprovado a 6 de Setembro de 2010, estando a versão integral do Relatório, bem como o Sumário Executivo e Síntese Final das Conclusões e Recomendações em Inglês, disponível no site do PROCONVERGENCIA.

Em 2012, o então IFDR, concretizou o "Estudo de avaliação específica com vista à simplificação administrativa no âmbito de FEDER e Fundo de Coesão". Este estudo teve como objetivo geral testar a adequabilidade dos formulários utilizados pelos diversos PO com vista à definição de sugestões/recomendações de simplificação e melhoria dos procedimentos administrativos adotados.

A Autoridade de Gestão durante o período de programação participou em cerca de 16 reuniões da rede de avaliação do QREN, que tiveram como objetivo a partilha de ideias/informações sobre os exercícios de avaliação e indicadores, desde a sua elaboração, acompanhamento e conclusão.

No ano de 2014 não foram realizadas reuniões da Rede de Avaliação.

A Rede de Avaliação do QREN é composta pelo Observatório do QREN, que coordena, por representantes do IFDR, do IGFSE e das autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, que tem como principal função contribuir para a preparação e acompanhamento da execução do Plano Global de Avaliação do universo do QREN.

Em 2014, não foram realizadas reuniões da Rede de Avaliação.

2.7.3 Avaliação Ambiental Estratégica

Avaliação e Controlo dos Efeitos significativos no Ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do PROCONVERGENCIA

A Monitorização Ambiental Estratégica

No quadro das exigências estabelecidas pelo regime nacional da avaliação ambiental estratégica, será aqui apresentado um balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO e os seus resultados serão incorporados no Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, o qual será objeto de divulgação pública.

No âmbito do relatório de execução relativo a 2011 foram apresentados resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO – e que envolve, na sua dimensão plena, todas as Autoridades de Gestão dos PO financiados pelo FEDER e/ou Fundo de Coesão, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional e o Observatório do QREN – e que se destina, de forma contínua, a aferir os efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do PROCONVERGENCIA, e, simultaneamente, a avaliar em que medida estão a ser consideradas as recomendações dirigidas ao Programa (inscritas no Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE¹).

O capítulo apresentado no Relatório de Execução de 2011, em conjunto com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, consistiu num reporte enquadrado nos requisitos de continuidade inerentes ao regime de AAE².

A metodologia adotada para a componente de participação do público e envolvimento dos agentes no processo – constituída por um evento de divulgação e discussão pública, realizado em Beja a 8 de Outubro de 2010 e pela disponibilização do Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN no website do QREN - permitiu constatar o interesse sobretudo dos parceiros institucionais do sector ambiental nos resultados do exercício efetuado pelas Autoridades de

1 A AAE das intervenções estruturais cofinanciadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão (FdC), foi desenvolvida em 2007 por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e dela resultou o Relatório Ambiental que constitui a base de referência para a monitorização ambiental estratégica.

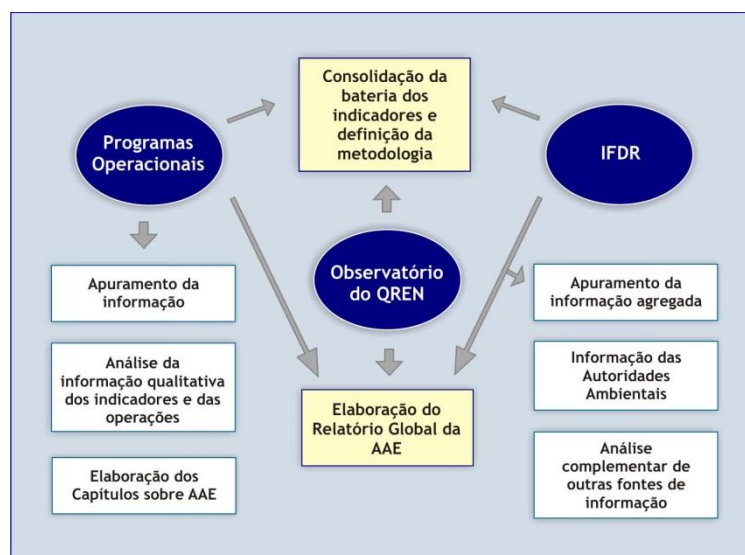
2 De acordo com o Decreto-Lei nº 232/2007, as “Entidades responsáveis pela elaboração do “Programa” deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (...) e “Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (...) através de meios eletrónicos e atualizados com uma periodicidade mínima anual”. O mesmo diploma define ainda que “Os resultados do controlo realizado (...) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados”.

Governança e de Gestão do QREN tendo em conta a natureza inédita do mesmo e um insuficiente envolvimento dos parceiros sociais nos processos de avaliação ambiental estratégica na sua fase de monitorização. Acresce ainda que, na sequência do envio do referido Relatório à Agência Portuguesa do Ambiente, o mesmo foi disponibilizado igualmente no website daquela instituição.

Consolidação do Sistema de Monitorização AAE

A criação e consolidação do sistema de avaliação ambiental estratégica e os produtos que dele derivam configuram-se como exercícios complexos, em progressivo aperfeiçoamento, tal como se pode inferir do quadro de responsabilidades ilustrado na figura seguinte.

Figura 2.5 – Quadro de Responsabilidades na Monitorização Ambiental Estratégica



Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

A quantificação de alguns dos indicadores de monitorização ambiental estratégica (adiante designados pelo acrónimo MEA) continua a não ser possível. Por um lado, em algumas áreas, não se registam operações aprovadas e contratadas, pelo que a sua quantificação não se justifica; por outro, alguns destes indicadores não são quantificáveis por dificuldade no seu apuramento, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação, cuja concretização se verificará apenas em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos³. Na mesma situação se encontram alguns dos indicadores de mensuração das Recomendações, cuja informação passível de recolha pela Autoridade de Gestão requer um reforço de apuramento através de estudos de caso e avaliações específicas.

³ Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE ou de consumos energéticos.

Encontra-se em desenvolvimento o estudo relativo a alterações do uso do solo induzidas pelos projetos apoiados e a afetação de ecossistemas sensíveis para a conservação da natureza, contratado ao agrupamento Simbiente, Ecosphere e Addition, cujos objetivos são:

- Identificar as metodologias de cálculo e apuramento dos indicadores **Alterações de uso do solo diretamente induzidas pelos projetos apoiados e Afetação dos ecossistemas sensíveis para a conservação da natureza**, os quais constituem indicadores de monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica do QREN, tendo por base a necessidade do cumprimento das disposições comunitárias em matéria de ambiente;
- Analisar a contribuição do QREN para os seguintes objetivos da Avaliação Ambiental Estratégica: Reduzir a taxa de perda de biodiversidade; reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade; e manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas.

Conclusões dos Exercícios anteriores e Ajustamentos Introduzidos

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) validou a conclusão, aferida por uma entidade externa, de que não seria necessário realizar um novo exercício de AAE do QREN e dos PO reprogramados.

No âmbito do exercício de reprogramação técnica do QREN, e à luz dos normativos nacionais e comunitários, as alterações introduzidas no QREN e nos seus PO foram objeto de verificação para aferir da necessidade de um novo exercício de AAE.

Da verificação efetuada, levada a cabo por uma entidade independente, destacam-se as seguintes conclusões:

«Das linhas gerais do processo de reprogramação e das alterações financeiras previstas não ressaltam efeitos significativos para o ambiente. O quadro de elegibilidades não sofre alterações, à exceção da ampliação de dois domínios de elegibilidade no âmbito do ambiente que acolhem cada um mais uma tipologia de intervenção. As linhas gerais de reprogramação do QREN e dos PO configuram essencialmente um exercício de reformulação da arquitetura de financiamento das áreas de intervenção, não constituindo uma revisão de carácter estratégico com implicações significativas no quadro de elegibilidades do mesmo. Em termos práticos, a AAE, ou em rigor, os efeitos no ambiente decorrentes do QREN e dos seus PO, são insensíveis a alterações na arquitetura de financiamento.»

No decorrer do ano 2012 a Inspeção Geral de Finanças levou a cabo uma Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do FEDER e do Fundo de Coesão no Domínio das Matérias Ambientais, tendo concluído “que os sistemas de gestão e controlo estabelecidos ao nível dos diversos programas operacionais FEDER e FC funcionam de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis sobre os procedimentos utilizados pelas autoridades de gestão, para a verificação do cumprimento das regras nacionais e comunitárias sobre o ambiente, nos termos previstos no art.º 60º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho”. Neste enquadramento, a Autoridade de Gestão do

PROCONVERGENCIA já havia emitido uma Orientação de Gestão em Abril de 2011 relativa ao enquadramento e cumprimento da legislação ambiental ao nível da análise de candidaturas, no que concerne à Rede Natura, Água e Saneamento, Resíduos e Avaliação de Impacto Ambiental.

As verificações das regras em matéria ambiental, constam das check-list de análise e incidem, quando aplicável, sobre os seguintes domínios:

- O enquadramento na Rede Natura 2000 e a eventual Avaliação de Incidências Ambientais, de modo a atestar de que modo a operação incorpora os potenciais efeitos sobre áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000;
- A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e os instrumentos associados, designadamente a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) e o consequente RECAPE;
- Os licenciamentos e as autorizações em matéria de qualidade da água destinada a consumo humano, incluindo o regime de utilização e titularidade dos recursos hídricos, tratamento de águas residuais urbanas e o regime geral de gestão de resíduos;
- Outros domínios, de enquadramento e respeito pelos regimes relativos às bacias hidrográficas (PBH), ao ordenamento do território, ao ordenamento da orla costeira (POOC), Parques Naturais de Ilha e Rede Regional de Áreas Protegidas.

No âmbito de verificações no local, quer na fase das visitas de acompanhamento é feita a evidência através da "Ficha de Verificação do Cumprimento da Legislação Ambiental em Projetos Cofinanciados", do cumprimento da legislação ambiental e da conformidade pelas regras ambientais, garantindo a observação do grau de cumprimento desta política comunitária.

Efeitos resultantes da implementação do PO com base nos indicadores de monitorização estratégica ambiental

Apresenta-se de seguida uma análise que pretende refletir duas dimensões fundamentais do processo de monitorização ambiental estratégica: a aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do PO e a aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE nas quais o PO é implicado.

Aferição do desempenho Ambiental Estratégico e de Sustentabilidade do PROCONVERGENCIA

A avaliação de desempenho ambiental e de sustentabilidade, pressupõe uma associação entre os objetivos estratégicos (OE) definidos na Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e as tipologias de intervenção, bem como uma adequada seleção de indicadores de monitorização ambiental estratégica (constantes do Anexo VII - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade) que permitam aferir dos efeitos produzidos pelo PO.

Podem ser estabelecidas as seguintes relações para cada um dos objetivos estratégicos da AAE:

Objetivo estratégico: *Promover a transparência, participação, responsabilidade, eficácias e coerência dos serviços públicos*

- MEA1 – População servida pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos

Contribuem para este indicador os 26 postos de atendimento da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC) aprovados no objetivo específico Melhorar a eficiência administrativa, do Eixo Prioritário VII – Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores, os quais abrangem uma população de 187 478 indivíduos, o que representa um acréscimo de 1,5% relativamente a 2013.

- MEA4 – Serviços online orientados para empresas, disponibilizados por entidades públicas

No âmbito das intervenções de modernização administrativa, a criação da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão contemplou a conceção de uma plataforma eletrónica na qual estão disponíveis 22 serviços online, situação já verificada em 2013.

Objetivo estratégico: *Garantir a universalidade no acesso aos cuidados de saúde, valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis*

- MEA5 – População abrangida por unidades de saúde apoiadas

Enquadram-se neste indicador as intervenções em unidades de saúde localizadas em 8 ilhas, aprovadas no objetivo específico Modernizar equipamentos de saúde, do Eixo Prioritário VIII – Qualificar e integrar a sociedade açoriana, as quais abrangem uma população de 240 619 indivíduos, situação que já se verificava anteriormente.

Objetivo estratégico: *Garantir a universalidade no acesso e melhorar as condições do ensino (pré-escolar, básico e secundário)*

- MEA6 – Número de alunos que beneficiam das intervenções (Educação)

As intervenções aprovadas em estabelecimentos de ensino, do objetivo específico Modernizar a rede de equipamentos escolares, do Eixo Prioritário VIII – Qualificar e integrar a sociedade açoriana, abrangem uma população de 15 678 indivíduos, o que representa um acréscimo de 1,1% relativamente a 2013.

Indicador MEA6	Intervenções Contratadas
Informação a 31.dezembro.2013	15 504
Informação a 31.dezembro.2014	15 678

Objetivo estratégico: *Reduzir a pobreza e promover a equidade, igualdade de oportunidades e coesão social*

- MEA7 – Número de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social

Contribuem para este indicador as intervenções aprovadas nos objetivos específicos Modernizar a rede de equipamentos de proteção social e Modernizar a rede de equipamentos escolares, do Eixo Prioritário VIII – Qualificar e integrar a sociedade açoriana, as quais totalizam 111 operações, representando um crescimento de 6,7% quando comparado com 2013.

Indicador MEA6	Intervenções Contratadas
Informação a 31.dezembro.2013	104
Informação a 31.dezembro.2014	111

Objetivo estratégico: *Reduzir a taxa de perda da biodiversidade; reduzir as pressões humanas e manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas*

- MEA23 – Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa de espaços protegidos e classificados

Concorrem para este indicador as intervenções aprovadas no objetivo específico Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental, do Eixo Prioritário IX – Promover a Coesão Territorial e a Sustentabilidade, numa área classificada de 2 252,95 ha, situação que já se verificava em 2013.

Objetivo estratégico: *Servir 95% da população com sistemas públicos de abastecimento de água*

- MEA26 – Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados

Neste indicador estão incluídas as intervenções aprovadas no objetivo específico Aumentar a cobertura da rede de infraestruturas ambientais, do Eixo Prioritário IX – Promover a Coesão Territorial e a Sustentabilidade, atingindo uma população de 103 589, valor atingido no ano anterior.

Objetivo estratégico: *Servir 90% da população com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas*

- MEA28 – Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados

Contribuem para este indicador intervenções aprovadas no objetivo específico Aumentar a cobertura da rede de infraestruturas ambientais, do Eixo Prioritário IX – Promover a Coesão Territorial e a

Sustentabilidade, abrangendo uma população de 26 147, com um acréscimo de 1,2% quando comparado com 2013 (cujo valor foi revisto conforme consta do quadro anexo).

Indicador MEA28	Intervenções Contratadas
Informação a 31.dezembro.2013	25 847
Informação a 31.dezembro.2014	26 147

Objetivo estratégico: *Cumprir as metas de redução da deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro previstas no PERSU II*

- MEA30 – Quantidade de RUB valorizada organicamente
- MEA 31 – Variação na taxa de desvio de RUB para aterro

Os indicadores deste objetivo estratégico contemplam as intervenções aprovadas no objetivo específico Aumentar a cobertura da rede de infraestruturas ambientais, do Eixo Prioritário IX – Promover a Coesão Territorial e a Sustentabilidade.

MEA 30 (ton/ano)	2 573,77
MEA 31 (%)	94,5

Entendeu-se apresentar uma boa prática relativa ao projeto RAAFDR-09-0459-FEDER-000003.

Objetivo estratégico: *Reduzir o risco de erosão costeira*

- MEA37 – Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado á dinâmica costeira

Contribuem para este indicador, intervenções aprovadas nos objetivos específicos Ordenar o Território e Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental, do Eixo Prioritário IX – Promover a Coesão Territorial e a Sustentabilidade, numa extensão de 2,84 km, situação que já se verificava em 2013.

Objetivo estratégico: *Minimizar os danos materiais e humanos decorrentes de extremos climáticos (cheias, inundações, secas) e Garantir a cobertura do país por sistemas de proteção de riscos*

- MEA39 – População abrangida por Planos de Emergência de proteção civil
- MEA40 – Grau de Cobertura do território

Os indicadores destes objetivos estratégicos contemplam a intervenção aprovada no objetivo específico Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos, do Eixo Prioritário IX – Promover a Coesão Territorial e a Sustentabilidade, abrangendo uma população de 24 526 e um grau de cobertura de 406,1 km², valores já atingidos no ano anterior.

Aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE com base nos indicadores de monitorização das recomendações da AAE

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica ao QREN e respetivos Programas Operacionais, foi proposto um conjunto de recomendações, as quais mereceram um aprofundado estudo levado a cabo pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e coordenado pelo Observatório do QREN, com objetivo de identificar um sistema que permita avaliar o seu cumprimento através de um conjunto de indicadores que vertessem as preocupações constantes nas referidas recomendações:

Recomendação (R1): *"Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projetos".*

O indicador reflete a importância das operações em cujo regulamento se prevê, através de uma rigorosa incorporação de exigências ambientais, a obrigatoriedade do cumprimento da legislação de carácter ambiental. Estas preocupações de natureza ambiental e de sustentabilidade são transversais ao PO, estando expressas em diferentes normativos (Regulamento, Manuais, Avisos, etc.), assumindo diferentes formas de compromisso: condições de admissão e de aceitação, âmbito de elegibilidade, critérios de seleção. Embora grande parte dos projetos contratados não façam parte do Anexo I ou II da Diretiva 85/337/CEE, existem cerca de 390 projetos em cujo processo de decisão de financiamento foram considerados critérios ambientais. O rácio atinge os 23%.

Recomendação (R2): *"Devem privilegiar-se as intervenções de natureza imaterial (e.g. requalificação e aproveitamento de infraestruturas e equipamentos existentes, sistemas de informação, ...) em detrimento da construção de novas infraestruturas e equipamentos".*

O cumprimento desta recomendação é aferido através de dois indicadores, o Rácio de intervenções de natureza imaterial e o Rácio de investimento em intervenções de natureza imaterial. Da análise aos rácios respetivos constata-se que foram aprovados 205 projetos de natureza imaterial com despesas imateriais superiores a 75% do Custo Total Elegível, 12% do total de projetos aprovados, e que representam 16% do investimento total dos projetos contratados. Este ligeiro decréscimo resulta essencialmente de ajustamentos que incidiram em projetos enquadrados em Sistemas de Incentivos, nomeadamente, linhas de crédito.

Recomendação (R3): *"Privilegiar projetos de I&DT no domínio do ambiente, nomeadamente visando o desenvolvimento de tecnologias eco-eficientes, energias renováveis, eficiência energética, redução das emissões de GEE, arquitetura bioclimática, tecnologias limpas, ordenamento do território, biodiversidade".*

Para aferir o cumprimento desta recomendação foram considerados dois indicadores, nomeadamente o Rácio de projetos de I&DT no domínio do ambiente e o Rácio de financiamento em I&DT no domínio do ambiente. Não sendo possível neste Relatório apresentar informação consistente a este respeito, entendeu-se apresentar uma boa prática demonstrativa da consideração desta recomendação, relativa ao projeto RAAFDR-07-0482-FEDER-000001 – Unidade Piloto de Produção de Óleo Vegetal a partir de Microalgas – uma solução na produção de biocombustível.

Recomendação (R4): *"Incentivos a empresas devem ser preferencialmente dirigidos para projetos de inovação empresarial promotores da eco-eficiência, da eficiência energética, energias renováveis, uso eficiente da água, melhores técnicas ambientais, business & biodiversity".*

Foram consideradas dois indicadores de forma a apreciar a execução desta recomendação, nomeadamente, o Rácio de projetos de inovação empresarial no domínio do ambiente e o Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente.

Do total de projetos de inovação empresarial apoiados (206), 158 são do domínio de inovação ambiental em empresas, o que mantém o "Rácio de projetos de inovação empresarial no domínio do ambiente" nos 77%. Por outro lado, o "Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente" atinge os 89%.

Recomendação (R5): *"Devem ser potenciadas as boas práticas ambientais no setor empresarial, tais como a implementação de sistemas de gestão ambiental (ISSO 14001 e EMAS), sistemas de responsabilidade social (SA 8000), compras verdes, rótulos ecológicos, ou outras práticas ambientais".*

Dada a dificuldade em obter informação atualizada relativamente a este indicador, é apresentada, à semelhança do ano anterior, uma boa prática, desta feita relativa ao projeto RAAFDR-07-0107-FEDER-000003 – Implementação de projeto de tratamento e valorização de resíduos metálicos e plásticos rígidos.

Recomendação (R6):: *"Deve ser promovida a adoção de práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade no setor público, incluindo, nomeadamente, sistemas de gestão ambiental (ISSO 14001 e EMAS), sistemas de responsabilidade social (SA 8000), compras públicas verdes, agendas 21 locais, certificação territorial, ou outras práticas ambientais".*

O cumprimento desta recomendação é aferido através de dois indicadores, o Rácio de adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental na administração pública e o Rácio de financiamento a serviços públicos com instrumentos e práticas de gestão ambiental. Não sendo possível neste Relatório apresentar informação robusta a este respeito, entendeu-se apresentar uma boa prática demonstrativa do cumprimento desta recomendação, relativa ao projeto RAAFDR-09-0531-FEDER-000043 – Biomonitorização Humana da Qualidade do Ar.

Recomendação (R7): *“Deve ser promovida a adoção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação de infraestruturas”.*

O “Rácio de projetos de infraestruturas contemplando a adoção de práticas de conceção, construção e gestão sustentável” mede os projetos de infraestruturas que observem especificamente a adoção de práticas de conceção, construção e gestão sustentável, relativamente ao total de projetos apoiados que envolvem investimento na construção de infraestruturas. Em 2014 e à semelhança do ano anterior, o indicador apresenta uma taxa de 53%, o que significa que dos 40 projetos aprovados com valor superior a 5M euros, 21 contribuíram para o cumprimento desta recomendação. É apresentado como boa prática o projeto RAAFDR-08-0549-FEDER-000009 – Construção de edifício para creche em Ponta Delgada, cujo projeto de infraestrutura obteve o certificado energético com a classificação A.

Recomendação (R8): *“As ações de proteção e valorização do ambiente devem ser acompanhadas da promoção de ações de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente consumos de água e energia, bem como para a redução da produção de resíduos e reciclagem”.*

No Relatório de 2011 destacámos um projeto abrangente designado “Campanha de sensibilização – Implementação de boas práticas no âmbito do consumo de água, deposição de resíduos e produção de águas residuais” que dá cumprimento ao indicador “Ações de divulgação, comunicação e formação ambiental”, abrangendo um total de 35.000 pessoas abrangidas por estas ações. Verifica-se que, principalmente ao nível da administração local, prossegue o investimento ao nível da aquisição de equipamentos para a promoção da reciclagem, existindo campanhas de sensibilização levadas a cabo pelas associações de município, com recurso a financiamento próprio.

Recomendação (R9): *“Devem ser privilegiadas intervenções de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais em detrimento da implementação de soluções de “fim-de-linha” ou de medidas de natureza exclusivamente curativa”.*

Para aferir o cumprimento desta recomendação foi determinado o indicador “Rácio de projetos visando a implementação de medidas preventivas e proactivas de proteção ambiental” que mede os projetos de proteção e valorização do ambiente visando a implementação de medidas preventivas

e/ou proactivas de proteção ambiental. Em 2014, o indicador apresenta uma taxa de 53%, o que significa que dos 164 projetos aprovados na área da proteção e valorização do ambiente, 87 contribuem para o cumprimento desta recomendação. Constatase a existência de um ligeiro decréscimo relativamente ao ano anterior, mas que não é significativo.

Recomendação (R10): *“Nas intervenções de reforço do sistema urbano, bem como nas redes, infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social deve privilegiar-se a requalificação de construções e infraestruturas em detrimento de construções novas”.*

O cumprimento desta recomendação é aferido através do indicador Rácio de projetos de regeneração/requalificação de construções e infraestruturas que mede os projetos de regeneração/requalificação, em relação ao total de projetos apoiados no âmbito das intervenções de reforço do sistema urbano e redes, infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social. No ano em análise, o indicador apresenta uma taxa de 67%, o que significa que dos 392 projetos apoiados no âmbito de intervenções de reforço do sistema urbano e redes, infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social, 261 contribuíram para o cumprimento desta recomendação, verificando-se um acréscimo, relativamente ao ano anterior.

O quadro seguinte procura aferir, de uma forma global e relativamente a 2013 e 2014, o nível de cumprimento das recomendações apresentadas na AAE.




Quadro 2.36 – Nível de cumprimento das recomendações apresentadas na AAE


Recomendação	Designação do Indicador	Unidades	2013	2014
R1	Rácio de integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas	(%)	23,8	23,2
R2	Rácio de intervenções de natureza material	(%)	13,2	12,2
	Rácio de investimento das intervenções imateriais	(%)	17,3	15,6
R4	Rácio de projetos de inovação empresarial no domínio do ambiente	(%)	76,9	76,7
	Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente	(%)	89,1	89,3
R7	Rácio de projetos de infraestruturas contemplando a adoção de conceção, construção e gestão sustentável	(%)	52,5	52,5
R8	Nº de ações de divulgação, comunicação e formação ambiental	(nº)	1	1
	Pessoas beneficiadas por ações de divulgação, comunicação e formação ambiental	(hab.)	35.000	35.000
R9	Rácio de projetos visando a implementação de medidas preventivas e proactivas de proteção ambiental	(%)	53,5	53,1
R10	Rácio de projetos de regeneração/requalificação e infraestruturas	(%)	64,9	66,6

Quadro 2.37 - Boas Práticas


Indicador	<ul style="list-style-type: none"> • (MEA30) Quantidade de RUB valorizada organicamente • (MEA31) Variação na taxa de desvio de RUB para aterro
Caracterização	<ul style="list-style-type: none"> • Eixo Prioritário: Promover a Coesão Territorial e a Sustentabilidade • Objetivo Específico: Aumentar a cobertura da rede de infraestruturas ambientais • Projeto: RAAFDR-09-0459-FEDER-000003 • Designação: Construção de uma Unidade de Vermicompostagem no Concelho do Nordeste • Promotor: Nordeste Activo - EM • Investimento Elegível: 2.440.815,40 euros • FEDER: 2.074.693,09 euros euros
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de uma unidade de células para o tratamento de resíduos, com recurso à vermicompostagem, na qual a digestão da matéria orgânica proveniente dos resíduos urbanos permite separar o composto obtido dos resíduos de embalagens de plástico, vidro e metal, produzindo assim bionutrientes e húmus.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitar os resíduos bio-degradáveis para produção de composto, não seguindo para a célula; • Enviar para valorização os materiais passíveis de reciclagem oriundos da recolha de indiferenciados; • Aumentar a vida útil da célula do aterro; • Estabelecer critérios de gestão e de aferição da evolução da pilha de compostagem e vermicompostagem; • Elaborar normas de avaliação do grau de evolução do processo de compostagem e vermicompostagens.
Ações/ Resultados	<ul style="list-style-type: none"> • A implementação desta operação permitiu para já um horizonte extra de vida útil do aterro em 4 anos. O material procedente da recolha de indiferenciados, que anteriormente seguia para a célula, divide-se em 17% de recicláveis, 20% de composto e 63% de refugo. Da análise dos resultados concluiu-se que o composto produzido em 2010, de acordo com o referencial da Direção Regional do Ambiente - "Especificações técnicas sobre a qualidade e utilizações do composto", enquadra-se na CLASSE I, composto de melhor qualidade, a poder ser utilizado na agricultura. Os resultados de 2011 a 2014 foram classificados na Classe III, fruto da tinta existente no papel, tendo-se optado por retirá-lo para refugo, de forma a melhor o composto produzido.
Fotografias	

Quadro 2.38 - Boas Práticas

Indicador	<ul style="list-style-type: none"> • (R3) Privilegiar projetos de ID&T no domínio do ambiente
Caracterização	<ul style="list-style-type: none"> • Eixo Prioritário: Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores • Objetivo Específico: Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial • Projeto: RAAFDR-07-0482-FEDER-000001 • Designação: Unidade Piloto de Produção de Óleo Vegetal a partir de Microalgas – uma solução na produção de biocombustível • Promotor: Direção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações • Investimento Elegível: 173.961,11 euros • FEDER: 147.866,94 euros
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto é pioneiro e inovador na Região e aposta na ligação entre centros de investigação e empresários locais para cultivo de microalgas com vista à produção de biocombustíveis. Está prevista a construção de uma unidade experimental de produção de microalgas que simule a respetiva produção à escala industrial, com vista à posterior produção de óleo vegetal. Pretende-se encontrar uma solução que permita produzir combustíveis a preços competitivos com o combustível mineral, a partir de fontes de matéria prima não concorrentes com culturas alimentares.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Instalar uma unidade piloto de produção de microalgas; • Determinar a eficiência do sistema e a produtividade dos diferentes modelos de fotobiorreatores para as estirpes recomendadas; • Determinar a eficiência do sistema no sequestro de CO₂ e NO_x; • Conhecer a produtividade e potencial biotecnológico de espécies regionais de microalgas; • Determinar os custos reais e unitários de produção e o investimento necessário para instalar uma unidade de produção à escala industrial e avaliar a sua viabilidade económica e financeira; • Determinar uma solução técnica e economicamente viável para o subproduto resultante da extração de óleo.
Ações/Resultados	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de uma unidade experimental para cultivo de microalgas, constituída por 8 fotobiorreatores cilíndricos, 4 horizontais e 4 verticais; • Identificação de metabolitos de elevado valor comercial, que terão aplicação na indústria alimentar, farmacêutica, nutracêutica, cosmética e aquacultura; • Em resultado deste projeto e no seguimento da informação técnica produzida, foi possível a uma empresa parceira o desenvolvimento dum projeto de investimento industrial/comercial, que foi reconhecido como de interesse estratégico para a Região.
Fotografias	<div data-bbox="520 1509 813 1727">  </div> <div data-bbox="520 1733 813 1951">  </div> <div data-bbox="963 1525 1251 1939">  </div>

Quadro 2.39 - Boas Práticas	
Indicador	<ul style="list-style-type: none"> • (R5) Adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental
Caracterização	<ul style="list-style-type: none"> • Eixo Prioritário: Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores • Objetivo Específico: Qualificar o investimento empresarial • Projeto: RAAFD-07-0107-FEDER-000003 • Designação: Implementação de projeto de tratamento e valorização de resíduos metálicos e plásticos rígidos. • Promotor: Serralharia do Outeiro Lda • Investimento Elegível: 1.292.336,78 euros • FEDER: 589.413,15 euros
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de duas unidades de tratamento e valorização de resíduos metálicos e plásticos rígidos, na ilha de São Miguel e na ilha Terceira e melhoramentos nas atuais instalações da empresa.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Construir uma moderna e ampla unidade de tratamento e valorização, na Terceira, com 5.000 m², para dar resposta à produção de resíduos nas ilhas do Grupo Central; • Construir uma nova unidade de tratamento e valorização em São Miguel, com 3.000 m², na confluência dos 3 maiores concelhos da ilha, junto a grandes produtores de resíduos industriais; • Modernizar as atuais instalações, com 10.000 m², onde serão rececionados os resíduos atuais, sua seleção e tratamento, compactação, trituração e envio para o exterior da Região para reciclagem.
Ações/Resultados	<ul style="list-style-type: none"> • Operacionalização das unidades em Angra do Heroísmo, na Terceira e nas Murtas, em São Miguel; • Modernização da unidade dos Arrifes, em São Miguel; • Aumento da capacidade de produção, na recolha de resíduos, aumento da produtividade, acesso a novos mercados, aumento na qualidade do serviço prestado, aproveitamento de oportunidade de contribuir para a eliminação dos resíduos na Região Autónoma dos Açores.
Fotografias	   

Quadro 2.40 - Boas Práticas

Indicador	<ul style="list-style-type: none"> • (R6) Adoção de práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade no setor público
Caracterização	<ul style="list-style-type: none"> • Eixo Prioritário: Promover a Coesão Territorial e a Sustentabilidade • Objetivo Específico: Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental • Projeto: RAAFDR-09-0531-FEDER-000043 • Designação: Biomonitorização Humana da Qualidade do Ar • Promotor: Câmara Municipal de Ponta Delgada • Investimento Elegível: 87.357,27 euros • FEDER: 74.253,68 euros
Descrição	<p>A operação consiste na realização de um estudo pioneiro para a implementação e desenvolvimento de um programa de biomonitorização humana da qualidade do ar da cidade de Ponta Delgada. O processo cruza os resultados técnicos de índices de agentes poluentes do ar, com o impacto ou efeitos que estes agentes podem ter na saúde e na qualidade de vida das pessoas que vivem e trabalham na cidade.</p> <p>A inovação está na biomonitorização humana, junto da população, certificando-se, assim, se a cidade tem ou não condições sustentáveis para garantir uma vida saudável à população, habilitando o Município com informação crucial para os processos de tomada de decisão.</p> <p>A operação enquadra-se nas tarefas que tem vindo a ser desenvolvidas pelo Município desde a sua integração na rede nacional e europeia de Cidades Sustentáveis, bem como o cumprimento dos objetivos estabelecidos na Agenda XXI Local.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar os efeitos da qualidade do ar na população humana que vive e/ou exerce atividade profissional em Ponta Delgada, em duas zonas distintas: o Centro Histórico de Ponta Delgada e a área a Norte da "Estrada de São Gonçalo"; • Caracterização da qualidade do ar e comparação com os limites estabelecidos legalmente; • Divulgação dos resultados na rede de Cidades Sustentáveis.
Ações/ Resultados	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de Relatório Técnico; • Disseminação e debate dos resultados em apresentações públicas; • Publicação do Relatório na Intranet do Município.
Fotografias	 <p>The 'Fotografias' section contains three images. The first image on the left is a page from a technical report titled 'Ponta Delgada Biomonitorização a qualidade do ar', showing text and a map of the city. The middle image is another page from the same report, featuring a map of Ponta Delgada with various monitoring points marked. The third image on the right is a presentation slide titled 'Desenvolvimento e implementação de um programa de Biomonitorização Humana da Qualidade do Ar', which includes logos of the Municipality of Ponta Delgada, PROCONVERGENCIA ACRE, and the European Union.</p>

Quadro 2.41 - Boas Práticas	
Indicador	<ul style="list-style-type: none"> • (R7) Adoção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infraestruturas
Caracterização	<ul style="list-style-type: none"> • Eixo Prioritário: Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana • Objetivo Específico: Modernizar a rede de equipamentos de proteção social • Projeto: RAAFDR-08-0549-FEDER-000009 • Designação: Construção de edifício para creche em Ponta Delgada • Promotor: Direção Regional da Solidariedade e Segurança Social • Investimento Elegível: 1.481.422,25 euros • FEDER: 1.259.208,91 euros
Descrição	Construção de um novo equipamento destinado à instalação de uma Creche com capacidade para 70 utentes, de forma a incrementar a capacidade de resposta à crescente solicitação de prestação de serviços nesta área de apoio à infância, numa zona de forte expansão demográfica da área urbana do concelho de Ponta Delgada.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afectiva e física, durante o afastamento parcial do seu meio familiar através de um atendimento individualizado; • Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças; • Colaborar de forma eficaz no despoite precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado; • Assegurar uma utilização racional, ganho de eficiência e poupança de energia.
Ações/Resultados	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento dos regulamentos RSECE (regulamento dos sistemas energéticos e de climatização dos edifícios) e RCCTE (regulamento das características de comportamento térmico dos edifícios); • Certificação Energética - foi atribuído ao edifício projetado o certificado energético com a classificação de A.
Fotografias	   

2.8 Problemas, Constrangimentos e Medidas de Correção

Problemas e Constrangimentos

As questões referidas nos relatórios de execução precedentes têm, no essencial, vindo a diminuir de alguma intensidade.

Como aspeto principal deste período de execução há a destacar obviamente o progressivo processo de encerramento do programa. 2014 é já o primeiro ano pós período de programação 2007-2013. Progressivamente os projetos concluem-se, os volumes e as necessidades de informação são cada vez menores, aumentando a capacidade de resposta das funções de gestão e acompanhamento do programa.

Alguns beneficiários revelaram ao longo do ano dificuldades de acesso ao crédito que implicaram problemas de tesouraria e outros condicionalismos de ordem financeira. De um modo geral envolveram as empresas, e as entidades da administração pública, em especial, os municípios, por via dos limites impostos ao endividamento e a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), o que influenciou o ritmo de execução e colocou entraves a uma mais célere execução e encerramento das operações contratadas, face a uma menor capacidade em mobilizar a contrapartida pública regional. Os problemas atingiram ainda as entidades adjudicatárias, algumas com situações de insolvência que levou a incumprimentos contratuais com os beneficiários adjudicantes.

Em consequência, algumas operações viram o seu prazo de conclusão ultrapassado, originando pedidos de reprogramação de natureza temporal com alteração dos planos financeiros aprovados, com origem em prorrogação dos prazos nos fornecimentos de bens e serviços. Essas dificuldades foram também sentidas pelos Organismos Intermédios com competências delegadas ao nível dos Sistemas de Incentivos.

Muito embora os esforços desenvolvidos para promover a descativação total ou parcial dos projetos sem capacidade de execução, que em algumas situações foi significativo, o já elevado nível de aprovações atingido, a par da necessidade de gerir as expectativas de financiamentos em torno do novo período de programação 2014-2020, suscitou uma pressão acrescida para a Autoridade de Gestão nesta fase final de execução do Programa.

A aplicação das disposições regulamentares em matéria de projetos geradores de receitas foi objeto de orientação específica emitida por parte da AC em 2013, tendo a Autoridade de Gestão iniciado os trabalhos internos de requalificação do universo dos projetos sujeitos à categoria de "geradores de receita", bem como da atualização dos pressupostos financeiros aprovados que levaram à determinação do "funding gap".

Ainda a aplicação das disposições regulamentares em matéria de identificação, análise e acompanhamento de auxílios de Estado assumiu uma importância crescente no contexto da aplicação dos Fundos Estruturais, verificando-se mesmo, neste caso, um alargamento do âmbito de aplicação.

Medidas

Para ultrapassar os problemas e constrangimentos identificados, a autoridade de gestão do Programa promoveu algumas medidas, umas já presentes em 2012 e 2013 que se revelaram eficazes ao longo desses períodos e, outras novas iniciativas em articulação com as autoridades públicas nacionais e regionais.

As questões de âmbito interno relativas aos processos de candidatura, de execução financeira e de acompanhamento foram sendo resolvidas, mercê de algumas medidas tomadas no âmbito do funcionamento dos sistemas regional e local de pagamentos, articulados com as medidas tomadas pela autoridade de gestão, quer no período mais remoto com a majoração proporcionada com o mecanismo top-up, quer também com uma maior liquidez nos sistemas através dos adiantamentos contra fatura.

Mantiveram-se os mecanismos de acompanhamento e monitorização regular da execução financeira, tendo como efeito a aceleração da verificação e validação da despesa, com a consequente redução dos tempos médios de pagamento aos beneficiários.

Esse esforço foi objeto de estreita colaboração com a administração regional, no sentido de dinamizar a execução das operações aprovadas com dotação inscrita no Orçamento da Região, com o encurtando o lapso temporal entre a efetiva realização financeira e a sua apresentação em pedidos de pagamento.

Como boa prática de gestão, a autoridade de gestão utilizou o overbooking, como “almofada” para compensar eventuais quebras de execução e rescisões, bem como gerir as expectativas dos promotores numa fase de sobreposição de períodos de programação.

Foram tomadas algumas medidas de simplificação dos procedimentos de gestão, nomeadamente ao nível do tratamento das reprogramações de natureza temporal, associando-as com os pedidos de pagamento finais e envolvendo uma articulação com os beneficiários.

Em resumo, as principais medidas de correção tomadas da iniciativa da autoridade de gestão:

- 1 - Continuidade da aplicação do mecanismo *Top-Up*, o que levou ao pagamento de compromissos adicionais aos beneficiários de cerca de 3.8 milhões de euros);
- 2 - Descativação de montantes comprometidos em projetos sem execução financeira e aceleração dos processos de encerramento;

- 3 - Avaliação periódica dos compromissos sem execução ou com graus de execução inalterados há longo tempo, complementada por uma monitorização regular de operações com atraso na apresentação de pedidos de saldo e relatórios finais, bem como atrasos na apresentação de pedidos de pagamento;
- 4 - Por via das situações identificadas intensificou-se a realização de ações de acompanhamento às operações com pedido de pagamento final e/ou relatório final apresentado ou com possibilidade de apresentação;
- 5 - Enfoque no tratamento dos processos de verificação de pedidos de pagamento, procurando reduzir ainda o tempo médio de validação da despesa e assim encurtar a data de pagamento aos beneficiários;
- 6 - Controlo dos adiantamentos contra fatura para efeitos da sua regularização;
- 7 - O acolhimento nas atividades de gestão das novas orientações relativas a projetos geradores de receitas e ferramentas de análise;
- 8 - Intensificação de reuniões de acompanhamento de execução com os beneficiários;

3. A EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

Eixo Prioritário VII – Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores

3.1.1- Cumprimento de metas e análise de progressos

Informação relativa aos progressos físicos e financeiros

A tabela seguinte apresenta, com base no conjunto de Indicadores de Eixo prioritário e ainda dos Indicadores Comuns Comunitários aplicáveis, as principais realizações e resultados alcançados até ao final de 2014 no âmbito do Eixo prioritário VII.

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário VII											
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)											
OE 7.1 - Qualificar o investimento empresarial											
Projetos de Expansão/modernização apoiados	Realização - Contratada			207	341	414	464	777	844		844
	Realização - Executada			1	17	66	142	201	297		297
	Metas				300					800	800
Projetos com carácter inovador e fatores dinâmicos de competitividade	Realização - Contratada			10	11	35	35	47	103		103
	Realização - Executada					1	13	16	27		27
	Metas				120					50	50
Embarcações de pequena escala para transporte tipo ferry	Realização - Contratada						2	2	2		2
	Realização - Executada						0	0	2		2
	Metas									2	2
Empresas de transporte coletivo de passageiros apoiadas	Realização - Contratada			7	8	8	8	8	8		8
	Realização - Executada			4	8	8	8	8	8		8
	Metas				4					8	8
Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira	Realização - Contratada			861	930	1.284	1.457	1.680	527		527
	Realização - Executada							179	6		6
	Metas									2.500	2.500
Postos de trabalho criados nos projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos	Resultado (n.º) contratado					1.181	1.200	2.086	2.363		2.363
	Resultado (n.º) executado					76	111	155	511		511
	Metas				1.500					1.600	1.600
	Valor de Referência / Situação de Partida	300/ano (1) (2000-2005)									

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário VII											
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Empresas/serviços com certificação	Resultado (n.º) contratado										
	Resultado (n.º) executado			60	65	70	75	78	85		85
	Metas				130					130	130
	Valor de Referência / Situação de Partida	60 (2006)									60
População beneficiada pela melhoria introduzida no transporte coletivo de passageiros	Resultado (n.º) contratado					96	96	96	96		96
	Resultado (n.º) executado			47	96	96	96	96	96		96
	Metas				40					100	100
	Valor de Referência / Situação de Partida	242.000 (3) (2006)									
OE 7.2 - Dinamizar as redes de infraestruturas e de prestação de serviços às empresas											
Laboratórios de apoio à atividade produtiva	Realização - Contratada				2	2	2	2	2		2
	Realização - Executada					1	1	2	2		2
	Metas				1					3	3
Infraestruturas de apoio à atividade económica	Realização - Contratada		1	8	11	16	18	20	19		20
	Realização - Executada			2	4	5	8	10	15		10
	Metas				2					18	18
Campanhas e Eventos Promocionais	Realização - Contratada		40	63	360	500	782	801	801		801
	Realização - Executada		20	26	34	278	405	604	722		722
	Metas				15					600	600
Ações de divulgação e sensibilização, seminários e estudos de natureza sectorial apoiados	Realização - Contratada		18	22	155	201	251	251	251		251
	Realização - Executada		4	5	6	11	60	148	206		206
	Metas				30					250	250
Volume de negócios das empresas regionais no total do país	Resultado (%) contratado										
	Resultado (%) executado			1,4 (2007)	1,43 (2008)	1,5 (2009)	1,5 (2010)	1,5 (2012)	1,5 (2012)		1,5 (2012)
	Metas				1,4					1,5	1,5
	Valor de Referência / Situação de Partida	1,3 (2004)									1,3
Receitas de hotelaria	Resultado (ME) contratado										
	Resultado (ME) executado			56	50	48	43	46	46		46
	Metas				75					60	60
	Valor de Referência / Situação de Partida	53 (2005)									53
OE 7.3 - Apoiar a investigação na Região											
Projetos para reequipamento científico	Realização - Contratada			1	12	14	15	14	14		14
	Realização - Executada				3	6	10	12	13		13
	Metas				15					30	30
Projetos de investigação científica apoiados	Realização - Contratada			5	23	37	37	37	37		37
	Realização - Executada				7	7	21	21	22		22
	Metas				45					50	50
Ações de divulgação científica e tecnológica apoiadas	Realização - Contratada				2	39	39	39	39		39
	Realização - Executada					2	3	4	5		5
	Metas				20					50	50

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário VII											
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Unidades do sistema científico e tecnológico apoiadas	Resultado (%) contratado					68	68	68	68		68
	Resultado (%) executado				45	50	64	64	68		68
	Metas				40					100	100
	Valor de Referência / Situação de Partida	20									20
Despesas de I&D no PIB (Portugal = 100)	Resultado (%) contratado										
	Resultado (%) executado				30 (2008)	28 (2008 Rv)	24 (2010)	26 (2011)	42 (2012)		42
	Metas				75					60	60
	Valor de Referência / Situação de Partida	64 (2003)									64
OE 7.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial											
Infraestruturas tecnológicas apoiadas	Realização - Contratada			1	1	2	2	2	2		2
	Realização - Executada								1		1
	Metas				2					5	5
Projetos empresariais de I&D apoiados	Realização - Contratada			2	3	5	4	4	4		4
	Realização - Executada						1	2	4		4
	Metas				10					10	10
Empresas apoiadas em projetos de cooperação com o sistema científico e de investigação	Resultado (Nº) contratado					2	2	2	1		1
	Resultado (Nº) executado								1		1
	Metas				10					10	10
	Valor de Referência / Situação de Partida	0									0
OE 7.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs											
Espaços TIC apoiados	Realização - Contratada			70	71	71	71	71	71		71
	Realização - Executada				1	1	71	71	71		71
	Metas				27					100	100
Redes e projetos integrados de TIC	Realização - Contratada				5	16	17	17	17		17
	Realização - Executada					2	2	14	16		16
	Metas				15					20	20
Equipamentos de TIC adquiridos	Realização - Contratada			472	472	515	515	515	515		515
	Realização - Executada				12	22	22	65	65		65
	Metas				2.200					1.100	1.100
N.º de projetos da rede de comunicações de alta velocidade	Realização - Contratada						2	2	2		2
	Realização - Executada								1		1
	Metas									2	2
	Valor de Referência / Situação de Partida										
Agregados domésticos com ligação à internet	Resultado (%) contratado										
	Resultado (%) executado			47	54	59,6	64,1	66,3	70,2		70,2
	Metas				52					70	70
	Valor de Referência / Situação de Partida	37(2006)									37

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário VII												
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
Ilhas com ligação a cabo submarino de fibra ótica	Resultado (Nº) contratado						9	9	9		9	
	Resultado (Nº) executado						7	7	9		9	
	Metas									9	9	
	Valor de Referência / Situação de Partida					7					9	
N.º de concelhos com acesso à rede de banda larga	Resultado (Nº) contratado						19	19	19		19	
	Resultado (Nº) executado						7	7	9		9	
	Metas									19	19	
	Valor de Referência / Situação de Partida						7				7	
OE 7.6 – Melhorar a eficiência administrativa												
Projetos de automatização e simplificação de procedimentos administrativos apoiados	Realização - Contratada		2	2	6	11	16	17	18		18	
	Realização - Executada				2	4	8	11	15		15	
	Metas				5					15	15	
Organismos da Administração Pública que disponibilizam formulários para download	Resultado (%) contratado											
	Resultado (%) executado			58	58	63	63	63	63 (2010)		63	
	Metas				65					80	80	
	Valor de Referência / Situação de Partida	50 (2005)									50	
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)												
Áreas Temáticas		Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Emprego criado	1. Empregos criados	Realização - Contratada			862	1.181	1.181	1.293	2.179	2.456		2.456
		Realização - Executada					76	111	155	604		604
		Metas									1.600	1.600
	2. dos quais: homens	Realização - Contratada			n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
		Realização - Executada					43	58	90	301		301
		Metas										n.d
	3. dos quais: mulheres	Realização - Contratada			n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
		Realização - Executada					33	53	65	303		303
		Metas										n.d
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projetos de I&DT	Realização - Contratada			7	37	55	58	57	57		57
		Realização - Executada				12	15	35	37	40		40
		Metas									60	60
	5. N.º de projetos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada			2	4	7	6	6	6		6
		Realização - Executada						1	2	5		5
		Metas									6	6

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário VII												
Indicadores			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
6. Empregos na investigação criados	Realização - Contratada				4	4	4	4	4	4		4
	Realização - Executada									4		4
	Metas										4	4
Ajudas diretas ao investimento nas PME	7. N° de projetos	Realização - Contratada			230	374	479	534	859	981		981
		Realização - Executada			5	31	86	179	243	350		350
		Metas									850	850
	8. dos quais: n° de start-ups apoiadas	Realização - Contratada			55	95	125	156	308	370		370
		Realização - Executada				3	15	33	57	91		91
		Metas									300	300
	9. Empregos criados	Realização - Contratada			769	1.088	1.088	1.200	2.086	2.363		2.363
		Realização - Executada					76	111	155	511		511
		Metas									1.500	1.500
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Realização - Contratada			174,1	204,6	270,7	294,1	408,8	444,5		445,50
		Realização - Executada			1,4	71,2	107,5	140,8	189,6	227,2		227,20
		Metas									450	450
Sociedade de Informação	11. N° de projetos	Realização - Contratada			9	21	27	31	43	47		47
		Realização - Executada				3	11	14	20	26		26
		Metas									41	41
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização - Contratada						25.000	25.000	25.000		25.000
		Realização - Executada								2.200		2.200
		Metas									25.000	25.000
Turismo	34. N° de projetos	Realização - Contratada			58	120	128	129	170	178		178
		Realização - Executada			1	3	20	47	62	80		80
		Metas									200	200
	35. N° de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada			139	331	349	347	446	453		453
		Realização - Executada					16	34	42	156		156
		Metas									400	400
Competitividade das Cidades	40. N° de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada		11	25	53	71	89	98	98		98
		Realização - Executada			6	16	28	46	65	85		85
		Metas									100	100

Quadro 3.2 – Indicadores Financeiros									
Objetivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compro-misso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
EP VII - Total	358.169.827	304.444.353	428.803.609	371.512.598	291.336.770	254.500.785	122,0%	83,6%	68,5%
OE 7.1 - Qualificar o investimento empresarial			231.309.971	196.937.499	111.298.938	94.763.121			48,1%
OE 7.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas			147.593.196	131.469.551	139.822.858	124.864.765			95,0%
OE 7.3 - Apoiar a investigação na Região			5.833.882	5.183.663	5.190.293	4.636.613			89,4%
OE 7.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial			19.096.311	16.346.507	12.545.069	10.777.951			65,9%
OE 7.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs			17.594.611	15.080.995	15.857.351	13.604.324			90,2%
OE 7.6 - Melhorar a eficiência administrativa			7.375.639	6.494.383	6.622.260	5.854.012			90,1%

Quadro 3.3 – Projetos Concluídos e em Conclusão					
Objetivo Específico	Nº Proj.	Aprovado		Executado	
		Custo Total Elegível	Fundo	Custo Total Elegível	Fundo
Eixo Prioritário VII					
Encerrados com saldo pago	130	91.585.307,01	81.141.989,75	91.570.897,05	81.129.741,33
Concluídos fisicamente	322	170.114.870,13	98.426.906,32	155.460.913,71	90.977.957,27
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	11	33.118.255,87	29.006.191,68	32.653.298,29	28.610.977,73

Execução Material

O cumprimento de metas e análise de progressos assenta na verificação da execução física do Eixo, utilizando os indicadores de realização, os indicadores de resultado e os indicadores comuns comunitários (Quadro 3.1, a qual reproduz o quadro constante do Anexo VI do Regulamento (CE) nº 846/2009 de 1 de setembro).

Para além da realização efetiva acumulada no final do ano, a análise incide ainda sobre os valores da realização contratada, que permitem complementar a leitura sobre o desempenho do Eixo. O quadro de indicadores para este Eixo prioritário é constituído por 19 indicadores de realização e 12 indicadores de resultado.

A informação que se reporta em termos do executado, contem os dados sobre as intervenções que se encontram finalizadas ou em condições de ser usufruídas pelos destinatários das mesmas, independentemente da sua conclusão financeira. Os valores de execução do indicador estão dependentes da informação recolhida aquando do encerramento dos projetos enquadrados nos sistemas de incentivos, o que remete para uma análise mais conclusiva após o encerramento do programa.

Indicadores de realização

- 1) No final de 2014, 9 indicadores (47% do total) apresentam valores de realização contratada que igualam ou superam as metas para 2015, são os casos dos indicadores "Projetos de expansão/modernização apoiados" (844/800), "Projetos com caráter inovador e fatores dinâmicos de competitividade" (103/50), "Embarcações de pequena escala para transporte, tipo ferry" (2/2), "Infraestruturas de apoio à atividade económica" (19/18), "Empresas rodoviárias de transporte coletivo de passageiros apoiados" (8/8), "Campanhas e eventos promocionais" (801/600), "Ações de divulgação e sensibilização, seminários e estudos de natureza sectorial apoiados" (251/250), "Projetos da rede de comunicações de alta velocidade apoiadas" (2/2) e "Projetos de Automatização e simplificação de procedimentos administrativos apoiados" (18/15);
- 2) Dois indicadores, "Ações de divulgação científica e tecnológica apoiada" (39/50) e "Redes e projetos integrados de TIC" (17/20), apresentam valores de realização contratada com graus de aproximação às metas situados entre 75% e 100%;
- 3) Três indicadores, "Projetos de investigação científica apoiados" (37/50), "Laboratórios de apoio à atividade produtiva" (2/3) e "Espaços TIC apoiados" (71/100), apresentam valores de realização contratada com graus de aproximação às metas situados entre 50% e 75%;
- 4) Cinco indicadores, "Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira" (527/2.500), "Projetos para reequipamento científico" (14/30), "Infraestruturas tecnológicas apoiadas" (2/5), "Equipamentos de TIC adquiridos" (515/1.100) e "Projetos empresariais de I&D apoiados" (4/10), apresentam valores de realização contratada que se situam abaixo de 50% do valor da meta;

Três indicadores apresentam valores de realização-executada que igualam ou ultrapassam as metas. A maioria dos indicadores (12), apresentam valores de execução inferiores a 75% dos valores das metas, dos quais 7 estão abaixo dos 50% do valor da meta.

Indicadores de resultado

- 1) Três indicadores atingiram valores contratados iguais ou superiores aos valores da meta para 2015, "Postos de trabalho criados nos projetos apoiados pelo sistema de incentivos" (2.363/1.600), "Ilhas com ligação a cabo submarino de fibra ótica" (9/9) e "Concelhos com acesso à rede de banda larga" (19/19);
- 2) Um indicador, "% da População beneficiada pela melhoria introduzida nos transportes coletivos de passageiros" alcança um valor contratado com uma taxa de aproximação à meta acima dos 75% (96/100);
- 3) Um indicador apresenta um valor contratado acima dos 50% e abaixo dos 75%, "Unidades do sistema científico e tecnológico, apoiadas" (68/100);
- 4) O indicador "Empresas apoiadas em projetos de cooperação com o sistema científico e de investigação" apresenta um valor contratado bastante aquém da meta (1/10).

- Execução

Dos 12 indicadores de resultado, apenas 3 apresentam um nível de execução abaixo dos 50% da meta.

Analisando os valores de execução dos indicadores de resultado, tendo como referência os projetos concluídos, evidenciam-se os seguintes resultados relevantes:

- a) Um total de 511 postos de trabalho criados nos projetos apoiados pelos sistemas de incentivos (meta de 1.600)
- b) 85 Empresas/serviços com certificação, que compara com um valor da meta de 130 e uma situação de partida de 60;
- c) População beneficiada pelas melhorias introduzidas no sistema de transporte rodoviário coletivo de passageiros (96%);
- d) Acréscimo de 15,4% do "Volume de negócios das empresas regionais no total do país", que passou de 1,3% em 2004 para 1,5% em 2012, igualando a meta;
- e) Receitas de hotelaria diretas no montante de 46 milhões de euros, ainda inferior ao valor de referência (53 milhões de euros em 2005) e à meta (60 milhões de euros);
- f) Unidades do sistema científico e tecnológico apoiado (68%), que está bastante acima do valor de situação de partida (20%);
- g) Despesas em I&D no PIB (País=100), 42 em 2012, ainda aquém da situação de partida (64 em 2003) e da meta (60);

- h) Todas as ilhas/concelhos com ligação a cabo submarino de fibra ótica e com a cesso a rede de banda larga cobertas por rede de banda larga;
- i) Agregados domésticos com ligação à internet (70%), iguala o valor da meta e quase que duplica a situação de partida (37% em 2006);
- j) Organismos da administração pública que disponibilizam formulários para download (63% em 2010), que compara com uma situação de partida de 50% em 2005 e uma meta de 80%.

Os indicadores relacionados com o apoio direto às empresas, tanto ao nível dos de realização (projetos aprovados), como do resultado (criação de postos de trabalho), apresentam taxas que superam as metas definidas. O aumento verificado face ao ano anterior, para além de decorrer do aumento de apresentação de candidaturas por parte dos beneficiários, também é explicado pelo "overbooking" existente associado ao objetivo específico em causa (OE 7.1). Por outra parte, a diferença verificada entre as aprovações e execução é derivada da duração das operações associadas a estes indicadores, que por terem uma duração em média superior aos projetos públicos, retardam a apresentação de dados finais. Assim sendo, no encerramento do Programa ter-se-á uma visão mais real dos dados a atingir.

O desempenho do indicador "Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira" aponta para um total de 527 empresas apoiadas. Esta realização representa uma redução de 1.153 empresas apoiadas face ao valor de 2013, em razão da rescisão do apoio comunitário a 2 operações relativas a linhas de crédito (conforme apresentação em ponto específico do relatório - acompanhamento e avaliação).

Ao nível da Investigação (OE 7.3 e 7.4), os dados físicos ("projetos para reequipamento científico", "projetos de investigação científica apoiados" e "Infraestruturas tecnológicas apoiadas" e "projetos empresariais de I&D apoiados), em termos de aprovações, mantiveram o mesmo comportamento face ao ano anterior. A ausência de apresentação de candidaturas poderá ter-se devido ao facto de algumas instituições de investigação estarem a atravessar um período de alguma crise financeira. Consequentemente, os resultados associados também ficaram aquém do programado, apesar de se constatar um aumento considerável do indicador "Despesas de I&D no PIB" que passou de 26% (dado de 2011) para 42% (dado de 2012), passando a atingir 70% da meta definida.

Indicadores Comuns Comunitários

- 1 – A área temática "Emprego criado" regista um forte acréscimo na execução relativamente à situação reportada em 2013, mais 449 empregos, o que equivale a um grau de execução de 36% face à meta reforçada de 1.700. A repartição por género, revela um equilíbrio na execução de 301 homens e 303 mulheres. Já em termos de contratação verifica-se uma realização de 2.456 empregos, o que corresponde a um grau de aproximação à meta de 144%.

- 2 – No âmbito da área temática “Investigação e desenvolvimento tecnológico” o indicador “Nº de projetos de I&DT” aumentou para 67% de execução (taxa de contratação de 95%). Os indicadores, “Projetos de cooperação empresas-instituições de investigação” e “Emprego na investigação criado” apresentam idêntico nível de contratação que o ocorrido em 2012, (100% dos valores das metas). A execução melhorou substancialmente no tocante ao 1º indicador, passando de 2 projetos em 2013 para 5 no final deste período.
- 3 – Na área temática “Ajudas diretas ao investimento nas PME”, constata-se que os 4 indicadores (nº de projetos apoiados (981/850), start-ups apoiadas (370/300), empregos criados (2.363/1.500) e investimento induzido (445/450) atingiram uma realização contratada superior aos valores das respetivas metas. Pese embora as trajetórias sempre crescentes, a execução associada aos indicadores é ainda relativamente baixa face às metas, isto é, nº de projetos apoiados (41%), start-up apoiadas (30%), empregos criados (34%) e investimento induzido (50%).
- 4 – Na área temática da “Sociedade de informação”, o indicador “Nº de projetos” apresenta uma realização contratada superior ao valor da meta revista (47 contra 41). O valor da execução representa 74% do valor da meta. Em associação com aquele indicador, verifica-se um “Acréscimo de população com acesso abunda larga” de 25.000 habitantes, em termos de contratação, que equipara ao valor da meta.
- 5 – Na área temática do “Turismo”, verifica-se que em termos de realização contratada o indicador “Nº de projetos” tem vindo sempre a aumentar atingindo os 178 projetos (grau de aproximação à meta de 89%), ao passo que o indicador “Nº de Empregos criados” melhorou relativamente aos períodos anteriores e apresenta um valor mais elevado (113%). Em termos de execução, os valores estão muito aquém das metas, 40% e 39%, respetivamente. Nesta área temática, como os projetos estão enquadrados por um subsistema de incentivos, apenas em sede do encerramento se poderá aferir do nº efetivo de empregos criados.
- 6 – Na área temática “Competitividade das Cidades”, o indicador que lhe está associado “Nº de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização de novas tecnologias” apresenta uma realização contratada de 98 projetos, aproximando-se do valor da meta revista (100), e com uma execução que indica um grau de aproximação à meta de 85%.

Aspetos complementares de execução

O Eixo Prioritário (EP) 7 tem uma dotação em termos de Fundo de 304,4 milhões de euros, o que equivale a 31,5% da dotação global do programa.

Tratando-se de uma prioridade destinada a dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores, todos os 6 objetivos específicos são orientados, de forma direta ou indireta, para o apoio ao fomento empresarial.

Enquadrados pelo Objetivo específico 7.1, identificam-se os apoios veiculados através de sistemas de Incentivos e de instrumentos de engenharia financeira, que têm as empresas, maioritariamente micro e PME, como beneficiários diretos.

Nos restantes objetivos específicos, os apoios dirigem-se às iniciativas de natureza pública e/ou em parceria com outras entidades regionais e locais, nos domínios das infraestruturas e da prestação de serviços, da investigação em contexto empresarial, da TIC e da modernização administrativa visando a redução dos custos de contexto, tendo como finalidade aumentar os níveis de inovação e de empreendedorismo, com vista a criar um ambiente mais favorável à competitividade das empresas regionais.

O EP7 atingiu no final de 2014 um nível de aprovações de 371,5 milhões de euros (menos 2 milhões de euros que em 2013), o que equivale a 32,9% do total das aprovações do programa. A diminuição das aprovações ocorrida em relação ao ano anterior deve-se às rescisões operadas nas linhas de crédito, bem como anulações sobre operações que não comprovaram o início da sua execução ultrapassando os prazos admitidos.

A taxa de compromisso do EP7 (aprovado versus programado) situa-se nos 122% (menos 0,6 pontos percentuais que em 2013), traduzindo uma taxa de *overbooking* que é superior à do programa.

A taxa de aprovação do Eixo está correlacionada com a taxa de aprovação do OE 7.1 - Qualificar o investimento empresarial, a qual é bastante superior à dos restantes objetivos específicos, o que permite prevenir o que historicamente se tem vindo a registar, que é um nº de desistências das operações da natureza privada apoiadas através de sistemas de incentivos, bastante superior às candidaturas promovidas por entidades públicas.

O valor das aprovações que, direta ou indiretamente, se destinam a apoiar as empresas nos seus processos **de expansão, inovação e competitividade**, tem origem nos apoios do OE 7.1 (981) e do OE7.2 - Dinamizar a rede de infraestruturas e serviços de apoio às empresas (98), e representam 88% do valor global das aprovações do Eixo.

A execução das aprovações, medida pela taxa de realização (executado versus aprovado), atingiu 68,5%, mais que 10 pontos percentuais que em 2013, para o que contribuiu em parte a diminuição ocorrida nas aprovações. Desempenhos de realização acima da média do Eixo, verificam-se no OE 7.2 – Dinamizar as redes regionais de infraestruturas e de prestação de serviços às empresas, no OE7.3 - Apoiar a investigação na Região, no OE7.5 – Melhorar a acessibilidade e a utilização das TICs e no OE7.6 - Melhorar a eficiência administrativa, com taxas de 94,5%, 88,5%, 88,7% e 90,8%, respetivamente.

A taxa de execução obtêm-se da comparação do valor executado com o valor programado, que no caso do EP7 atingiu 83,6% (mais 12,4 pontos percentuais em relação a 2013), que sendo ainda a mais baixa de todos os Eixos, tem vindo a melhorar progressivamente e a reduzir a distância para a taxa de execução média do programa.

Alguns projetos de natureza infraestrutural, com um maior peso financeiro, aprovados no OE 7.2 - Dinamizar as redes regionais de infraestruturas e de prestação de serviços às empresas, registaram atrasos na sua execução, pesando negativamente na taxa média de execução do Eixo.

A dotação global do Eixo foi objeto de 13 processos de seleção (de acordo com as tipologias presentes), mediante a publicação de aviso para abertura por período de candidatura, inicialmente por aviso de dezembro de 2007 e posteriormente, após a reprogramação do programa e a alteração verificada ao nível dos eixos prioritários, um novo aviso em dezembro de 2011.

Está previsto um único período de candidaturas, as quais se processam em contínuo, desde a data dos avisos de abertura até ao encerramento do programa.

As candidaturas aprovadas no Eixo registaram ao longo deste período um forte impulso, atingindo um total de 1.145 operações (mais 123 que o acumulado de 2013). Quase 86% do total das aprovações do Eixo, num total de 981 operações aprovadas, têm origem no OE7.1- Qualificar o investimento empresarial, por via dos apoios prestados aos regimes de auxílios ao investimento às empresas e do Regulamento de Acesso ao Apoio e Partilha de Riscos das Empresas dos Açores – RAAPREA, o qual constitui o quadro de apoio às empresas por via de outras modalidades, nomeadamente os instrumentos de engenharia financeira.

A taxa de admissibilidade do Eixo (candidaturas admitidas/apresentadas) é de 87,4% (2.084/2.388), praticamente idêntica à taxa média do programa. Já em termos de custo total, a taxa de admissão do eixo é inferior à do programa (75,9% contra 82,3%).

Em termos gerais, as candidaturas consideram-se “não admitidas”, ou porque não cumpriram as condições de admissibilidade e de aceitabilidade previstas no regulamento do programa para as operações e para os beneficiários, ou viram formalizada a sua desistência, antes da seleção, por iniciativa do beneficiário.

A taxa de aprovação bruta do Eixo em 2014 (candidaturas aprovadas/apresentadas) é de 47,9% em termos de nº de candidaturas, inferior em 7,7 pontos percentuais à taxa média do programa.

Quanto à taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas) e que mede o grau de seletividade das operações, é de 54,9% para o conjunto do Eixo, inferior em 8,7 pontos percentuais à taxa média do programa.

Estes indicadores têm em consideração o total das candidaturas não admitidas ou desistidas para determinar o montante de compromisso “líquido” aprovado pela autoridade de gestão. Nesta prioridade, refira-se que, foram não admitidas/desistidas 382 operações, com um custo total previsto de 450,4 milhões de euros.

Constata-se que o tempo médio de decisão para as candidaturas aprovadas no EP 7 foi de 185 dias (tempo previsto de 126 dias). No tempo médio de decisão estão incluídos os períodos de tempo consagrados para a integral instrução/verificação dos processos de candidatura, os quais são

reservados para esclarecimentos/elementos de apreciação adicionais dos beneficiários e, por vezes, de pedidos de pareceres a entidades externas relevantes para a preparação da decisão (enquadramento em instrumento de política pública, questões ambientais e outros).

A dimensão média do investimento elegível associado às candidaturas aprovadas no Eixo 7 é de 0,561 milhões de euros, permanecendo bastante inferior ao investimento médio do programa (0,926 milhões de euros). É o valor mais baixo de todos os eixos prioritários, o que se deve ao elevado nº de aprovações com reduzida dimensão média de investimento por operação no OE 7.1 – Qualificar o investimento empresarial (0,453 milhões de euros); considerando apenas os investimentos de natureza pública (OE 7.2, OE 7.3, OE 7.4 e OE 7.5) a dimensão média dos investimentos é de 1,204 milhões de euros, valor que já se situa acima da média do programa.

Uma parte relevante da dotação financeira do EP7 traduz-se em medidas de apoio dirigidas às PME, quer através dos clássicos regimes de auxílio ao investimento, quer por via dos novos mecanismos e modalidades de apoio, os instrumentos de engenharia financeira.

Como se pode constatar, a maior procura é dirigida ao Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento local, com 432 operações aprovadas, cerca de 44,1% do nº total do OE7.1. Já no que se refere ao montante total de Fundo aprovado (40,9 milhões de euros), o seu peso relativo é de 22,7%, o que reflete a reduzida dimensão média dos projetos apoiados no âmbito deste SI (FEDER médio de cerca de 95 mil Euros). A taxa de execução em relação às aprovações neste subsistema é de 49%.

O valor mais elevado de aprovação é alcançado pelo Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico, com 152,9 milhões de euros de custo elegível (81,4 milhões de euros de despesa pública e 69,2 milhões de euros de Fundo). A dimensão média do investimento associado às operações aprovadas (36) em termos de custo elegível é a mais elevada do Eixo (cerca de 4,25 milhões de euros) e das mais elevadas do programa, apenas superada pela dimensão média das operações aprovadas no EP10 - Compensar os sobrecustos da ultraperifericidade. A taxa de execução das aprovações neste subsistema é de 46,7%.

Destacam-se ainda os valores das aprovações no Subsistema Empreende Jovem, que vem registando um forte impulso (280 operações aprovadas, um custo total elegível de 43,3 milhões de euros, uma despesa pública de 27,4 milhões de euros e uma contribuição do Fundo de 23,3 milhões de euros) e no Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo (178 operações, custo total elegível de 46,3 milhões de euros, despesa pública de 19,3 milhões de euros e uma contribuição do Fundo de 16,4 milhões de euros). As taxas de execução das aprovações é ainda relativamente baixa nestes dois subsistemas de apoio, respetivamente de 33,5% e 59,8%.

Ao abrigo do Regulamento de Acesso ao Apoio e Partilha de Risco das Empresas Açorianas (RAAPREA), no final de 2014 encontravam-se aprovadas 8 operações, às quais estão associadas um envelope financeiro de 27,5 milhões de euros de custo total elegível e de despesa pública e uma contribuição do Fundo de 23,5 milhões de euros.

Aquelas aprovações dizem respeito ao apoio a 6 linhas de crédito, ao apoio ao desenvolvimento de um Fundo de âmbito regional e ao apoio à Linha Investe QREN, cuja finalidade é reforçar o acesso das PME ao financiamento bancário, tendo em vista o seu crescimento, modernização e competitividade, através da promoção da contratualização, junto do sistema financeiro, de empréstimos com bonificação da taxa de juro (spread), prestação de garantia pública, bonificação da Comissão de Garantia Mútua.

No seguimento da auditoria da IGF n.º 2013/2034 e respetivas conclusões e recomendações, foi efetuada a rescisão de 4 operações relativas a linhas de crédito, 2 como resultado direto da auditoria e 2 no seguimento do exercício de alargamento do perímetro de análise de auditoria levada a efeito pela autoridade de gestão.

Em consequência das correções financeiras realizadas às operações em processo de rescisão, a taxa de execução das aprovações ao abrigo deste regulamento é de apenas 11%.

Tipologia de beneficiários

As tipologias de beneficiários das operações aprovadas ao nível desta prioridade são as seguintes: o setor privado (objetivo específico 7.1); a administração regional e local (objetivos específicos 7.2, 7.3, 7.4, 7.5 e 7.6); a administração Indireta Serviços Personalizados (objetivos específicos 7.2, 7.3, 7.4, 7.5); as Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público (objetivos específicos 7.1, 7.2, 7.4 e 7.5); as associações privadas sem fins lucrativos (objetivos específicos 7.2, 7.4 e 7.5) e as instituições do ensino superior (objetivos específicos 7.3 e 7.4).

Na distribuição das aprovações por tipologia de beneficiário, assinala-se o peso esmagador das operações com origem nas empresas, com cerca de 86% do número de candidaturas. Já a nível do FEDER aprovado, o peso dos beneficiários públicos é ligeiramente superior aos dos privados (51,4% contra 48,6%).

3.1.2- Análise Qualitativa

Destacam-se os principais aspetos qualitativos que resultaram da gestão do Eixo ao longo de 2014:

- Não são de assinalar, mudanças com significado no enquadramento normativo ou relativo à gestão dos apoios.
- A continuação de um contexto económico e financeiro adverso, com repercussões ao nível da capacidade de financiamento das empresas, pode ter influenciado desfavoravelmente o cumprimento dos ritmos de execução programados para as operações enquadradas em sistemas de incentivos.
- A aplicação do mecanismo de top-up tem-se revelado uma medida com efeitos positivos no reforço da liquidez, fator relevante para garantir a contrapartida nacional dos investimentos.

- . Os apoios concedidos, através dos sistemas de incentivos ao investimento empresarial, os quais sendo canalizados para a criação/expansão de empresas e promoção do empreendedorismo, constituem um fator positivo para o aumento da empregabilidade, nomeadamente a feminina, que tem vindo a assumir um peso significativo na Região.
- . O objetivo específico 7.2 - Infraestruturas e serviços de apoio às empresas, manteve ao longo de todo o período de programação uma procura muito elevada da parte dos beneficiários, com impactos ao nível da oferta de infraestruturas e serviços de apoio disponibilizados às empresas, por parte de entidades da administração pública e associações empresariais e locais. Em 2014, há apenas a registar uma aprovação relativa à qualificação da madeira de *criptoméria japónica* de acordo com a normalização europeia de qualidade.
- . Por outro lado, as operações apoiadas no âmbito da sociedade de informação e da modernização administrativa, permitem ainda acréscimos dos níveis de empregabilidade, uma maior flexibilização dos tempos e locais de trabalho (teletrabalho), e uma maior conciliação do trabalho com a vida familiar, bem como a literacia digital.

3.1.3 - Problemas significativos encontrados na implementação do Eixo Prioritário e medidas tomadas

Os principais problemas em 2014 respeitam aos atrasos na execução das operações contratadas, em sequência dos estrangulamentos causados com a escassez de liquidez financeira e as dificuldades no acesso ao financiamento bancário, o que afetou com particular acuidade os beneficiários do setor privado com candidaturas enquadradas em sistemas de incentivos.

Em consequência, os beneficiários utilizaram com frequência os pedidos de reprogramações de natureza física e sobretudo temporal, com prorrogação dos prazos de execução, face à incapacidade de cumprir os planos financeiros aprovados.

O programa manteve operacional o mecanismo de Top-up (majoração em 10% nos pagamentos da comparticipação comunitária a praticar durante o período de intervenção externa), com a finalidade de conciliar a execução da política de coesão, com uma redução do esforço financeiro dos orçamentos dos beneficiários sujeitos a restrições financeiras. A aplicação do mecanismo de Top-up teve um impacto acumulado ao nível das operações aprovadas no Eixo prioritário de 6,9 milhões de euros de Fundo.

O recurso à figura do adiantamento, consubstanciado através de pedidos de pagamento com apresentação de documentos de despesa, faturas ou equivalente, e a posterior regularização com a apresentação dos documentos de quitação, tem sido utilizado como uma prática regular pelos beneficiários, constituindo-se ainda como um veículo muito relevante na minimização das dificuldades de liquidez já referidas.

No âmbito dos sistemas de incentivos, a dinâmica da procura pelos apoios manteve-se em alta, pese embora os constrangimentos existentes.

As verificações no local às operações apoiadas por sistemas de incentivos, da iniciativa do OI, levou às seguintes constatações:

- a) A rápida obsolescência técnica de determinados investimentos e os elevados prazos de execução dos projetos, implicam muitas vezes que em sede de verificação, alguns equipamentos já se encontrem substituídos;
- b) Avarias, em que os equipamentos se encontram para reparação ou foram entregues em retoma. É assegurado que a substituição se realizou em valor idêntico ou superior. Regra geral, os equipamentos não encontrados na verificação são eliminados do cômputo de despesas elegíveis.
- c) Dificuldade de avaliação aos preços dos bens e serviços, fruto da falta de discriminação existente nas faturas;
- d) Emissão de faturas sem a correspondente execução física (transmissão do bem ou prestação do serviço)

Para contrapor estas anomalias, o OI reforçou as verificações físicas intercalares e a exigir informação complementar quanto às despesas faturadas.

Eixo Prioritário VIII – Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana

3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Informação relativa aos progressos físicos e financeiros

A tabela seguinte apresenta, com base no conjunto de Indicadores de Eixo prioritário e ainda dos Indicadores Comuns Comunitários aplicáveis, as principais realizações e resultados alcançados até ao final de 2014 no âmbito do Eixo prioritário VIII.

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário VIII											
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)											
OE 8.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares											
Estabelecimentos de ensino básico, secundário, profissional e universitário construídos	Realização - Contratada		4	7	9	11	13	13	14		14
	Realização - Executada		1	2	6	7	8	11	12		12
	Metas				4					15	15
Estabelecimentos de ensino básico, secundário, profissional e universitário remodelados	Realização - Contratada		6	26	32	37	47	51	54		54
	Realização - Executada			12	20	25	31	45	50		50
	Metas				9					50	50
População escolar beneficiada	Resultado (%) contratado					29,2	36,9	38,2	38,6		38,6
	Resultado (%) executado			9	13	18,7	25,3	32,1	36,6		36,6
	Metas				10					40	40
	Valor de Referência / Situação de Partida	40.566 (2003)									
OE 8.2 - Valorizar o património cultural											
Equipamentos culturais construídos/ intervençionados	Realização - Contratada		4	8	13	16	20	26	29		29
	Realização - Executada		2	4	7	14	14	14	18		18
	Metas				5					20	20
Aumento do número de visitantes dos espaços culturais	Resultado (%) contratado										
	Resultado (%) executado				13,6	-1,3	30,6	54	73		73
	Metas				5					10	10
	Valor de Referência / Situação de Partida	96.000 (2007)									
OE 8.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local											
Equipamentos de animação local construídos/remodelados	Realização - Contratada			5	17	20	37	42	43		43
	Realização - Executada			4	7	14	20	34	39		39

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário VIII

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	Metas				9					25	25
Beneficiários dos equipamentos de animação local	Resultado (%) contratado					15,5	32,6	36,7	36,7		36,7
	Resultado (%) executado			7	10,4	13,6	14,9	31,2	33,7		33,7
	Metas				40					30	30
	Valor de Referência / Situação de Partida	85.000									
OE 8.4 – Modernizar Equipamentos de Saúde											
Unidades de saúde construídas/remodeladas/apetrechadas	Realização - Contratada				13	14	15	15	16		16
	Realização - Executada				11	13	14	14	15		15
	Metas				3					15	15
Beneficiários do Serviço Regional de Saúde abrangidos	Resultado (%) contratado					88,8	99,5	99,5	99,5		99,5
	Resultado (%) executado				88,8	88,8	90,8	99,5	99,5		99,5
	Metas				19					95	95
	Valor de Referência / Situação de Partida	242.000									
OE 8.5 - Modernizar a rede de equipamentos de proteção social											
Projetos de Intervenção social apoiados	Realização - Contratada		1	3	9	21	36	44	44		44
	Realização - Executada			2	3	7	22	36	41		41
	Metas				7					30	30
Beneficiários diretos dos projetos de intervenção social	Resultado (Nº) contratado					1.318	2.309	2.992	3.081		3.081
	Resultado (Nº) executado			230	280	430	1.480	2.279	2.461		2.461
	Metas				400					2.000	2.000
	Valor de Referência / Situação de Partida										

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)

Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Educação	36. N° de projetos	Realização - Contratada		9	24	32	40	54	60	64		60
		Realização - Executada			7	20	27	36	47	54		47
		Metas									55	55
	37. N° de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada		3.500	7.364	8.733	11.838	14.963	15.504	15.678		15.678
		Realização - Executada			3.500	5.405	7.586	10.275	13.003	14.843		14.843
		Metas									13.000	13.000
Saúde	38. N.º de projetos	Realização - Contratada				5	8	12	13	14		14
		Realização - Executada				1	7	8	8	13		13
		Metas									13	13
Inclusão Social	41. N° de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - Contratada		1	27	41	61	90	104	111		111
		Realização - Executada			9	23	34	58	85	97		97
		Metas									85	85

Quadro 3.2 – Indicadores Financeiros									
Objetivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
EP VIII -Total	322.095.863	273.781.483	377.565.443	335.842.819	312.678.919	280.689.274	122,7%	102,5%	83,6%
OE 8.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares			195.169.150	172.055.389	164.983.211	146.397.341			85,1%
OE 8.2 - Valorizar o patrimônio cultural			53.889.732	47.613.202	44.050.295	39.249.681			82,4%
OE 8.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local			14.640.237	13.088.881	13.595.719	12.201.040			93,2%
OE 8.4 - Modernizar equipamentos de saúde			64.471.541	57.882.379	44.431.286	40.848.163			70,6%
OE 8.5 - Modernizar a rede de equipamentos de proteção social			49.394.782	45.202.967	45.618.408	41.993.049			85,0%

Quadro 3.3 – Projetos Concluídos e em Conclusão					
Objetivo Específico	Nº Proj.	Aprovado		Executado	
		Custo Total Elegível	Fundo	Custo Total Elegível	Fundo
Eixo Prioritário VIII					
Encerrados com saldo pago	83	122.171.641,74	105.994.756,00	120.482.553,10	104.559.030,66
Concluídos fisicamente	48	124.450.446,33	101.683.325,15	115.684.742,96	94.232.475,83
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	24	62.904.445,67	57.568.333,85	60.625.186,04	55.630.963,17

Execução material

O cumprimento de metas e análise de progressos assenta na verificação da execução física do Eixo, utilizando os indicadores de realização, os indicadores de resultado e os indicadores comuns comunitários (Quadro 3.1, a qual reproduz o quadro constante do Anexo VI do Regulamento (CE) nº 846/2009 de 1 de setembro).

A avaliação da implementação física deste Eixo é concretizada com recurso a 6 indicadores de realização e a 5 indicadores de resultados.

Para além da realização efetiva acumulada no final do ano, a análise incide ainda sobre os valores da realização contratada, que permitem complementar a leitura sobre o desempenho do Eixo.

Indicadores de realização

Tendo como referência os valores das metas para 2015, evidenciam-se as seguintes conclusões:

- 1) Cinco dos seis indicadores apresentam valores de realização contratada que igualam ou superam, nalguns casos de forma significativa, os valores das metas; apenas um indicador, "Estabelecimentos de ensino básico, secundário, profissional e universitário construídos" regista uma taxa de contratação ligeiramente abaixo da meta (93%). A maior procura verificou-se ao nível, dos equipamentos culturais, de animação local e de intervenção social.
- 2) Quatro dos indicadores apresentam ainda níveis de realização-executada que igualam ou superam as metas; a par do indicador citado, também o indicador "Equipamentos culturais construídos/intervencionados", registam taxas de execução abaixo das metas, respetivamente 12 em 15, e 18 em 20.

Indicadores de resultado

- 1) Quatro dos cinco indicadores, apresentam taxas de contratação e de execução que igualam ou superam os valores das metas. Apenas o indicador "População escolar beneficiada" regista valores ligeiramente abaixo da meta (38,6% que compara com 40%).
- 2) Em termos de execução, destaca-se o desempenho do indicador "Aumento do nº de visitantes de espaços culturais" que registou um acréscimo de 73%, para um valor da meta de 10%.

Em síntese, destacam-se as principais realizações do Eixo no final deste período:

- a) Estabelecimentos de ensino básico, secundário, profissional e universitário construído (12) e remodelados (50), beneficiando cerca de 39% da população escolar;
- b) Equipamentos culturais intervencionados (18), contribuindo para um acréscimo de 73% no nº de visitantes de espaços culturais;
- c) Equipamentos de animação local construídos/remodelados (39), beneficiando cerca de 34% da população;
- d) Unidades de saúde construídas/remodeladas/apetrechadas (15), beneficiando cerca de 100% da população;
- e) Projetos de intervenção social apoiados (41), beneficiando 2.461 beneficiários diretos.

Nas temáticas deste eixo, de que são exemplo a educação, a saúde ou mesmo as questões sociais denota-se uma evolução em paralelo entre realizações e resultados.

Indicadores Comuns Comunitários

- 1 – Na área temática da Educação, o indicador "Nº de projetos", regista uma realização contratada de 64 projetos (mais 4 que em 2013), o que corresponde a um grau de aproximação à meta de 116%; o indicador "Nº de alunos que beneficiam das intervenções" atingiu um valor de 15.678 que

já supera a meta em mais 2.678 alunos beneficiados. A execução de ambos os indicadores em relação à meta atinge 98% e 114%, respetivamente;

- 2 – Na área temática da Saúde, quer a realização contratada, quer a execução, do indicador “Nº de projetos” superam o valor da meta (14/12), sendo que a execução atinge os 108%;
- 3 – Na área temática da Inclusão social, o indicador “Nº de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social” regista uma realização de 111 projetos contratados. O valor de execução do indicador é de 97 projetos, com uma taxa de execução de 114%.

Aspetos complementares de execução

A dotação do EP8 de 273,8 milhões de euros, em termos de Fundo, equivale a 28,3% da dotação global do programa.

O volume acumulado das aprovações (335,8 milhões de euros) revela um acréscimo de 10,5% quando comparado com a situação reportada em 2013. Assim, o peso das aprovações do Eixo no total das aprovações do programa (29,7%) revela um peso ligeiramente superior ao peso em termos do programado (28,3%).

A taxa de compromisso do Eixo é de 122,7% (mais 11,6 pontos percentuais que a taxa de 2013) e superior à taxa média do programa.

O Eixo prioritário compreende cinco objetivos específicos, mantendo a configuração desde o início do programa.

O Objetivo específico 8.1 - Modernizar a Rede de equipamentos escolares apresenta o grosso do volume das aprovações, que equivale a 51,3% do total das aprovações do Eixo.

O Objetivo específico 8.5 - Modernizar a rede de equipamentos de proteção social registou ao longo do período de programação, um total de 47 operações aprovadas, relativas a equipamentos para a 1ª infância, população juvenil, idosos e portadores de deficiência, com uma cobertura territorial de base local e concelhia muito alargada.

A taxa de realização do Eixo (valor executado / valor aprovado) atingiu os 83,6%, contra os 77,2% de 2013, taxa idêntica à taxa média do programa.

As taxas de realização mais favoráveis foram alcançadas pelos, OE 8.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local (93,1%), OE 8.5 (92,9%) e OE8.1 (85,1%), todas acima da média do Eixo. A taxa de realização do OE 8.2 – Valorizar o património cultural (82,4%) foi negativamente afetada pelos problemas verificados com a execução da principal operação aprovada, Construção da Nova Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo, por razões imputadas à inoperacionalidade à entidade adjudicatária.

A taxa de execução do Eixo (valor executado versus valor programado) situou-se nos 102,5%, continuando a revelar um forte impulso relativamente aos períodos anteriores.

O número total de aprovações do Eixo ascende a 173 operações (mais 12 que o verificado em 2013), cerca de 25% do total das operações de natureza pública aprovadas no programa.

A dimensão média do investimento elegível associado às candidaturas aprovadas manteve-se relativamente ao valor de 2013 (2,2 milhões de euros), representando mais do dobro do valor do investimento médio do programa (0,93 milhões de euros).

Os 64 projetos aprovados no OE 8.1 - Modernizar a Rede de equipamentos escolares representam um custo médio elegível de 3,1 milhões de euros, dos mais elevados do programa, e refere-se a intervenções infraestruturais no parque escolar da Região.

A dotação global do Eixo foi objeto de 10 processos de seleção (de acordo com as tipologias presentes), mediante a publicação de aviso para abertura por período de candidatura, inicialmente por aviso de dezembro de 2007 e posteriormente, após a reprogramação do programa e a alteração verificada ao nível dos eixos prioritários, um novo aviso em dezembro de 2011.

Os avisos preveem um único período de candidaturas, as quais se processam em contínuo, desde a data dos avisos de abertura até ao encerramento do programa.

A taxa de admissibilidade do Eixo (nº candidaturas admitidas/apresentadas) é de 85,7%, inferior à média do programa. Em termos do custo total a taxa de admissão do Eixo sobe para 89,2%.

A não admissão das candidaturas resulta do não cumprimento das condições de admissibilidade e de aceitabilidade por parte das operações e/ou dos beneficiários que se encontram consagradas no regulamento do programa, ou ainda por formalização da desistência das operações, em fase de admissão, da iniciativa dos beneficiários.

A taxa de aprovação bruta do Eixo (candidaturas aprovadas/apresentadas) é de 82,4% em termos de nº candidaturas e de 87,7% em termos de custo total, ambas bastante superiores às taxas médias do programa.

A taxa de aprovação líquida das candidaturas (aprovadas versus admitidas) mede o grau de seletividade das operações. As taxas do Eixo quando avaliadas, quer em nº, quer em custo total, são superiores à taxa média do programa.

Estes indicadores levam em conta o total das candidaturas não admitidas/desistidas para determinar o montante de compromisso "líquido" aprovado pela autoridade de gestão. Nesta prioridade, das 210 operações apresentadas, foram não admitidas 30 operações, envolvendo um custo total de 48,2 milhões de euros.

No final de 2014, o grau de contratualização do Eixo (contratadas/aprovadas) era de 100%.

Constata-se que o tempo médio de decisão para as candidaturas aprovadas no Eixo foi de 137 dias, abaixo da média da decisão do programa de 150 dias. No tempo médio de decisão estão incluídos os períodos de tempo consagrados para a integral instrução/verificação dos processos de candidatura, os quais são reservados à solicitação de esclarecimentos/elementos de apreciação adicionais aos beneficiários e, por vezes, de pedidos de pareceres a entidades externas relevantes para a preparação da decisão (enquadramento em instrumento de política pública, ambiente, mercados públicos, outros).

Tipologia de beneficiários

Os beneficiários com origem na administração pública regional e local são transversais a todos os objetivos específicos do Eixo; as Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público, são beneficiários no âmbito do Objetivo específico 8.2; as associações privadas sem fins lucrativos - instituições particulares de solidariedade social, estão representadas especificamente no âmbito do Objetivo específico 8.5; as associações públicas, Fundações e as instituições do ensino superior – universidade dos Açores estão presentes no Objetivo específico 8.1.

Por grande beneficiário, verifica-se que os principais beneficiários do Eixo são, por um lado o governo regional (63% do nº de candidaturas e 76,1% do FEDER aprovado) e, por outro lado as autarquias locais (com cerca de 26% do nº de candidaturas e 12,9% do FEDER aprovado).

3.2.2- Análise Qualitativa

As operações aprovadas nesta prioridade, pela sua natureza específica, designadamente a melhoria do parque escolar, ao nível do básico, secundário, profissional e superior, a melhoria das condições de oferta de serviços de saúde, o aumento da oferta de equipamentos de proteção social (creches e jardins-de infância, lares de idosos, centros de dia e de convívio e de atividades ocupacionais para pessoas com deficiência), oferecem um contributo muito positivo para a dimensão da igualdade de oportunidades, ao nível da igualdade de género, porque permite uma maior empregabilidade feminina e uma melhor conciliação da vida profissional com a vida familiar.

Em 2014 releva-se as seguintes aprovações em overbooking:

- a) Operação relativa à Construção da EB 2,3/S das Lajes do Pico, ilha do Pico, que englobará os vários níveis de ensino, desde o pré-escolar (faixa etária 3-6 anos) até ao secundário, incluindo igualmente um núcleo para o ensino Especial e com capacidade para 600 alunos;
- b) Construção do Centro de Saúde de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, que pretende reunir todas as valências que se encontram dispersas por vários imóveis, bem como desenvolver novas valências, abrangendo uma população de cerca de 69.000 habitantes.

Não houve utilização dos Fundos em conformidade com o nº 2 do artigo 34º do Regulamento (CE nº 1083/2006 de 11 de julho).

3.2.3 - Problemas significativos encontrados na implementação do Eixo Prioritário e medidas tomadas

O contexto económico e financeiro desfavorável manteve-se ao longo de 2014. Deste modo e com a finalidade de acelerar os investimentos e de melhorar a disponibilidade dos fundos para a execução das operações aprovadas, prosseguiu a implementação da medida de majoração da taxa de comparticipação em 10%, por forma a diminuir o esforço da contrapartida regional e, assim garantir a execução regular do programa operacional. A aplicação do mecanismo de Top-up teve um impacto acumulado ao nível das operações aprovadas no Eixo prioritário de 14,9 milhões de euros de Fundo.

A natureza infraestrutural da maioria das operações contratadas, a par da categoria de beneficiários pertencentes às administrações públicas, regional e local, conjugado com o fato da aplicação do mecanismo Top-Up incidir sobre estes beneficiários, criou condições favoráveis para superar as dificuldades associadas à obtenção da contrapartida pública dos investimentos.

Os beneficiários utilizaram a possibilidade regulamentar de apresentar pedidos de alteração das datas previstas para conclusão das operações aprovadas, tendo-se registado, à semelhança de 2013, um considerável nº de reprogramações de natureza temporal solicitando a prorrogação dos prazos de execução, para solucionar a incapacidade revelada para cumprir os planos financeiros aprovados.

Os beneficiários recorreram regularmente à figura do adiantamento, pedido de pagamento justificado com a apresentação dos documentos de despesa (faturas ou equivalentes) e a posterior regularização dos mesmos, com a apresentação dos documentos de quitação (recibos e movimento bancário). Esta modalidade de pagamentos, ao acelerar as transferências dos cofinanciamentos comunitários para os beneficiários, tem-se revelado extremamente adequada para fazer face à escassez de liquidez.

As matérias mais delicadas ligadas à contratação pública e aos projetos geradores de receitas, que tiveram um particular enfoque nas operações promovidas por entidades contratualizadas com a administração regional, em particular as instituições particulares de solidariedade social, foram solucionadas e clarificadas no âmbito da recíproca colaboração entre a gestão do programa e os respetivos beneficiários.

Eixo Prioritário IX - Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade

3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Informação relativa aos progressos físicos e financeiros

A tabela seguinte apresenta, com base no conjunto de Indicadores de Eixo prioritário e ainda dos Indicadores Comuns Comunitários aplicáveis, as principais realizações e resultados alcançados até ao final de 2014 no âmbito do Eixo prioritário IX.

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário IX										
Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)										
OE 9.1 - Requalificar a rede regional de infraestruturas rodoviárias e marítimas										
Novas estradas construídas	Realização - Contratada	2	9	12,42	23,42	25,02	28,02	28,52		28,52
	Realização - Executada	1	2	2,38	11,12	23,22	23,33	27,89		27,89
	Metas			10					25	25
Estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada	174	249	337,42	409,01	558,55	599,57	632,7		632,7
	Realização - Executada	68	155	263,42	324,56	390,53	465,31	567,42		567,42
	Metas			170					450	450
Portos comerciais intervencionados	Realização - Contratada	2	5	6	8	10	10	10		10
	Realização - Executada	2	2	4	6	8	8	10		10
	Metas			3					10	10
Portos de pesca intervencionados	Realização - Contratada	5	8	8	7	7	9	9		9
	Realização - Executada	4	7	8	6	6	6	8		8
	Metas			2					10	10
Aumento de pavimentos adequados da rede viária regional e municipal	Resultado (%) contratado				88	93,8	95,6	97		97
	Resultado (%) executado		78	80,8	83,7	86,9	89,9	94		94
	Metas			77					87	87
	Valor de Referência / Situação de Partida	70								70
Portos comerciais beneficiados/modernizados	Resultado (%) contratado				66,7	83,3	83,3	83,3		83,3
	Resultado (%) executado		17	33	50	66,7	66,7	83,3		83,3
	Metas			25					80	80
	Valor de Referência / Situação de Partida	12								
Embarcações de pescas que beneficiam de melhores condições de operacionalidade	Resultado (%) contratado				75	75	77	77		77
	Resultado (%) executado		-		69	69	69	77		77
	Metas		5						85	85
	Valor de Referência / Situação de Partida									

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário IX

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
OE 9.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas											
Equipamentos portuários adquiridos	Realização - Contratada			3	11	22	22	22	22		22
	Realização - Executada			2	2	6	20	21	22		22
	Metas				7					30	30
Estudos/diagnósticos/campanhas/ planos	Realização - Contratada				1	1	1	1	1		1
	Realização - Executada					1	1	1	1		1
	Metas				5					6	6
Redução do número de acidentes rodoviários	Realização - Contratada										
	Resultado (N.º)			3.727	3.660	3.682	2.843	2.843	2.757		2.757
	Metas				3.600					3.200	3.200
	Valor de Referência / Situação de Partida	3.900 (2004)									3.900
Movimentos/hora na carga e descarga de navios de contentores	Realização - Contratada										
	Resultado (N.º)			12 a 13	13 a 14	19	19	19	18		18
	Metas				13 a 14					17 a 20	17 a 20
	Valor de Referência / Situação de Partida	11 a 12 (2006)									11 a 12
OE 9.3 - Ordenar o território											
Planos de ordenamento apoiados	Realização - Contratada		1	3	9	11	11	14	14		14
	Realização - Executada		1	1	1	2	5	7	13		13
	Metas				9					20	20
Planos de Ordenamento da Orla Costeira	Realização - Contratada				3	3	3	3	3		3
	Realização - Executada				1	2	3	3	3		3
	Metas				1					4	4
Estudos e Diagnósticos	Realização - Contratada				3	3	9	11	11		11
	Realização - Executada					2	3	5	7		7
	Metas									10	10
Projetos de intervenção urbana e na orla costeira	Realização - Contratada			3	6	13	14	17	17		17
	Realização - Executada			1	1	6	9	11	12		12
	Metas									15	15
Orla costeira com planos de ordenamento	Realização - Contratada										
	Resultado (%)			80	80	80	100	100	100		100
	Metas				90					100	100
	Valor de Referência / Situação de Partida	80									80
OE 9.4 - Aumentar a cobertura da rede de infraestruturas ambientais											
Rede de distribuição de água construída/beneficiada	Realização - Contratada		7	24	53,3	58,6	72,2	90,9	96,7		96,8
	Realização - Executada				17,9	29,4	47,2	62,4	81,4		81,4
	Metas				45,0					70	70
Rede de distribuição de águas residuais construída/beneficiada	Realização - Contratada			1	10,8	13,2	20,5	23,2	24,2		24,2
	Realização - Executada					10,1	14,2	15,0	17,7		17,7
	Metas				60					20	20

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário IX

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Estações de tratamento de águas residuais	Realização - Contratada			2	2	4	4	4	4		4
	Realização - Executada				1	2	2	4	4		4
	Metas				2					5	5
Captação e tratamento de água	Realização - Contratada		3	8	16	23	25	27	27		27
	Realização - Executada		2	2	8	13	19	22	23		23
	Metas				7					30	30
Projetos gestão de resíduos sólidos	Realização - Contratada					15	19	22	23		23
	Realização - Executada					7	12	19	22		22
	Metas									25	25
Estudos e Planos no âmbito do abastecimento de água, águas residuais e gestão de resíduos	Realização - Contratada			9	12	14	15	15	16		16
	Realização - Executada			6	6	11	14	15	15		15
	Metas									20	20
Perdas nos sistemas de abastecimentos de água	Realização - Contratada										0
	Resultado (%)					30	35	35	30		30
	Metas				15					10	10
	Valor de Referência / Situação de Partida	20 (2001)									20
Aglomerados urbanos com população superior a 2000 e. p. que não cumprem com a Diretiva Comunitária 91/271/CEE, do Conselho, de 21/15/1991	Realização - Contratada										
	Resultado (%)			8	8	8	6	6	2		2
	Metas				4					0	0
	Valor de Referência / Situação de Partida	8 (2006)									8
População coberta pela recolha seletiva doméstica de resíduos sólidos	Realização - Contratada										
	Resultado (%)			88	88	92	92	96	98		98
	Metas				93					100	100
	Valor de Referência / Situação de Partida	88 (2005)									88
OE 9.5 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental											
Projetos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização dos recursos (centros de visitação, intervenção na paisagem protegida, requalificação ambiental de áreas da Rede natura 2000)	Realização - Contratada		10	10	14	31	33	33	33		33
	Realização - Executada		7	7	10	11	15	20	27		27
	Metas				12					35	35
Projetos que visem a melhoria da qualidade ambiental (construção, remodelação e equipamentos de estruturas de monitorização)	Realização - Contratada		4	5	7	15	15	15	15		15
	Realização - Executada		1	1	2	7	10	12	12		12
	Metas				5					18	18
Campanhas de sensibilização e promoção ambiental	Realização - Contratada				1	1	1	1	1		1
	Realização - Executada				1	1	1	1	1		1
	Metas				10					5	5
Estudos	Realização - Contratada			1	5	15	15	15	15		15
	Realização - Executada			1	1	3	6	12	15		15
	Metas				5					20	20

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário IX

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Ilhas cobertas por rede de Centros Interpretativos	Resultado (n.º)-Contratado					6	8	9	9		9
	Resultado (n.º)-Executado			2	2	4	6	7	9		9
	Metas				4					9	9
	Valor de Referência / Situação de Partida	1									1
Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa de espaços protegidos	Realização - Contratada										
	Resultado (%)					1	1	4	4		4
	Metas									9	9
	Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 9.6 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos											
Infraestruturas de apoio à proteção civil	Realização - Contratada				1	4	5	5	5		5
	Realização - Executada						1	1	4		4
	Metas				1					6	6
Equipamentos adquiridos no âmbito da proteção civil	Realização - Contratada		10	34	42	51	64	68	68		68
	Realização - Executada			34	41	51	51	64	68		68
	Metas				9					60	60
Campanhas de âmbito regional de sensibilização e informação da população	Realização - Contratada					3	3	7	10		10
	Realização - Executada					0	2	3	4		4
	Metas									3	3
	Valor de Referência / Situação de Partida										
População beneficiada pela requalificação das infraestruturas do sistema regional de proteção civil	Resultado (%) contratado					27,4	27,4	27,4	27,4		27,4
	Resultado (%) executado						14,7	14,7	27,4		27,4
	Metas				20					30	30
	Valor de Referência / Situação de Partida	242.000									

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)

Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Transportes	13. Nº de projetos*	Realização - Contratada		36	56	79	191	131	147	160		160
		Realização - Executada			37	56	77	100	119	146		146
		Metas									147	147
	14. Nº de Km de novas estradas	Realização - Contratada		1	9	12,42	23,42	25,02	28,02	28,52		28,52
		Realização - Executada			2	2,38	11,12	23,22	23,33	27,89		27,89
		Metas									30	30
	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada		68	249	337,42	409,01	558,55	599,57	632,7		632,7
		Realização - Executada			155	263,42	324,56	390,53	465,31	567,42		567,42
		Metas									600	600

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)												
Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água interven- cionados	Realização - Contratada		33.500	45.121	53.740	88.596	92.323	103.289	103.589		103.589
		Realização - Executada			33.500	34.953	43.508	86.421	90.217	100.727		100.727
		Metas									105.000	105.000
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais interven- cionados	Realização - Contratada			9.293	10.816	21.645	22.841	25.847	26.147		26.147
		Realização - Executada				6.171	15.526	18.523	22.841	25.847		25.847
		Metas									25.000	25.000
	27. N° de projetos de Resíduos Sólidos	Realização - Contratada			2	5	15	19	22	23		23
		Realização - Executada			1	2	7	12	19	22		22
		Metas									25	25
Prevenção de Riscos	31. N° de projetos	Realização - Contratada		1	4	13	24	28	34	34		34
		Realização - Executada			2	5	13	17	22	25		25
		Metas									35	35
	33. População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (exceto cheias e inundações)	Realização - Contratada		149.929	149.929	149.929	149.929	149.929	149.929	161.158		161.158
		Realização - Executada			149.929	149.929	149.929	149.929	149.929	149.929		149.929
		Metas									150.000	150.000

* a meta global deste indicador corresponde ao somatório dos dados inscritos nos eixos IX e X (meta global = 160).

*

Quadro 3.2 – Indicadores Financeiros									
Objetivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compro- misso (AP/PR)	Taxa de exe- cução (EX/PR)	Taxa de reali- zação (EX/AP)
EP IX - Total	374.732.212	318.522.380	391.667.907	343.341.484	362.467.958	318.521.527	107,8%	100,0%	92,8%
OE 9.1 - Requalificar a rede regional de infraestruturas rodoviárias e marítimas			259.227.224	226.582.570	241.871.655	211.830.336			93,5%
OE 9.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas			10.593.466	9.033.259	10.593.466	9.033.259			100,0%
OE 9.3 - Ordenar o território			20.413.496	17.988.878	16.683.728	14.818.576			82,4%
OE 9.4 - Aumentar a cobertura da rede de infraestruturas ambientais			51.833.175	45.712.166	46.722.860	41.368.399			90,5%
OE 9.5 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental			38.766.478	34.402.359	36.556.002	32.523.454			94,5%
OE 9.6 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos			10.834.068	9.622.252	10.040.246	8.947.503			93,0%

Quadro 3.3 – Projetos Concluídos e em Conclusão

Objetivo Específico	Nº Proj.	Aprovado		Executado	
		Custo Total Elegível	Fundo	Custo Total Elegível	Fundo
Eixo Prioritário IX					
Encerrados com saldo pago	180	210.041.124,47	183.180.441,87	209.980.388,73	183.128.816,50
Concluídos fisicamente	63	85.108.702,44	69.767.623,61	80.393.649,43	65.759.828,94
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	58	62.448.388,56	55.655.903,39	58.586.070,57	52.372.933,06

Execução material

A avaliação do desempenho do Eixo prioritário IX, é realizado com recurso a 23 indicadores de realização e 12 indicadores de resultados.

Indicadores de realização

- Contratação

- 1) Nove indicadores apresentam valores de realização contratada que iguala ou supera o valor da meta para 2015, são os casos dos indicadores, "Novas estradas construídas" (114%), "Estradas reconstruídas ou remodeladas" (141%), "Intervenções em portos comerciais" (100%), "Estudos e diagnósticos" (110%), "Projetos de intervenção urbana e na orla costeira" (113%), "Rede de distribuição de água construída/beneficiada" (138%), "Rede de distribuição de águas residuais construída/beneficiada" (121%), "Equipamentos adquiridos no âmbito da proteção civil" (113%) e "Campanhas de âmbito regional de sensibilização e informação da população" (333%).
- 2) Doze indicadores registam valores de realização contratada que iguala ou ultrapassa os 75% do valor da meta, sendo que a maioria se situa acima dos 80%: "Portos de pesca intervencionados" (90%), "Planos de Ordenamento da Orla Costeira" (75%), "Estudos e Planos no âmbito do abastecimento de água, águas residuais e gestão de resíduos" (80%), "Estudos" (75%), "Projetos de gestão de resíduos sólidos" (92%), "Estações de tratamento de águas residuais" (80%), "Captação e tratamento de água" (90%), "Projetos que visem a melhoria da qualidade ambiental, construção/remodelação e equipamento de estruturas de monitorização" (83%), "Infraestruturas de apoio à proteção civil" (83%), "Projetos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização dos recursos, centros de visitação, intervenção na paisagem protegida, requalificação ambiental de áreas da RN 2000" (94%), "Equipamentos portuários adquiridos" (73%), "Planos de ordenamento apoiados" (70%).
- 3) Dois indicadores apresentam graus de realização contratada bastante aquém dos valores da meta, casos de "Estudos/diagnósticos/campanhas/planos" pertencente ao objetivo específico 9.2 (17%) e "Campanhas de sensibilização e promoção ambiental" (20%).

- Execução

- 1) Seis indicadores apresentam níveis de execução que superam as metas fixadas;
- 2) Quinze indicadores apresentam graus de aproximação às metas situados no intervalo entre 65% e 90%;
- 2) Apenas 2 indicadores, à semelhança do verificado a nível da contratação, apresentam valores de execução que se afastam substancialmente dos valores das metas;

Indicadores de resultado

- Contratação

- 1) Três indicadores apresentam valores contratados que igualam ou superam os valores das metas: "Aumento em % de pavimentos adequados da rede viária regional e municipal" (111%), "Portos comerciais beneficiados/modernizados" em percentagem (104%), "Ilhas cobertas por redes de centros interpretativos" (100%).
- 2) Três indicadores registam taxas de contratação bastante favoráveis face às metas, casos de "População beneficiada pela requalificação das infraestruturas do sistema regional de proteção civil" (91%), "Embarcações de pescas que beneficiam de melhores condições de operacionalidade" (91%) e "Aglomerados urbanos com população superior a 2.000 e. p. que não cumprem com a Diretiva Comunitária 91/271/CEE, do Conselho, de 21/15/1991";
- 3) Os indicadores "Perdas nos sistemas de abastecimentos de água, em percentagem" e "Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa de espaços protegidos em percentagem" continuam a apresentar resultados contratados aquém das metas.

- Execução

- a) Aumento da área de pavimentos adequados da rede viária regional (94% que compara com a situação de partida de 70%);
- b) Portos comerciais beneficiados/modernizados (83% que compara com a situação de partida de 12%);
- c) Embarcações de pescas que beneficiam de melhores condições de operacionalidade por via das intervenções operadas nos portos (77% que compara com a meta de 85%);
- d) Redução no n.º de acidentes rodoviários (2.757 que compara com a meta de 3.200 e com uma situação de partida de 3.900 (2004));
- e) Movimentos/hora na carga e descarga de navios de contentores (18 que compara com a meta de 17 a 20 e com uma situação de partida de 11 a 12 (2006));

- f) Orla costeira com planos de ordenamento (100%, que compara com uma situação de partida de 80% (2007));
- g) População coberta pela recolha seletiva doméstica de resíduos sólidos (98% que compara com a situação de partida de 88% (2005));
- h) Todas as Ilhas cobertas por rede de Centros Interpretativos, que compara com 1 da situação de partida;
- i) População beneficiada pela requalificação das infraestruturas do sistema regional de proteção civil (27% que compara com 30% da meta).

De uma forma global, os indicadores de realização e resultado deste eixo, nos diversos objetivos específicos que o compõem, apresentam um comportamento similar e cumprem os critérios definidos de aproximação às metas previstas. De ressaltar exemplos, como os indicadores relacionados com o transporte terrestre e marítimo e com as questões relacionadas com operações de conservação da biodiversidade e qualidade ambiental.

Ao nível do OE 9.4 (aumentar a cobertura da rede de infraestruturas ambientais) identifica-se o indicador dos "aglomerados urbanos com população superior a 2000 e.p. que não cumprem a Diretiva 91/271/CEE, do Conselho", com um resultado que não atingindo, já se aproxima do valor da meta proposta. Para o indicador foi identificada a situação de partida, a existência de 8 aglomerados, sendo que atualmente este número passou para 2. Com isto, significa que durante o período de análise do indicador, os aglomerados que ainda não cumprem o disposto na Diretiva, ou seja que não dispõem de tratamento secundário de descargas residuais são os concelhos da Horta e Vila Franca do Campo.

A captação de água nos Açores é maioritariamente realizada através de nascentes naturais e não através de furos como acontece no restante espaço nacional. O indicador "Perdas nos sistemas de abastecimentos de água, em percentagem" apresenta algumas limitações porque é apurado em função do potencial das nascentes e não a partir do recurso que efetivamente entra no sistema para tratamento e distribuição. Estão a ser desenvolvidos esforços no sentido de compatibilização de métricas podendo-se adiantar que em alguns casos já é possível verificar-se perdas entre os 18,5 e 23%.

Indicadores Comuns Comunitários

Ao nível das áreas temáticas abrangidas pelo Eixo verifica-se o seguinte:

- 1 – Os 3 indicadores da área temática dos Transportes apresentam, quer realizações contratadas, quer realizações executadas que se aproximam ou mesmo ultrapassam os valores das metas. Os valores de execução indicam, 146 projetos concluídos ou em condições de ser usufruídos (estradas, portos) e, ao nível das estradas, a construção de 28 km de novas estradas e a reabilitação/remodelação de 567 km.

2 - No âmbito da área temática do Ambiente, dois indicadores registam valores de realização contratada iguais ou superiores aos valores das metas, nomeadamente o "Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água" (99%) e o "Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais" (105%). Ainda ao nível da execução os indicadores apresentam valores que estão muito próximos dos valores contratados. O indicador "Nº de projetos de resíduos sólidos" atingiu um grau de contratação de 92% (23/25) e uma taxa de execução de 88% (22/25).

Em termos de execução, destaca-se um total de 100.727 habitantes beneficiados pelos sistemas de abastecimento de água apoiados e de 25.847 habitantes beneficiados pelos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais apoiados.

3 - Na área temática da Prevenção de Riscos, os indicadores "Nº de projetos" e "População que beneficia de medidas contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos, exceto cheias e inundações" apresentam realizações contratadas no intervalo de 92 a 100% do valor da meta. A taxa de execução dos indicadores é de 71% e de 100%, respetivamente.

Aspetos complementares de execução

Na atual configuração em resultado da reprogramação do programa, o EP9 engloba 6 objetivos específicos relacionados com os domínios das acessibilidades, da sustentabilidade ambiental e da prevenção de riscos, envolvendo uma dotação, em termos de Fundo, de 318,5 milhões de euros, a mais elevada de todos os eixos e equivalente a 33% da dotação global do programa.

A taxa de compromisso do EP9 (aprovado versus programado) atingiu em 2014 uma situação de *overbooking* (107,8%), correspondente a um volume de aprovações de 343,3 milhões de euros.

Integram este Eixo as tipologias de investimento público com maior procura, quer em número de candidaturas (340), quer em valores de Fundo aprovados.

De fato, as 172 operações aprovadas no âmbito das redes de infraestruturas rodoviárias e marítimas (OE 9.1 e OE 9.2), representam 235,6 milhões de euros de FEDER, correspondendo a 68,6% do total do Eixo e a cerca de 21% do total do programa, sendo que as aprovações nas tipologias da rede viária (estradas regionais e locais) detêm um peso preponderante, quer em nº de candidaturas, quer em volume de aprovação.

Assume ainda especial significado as aprovações ligadas à área temática do Ambiente, incluindo as infraestruturas, o planeamento e a valorização dos recursos ambientais, com 151 operações aprovadas e um investimento elegível de 111 milhões de euros (98,1 milhões de euros de Fundo).

A taxa de realização do Eixo atingiu os 92,8% (mais 10 pontos percentuais que 2013), bastante superior à média do programa e apenas superada pela taxa de realização do EP10.

Em termos de execução, o Eixo 9 regista uma taxa de execução (executado versus programado) de 100% (mais 13 pontos percentuais que em 2013), situando-se 4 pontos percentuais acima da taxa média do programa.

A dotação global do Eixo foi objeto de 10 processos de seleção (de acordo com as tipologias presentes), mediante a publicação de aviso para abertura por período de candidatura, inicialmente por aviso de dezembro de 2007 e posteriormente, após a reprogramação do programa e a alteração verificada ao nível dos eixos prioritários, um novo aviso em dezembro de 2011.

Está previsto um único período de candidaturas, as quais se processam em contínuo, desde a data dos avisos de abertura até ao encerramento do programa.

No âmbito do Eixo encontram-se aprovadas 340 candidaturas (mais 18 que o acumulado de 2013). A taxa de admissibilidade (candidaturas admitidas/apresentadas) é de 89,4% em termos de nº de candidaturas e ligeiramente melhor em termos de custo total (90,8%). Ambas as taxas são superiores às taxas médias do programa.

A não admissão das candidaturas resulta do não cumprimento das condições de admissibilidade e de aceitabilidade por parte das operações e/ou dos beneficiários que se encontram consagradas no regulamento do programa, ou ainda por formalização da desistência das operações, em fase de admissão, da iniciativa dos beneficiários.

Quer as taxas de aprovação bruta (candidaturas aprovadas/apresentadas), quer as taxas de aprovação líquida (aprovadas/admitidas) são das mais elevadas de todos os eixos e bastante superiores às taxas médias do programa.

Estes indicadores têm em consideração o total das candidaturas não admitidas/desistidas para determinar o montante de compromisso "líquido" aprovado pela autoridade de gestão. Nesta prioridade, refira-se que das 397 candidaturas apresentadas, foram não admitidas 42 operações, no montante de cerca de 43,6 milhões de euros de custo total.

No final de 2014, todas as candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo tinham sido objeto de contratualização, obtendo-se assim uma taxa de contratação de 100%.

Constata-se que o tempo médio de decisão utilizado nas candidaturas aprovadas no EP9 foi de 123 dias (tempo previsto de 126 dias). No tempo médio de decisão estão incluídos os períodos de tempo consagrados para a integral instrução/verificação dos processos de candidatura, os quais são reservados à solicitação de esclarecimentos/elementos de apreciação adicionais aos beneficiários e, por vezes, de pedidos de pareceres a entidades externas relevantes para a preparação da decisão (enquadramento em instrumento de política pública, ambiente, mercados públicos, outros).

A dimensão média do investimento elegível associado às candidaturas aprovadas neste Eixo prioritário é de 1,15 milhões de euros, acima do valor médio do programa de 0,93 milhões de euros, mas inferior ao valor médio do programa apenas para as operações de natureza pública (1,5 milhões de euros).

Tipologia de beneficiários

A tipologia de beneficiário do EP9 tem origem principalmente nas administrações regional e local, e nas Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público. A 1ª tipologia (governo regional e autarquias locais) é transversal a todos os objetivos específicos (representa 89% do total das operações e 99% do FEDER aprovado), ao passo que a 2ª tipologia surge fundamentalmente associada às aprovações no âmbito dos objetivos específicos 9.1 e 9.2.

3.3.2- Análise Qualitativa

Salientam-se os principais aspetos qualitativos da implementação do Eixo 9 em 2014:

- Uma procura centrada no objetivo específico 9.1 - Requalificar a rede regional de infraestruturas rodoviárias e marítimas, comprovada pelo nº de operações aprovadas (13) e pelo investimento elegível, 11,5 milhões de euros (9,7 milhões de euros provenientes do FEDER). As operações aprovadas, são maioritariamente promovidas pelas autarquias locais e referem-se a pequenas intervenções na rede viária de âmbito local visando melhorar os níveis de acessibilidade interna, bem como a respetiva operacionalidade e segurança rodoviária concelhia;
- Não se verificaram novas aprovações nas tipologias prevista nos OE 9.2, OE 9.3 e OE 9.5;
- Ao nível do OE 9.4 Rede de infraestruturas ambientais, as 4 operações aprovadas são promovidas pelas autarquias locais e respeitam a intervenções nas redes de abastecimento de água e águas residuais dos concelhos de Angra do Heroísmo, Horta e Ribeira Grande e na expansão do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos do concelho de Ponta Delgada;
- No domínio da Prevenção de Riscos, foi aprovado o apoio para a criação/revisão de planos municipais de emergência dos concelhos de Vila Franca do Campo, com os quais se pretende dotar a proteção civil municipal, de instrumentos de planeamento para a gestão e prevenção de situações de catástrofe;
- As intervenções aprovadas ao nível das acessibilidades rodoviárias, podem contribuir positivamente para a igualdade do género, nomeadamente por possibilitar a melhoria dos níveis de conciliação da vida familiar com a vida profissional, na perspetiva das deslocações casa-emprego-casa.

3.3.3 - Problemas significativos encontrados na implementação do Eixo Prioritário e medidas tomadas

Em linha com o verificado com os 2 períodos de execução anteriores, as medidas de contenção orçamental e as restrições ao crédito, pesam negativamente sobre a contrapartida regional dos investimentos e consequentemente ao nível da execução das operações aprovadas.

Também por via disso, verificou-se um nº considerável de reprogramações, principalmente de natureza temporal, no sentido de prorrogação dos prazos de execução, revelador das dificuldades para cumprir os planos financeiros aprovados.

Em 2014, penúltimo ano de execução do programa e com os trabalhos de preparação do novo período de programação, as orientações foram especificamente dirigidas para a implementação do processo de encerramento das operações.

Ao longo do ano, mantiveram-se ativas as medidas já tomadas em anos anteriores:

- a) A monitorização das operações que possibilita a libertação de verbas, aceitando a formalização de reprogramações físicas e temporais, de forma a permitir o encerramento das mesmas;
- b) A monitorização de operações sem capacidade de execução, bem como dos projetos com prazos de conclusão já ultrapassados;
- c) Foco contínuo na redução do nº de pedidos de pagamento pendentes, com redução do tempo médio de análise e de pagamento;
- d) Intensificação das visitas de acompanhamento no âmbito dos pedidos de pagamento final e relatórios final.

A autoridade de gestão manteve a implementação da medida de majoração da taxa de comparticipação em 10% (mecanismo top-up), por forma a diminuir o esforço da contrapartida regional e, assim garantir a execução regular do programa operacional. A medida abrangeu todos os beneficiários com operações aprovadas, pertencentes à categoria "administração autónoma regional e local". No ano de 2014, as despesas incluídas em pedidos de pagamento, foram efetuados a uma taxa única de 95%, até ao limite do saldo final da operação.

A aplicação do mecanismo de Top-up teve um impacto acumulado ao nível das operações aprovadas no Eixo prioritário de 10,4 milhões de euros de Fundo.

A grande maioria dos beneficiários utilizou regularmente a figura do adiantamento, pedido de pagamento justificado com a apresentação dos documentos de despesa (faturas ou equivalentes) e a posterior regularização dos mesmos, com a apresentação dos documentos de quitação (recibos e movimento bancário). Esta modalidade de pagamentos, ao acelerar as transferências dos cofinanciamentos comunitários para os beneficiários, tem-se revelado extremamente adequada para fazer face à escassez de liquidez.

Nos restantes planos da gestão, não foram identificados problemas significativos com repercussões negativas no desempenho geral desta prioridade.

Eixo Prioritário X - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade

3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Informação relativa aos progressos físicos e financeiros

A tabela seguinte apresenta, com base no conjunto de Indicadores de Eixo prioritário e ainda dos Indicadores Comuns Comunitários aplicáveis, as principais realizações e resultados alcançados até ao final de 2014 no âmbito do Eixo prioritário 10.

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário X										
Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)										
OE 10.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago										
Rotas de transporte inter-ilhas objeto de compensação financeira	Realização - Contratada	15	15	15	15	15	15	15		15
	Realização - Executada	15	15	15	15	15	15	15		15
	Metas			15					15	15
Poupança obtida ao nível dos encargos públicos no transporte aéreo inter-ilhas	Resultado (ME) - Contratada				41,7	46	46	55		55
	Resultado (ME) - Executada		18	27	37,4	43,7	46	52		52
	Metas			14					45	45
	Valor de Referência / Situação de Partida	3,5/ano								
OE 10.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago										
Infraestruturas aéreas intervencionadas/apetrechadas	Realização - Contratada	1	3	9	9	9	9	9		9
	Realização - Executada		1	3	9	9	9	9		9
	Metas			3					9	9
Movimento de passageiros inter-ilhas beneficiados (embarcados + desembarcados)	Realização - Contratada									
	Resultado (milhares)		369	369	432	406	397	431		431
	Metas			476					500	500
	Valor de Referência / Situação de Partida	355 (2004)								355
Movimento de carga beneficiada (carregada + descarregada)	Realização - Contratada									
	Resultado (milhares)		1.153	1.163	1.285	1.355	1.345	1.521		1.521
	Metas			1.500					1.300	1.300
	Valor de Referência / Situação de Partida	1.379 (2004)								1.379

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)											
Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2015	Total
Transportes*	13. Nº de projetos	Realização - Contratada		1	6	10	13	13	13		13
		Realização - Executada			3	4	8	13	13		13
		Metas								13	13

* A meta global deste indicador corresponde ao somatório dos dados inscritos nos eixos IX e X (meta global = 160).

Quadro 3.2 – Indicadores Financeiros									
Objetivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
EP X - Total	131.201.666	65.600.833	141.735.356	74.289.247	135.346.909	71.095.023	113,2%	108,4%	95,7%
OE 10.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago			109.153.501	57.966.873	103.335.146	55.057.695			95,0%
OE 10.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago			32.581.854	16.322.374	32.011.762	16.037.328			98,3%

Quadro 3.3 – Projetos Concluídos e em Conclusão					
Objetivo Específico	Nº Proj.	Aprovado		Executado	
		Custo Total Elegível	Fundo	Custo Total Elegível	Fundo
Eixo Prioritário X					
Encerrados com saldo pago	9	96.640.464,72	51.741.801,13	96.640.464,72	51.741.801,10
Concluídos fisicamente	5	3.942.911,91	3.351.474,96	3.607.962,20	3.066.768,10
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	6	27.639.826,09	13.819.913,04	27.069.733,80	13.534.866,90

Execução Material

Indicadores de realização e resultado

A análise ao desempenho do Eixo prioritário com recurso aos indicadores de realização e de resultado evidencia as seguintes conclusões:

- 1) Os 2 indicadores de realização apresentam valores de contratação e de execução, que cumprem integralmente os valores das metas para 2015, isto é os indicadores "Rotas de transporte aéreo inter-ilhas objeto de compensação financeira" e "Infraestruturas aéreas intervencionadas/apetrechaads" apresentam execuções de 100%, sendo que as operações se encontram concluídas e em utilização;
- 2) Dois indicadores de resultado revelam desempenhos superiores às metas: o indicador "Poupança de encargos públicos no transporte inter-ilhas" com um valor de 52 milhões de euros na execução, supera o valor da meta em 7 milhões de euros (mais 15%); o indicador "Movimento de carga beneficiada (carregada + descarregada)" com um valor de 1.521 tons, ultrapassa a meta em 221 tons (mais 17%). O indicador "Movimento de passageiros inter-ilhas beneficiados (embarcados + desembarcados)", com um valor de 431 mil, apresenta uma taxa de aproximação à meta de 86%.

Aspetos complementares de execução

A dotação do Eixo prioritário 10, em termos de Fundo (65,6 milhões de euros), equivale a 6,8% da dotação global do programa.

Esta prioridade foi estruturada em 2 objetivos específicos, um para apoiar os sobrecustos de funcionamento dos sistemas de transportes (OE10.1) e o outro orientado para a compensação dos sobrecustos dos investimentos nos transportes (OE10.2).

Desde 2012 que a dotação do Eixo se encontra totalmente comprometida. No final de 2014, foi aprovada, em overbooking, uma operação relativa à compensação dos sobrecustos suportados com as obrigações de serviço público no transporte aéreo inter-ilhas 2014-2016, que elevou a taxa de compromisso para 109%.

O nº 2 do artigo 11º do regulamento (CE) nº 1080/2006 estabelece que a dotação específica afeta a este Eixo deve ser utilizada num mínimo de 50% a fim de contribuir para o financiamento das ajudas ao funcionamento e das despesas relacionadas com obrigações e contratos de serviço público nas regiões ultraperiféricas.

A aplicação desta regra no programa operacional dos Açores encontra correspondência na dotação e tipologias previstas no Objetivo específico 10.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transporte, visando a compensação dos sobrecustos decorrentes das obrigações de serviços público no transporte aéreo inter-ilhas. Os compromissos assumidos no âmbito deste objetivo específico representam 78% das aprovações do Eixo.

Na vertente do apoio ao investimento, verificou-se a afetação integral da dotação para o transporte aéreo, através da requalificação e modernização das infraestruturas aéreas regionais, envolvendo o melhoramento das pistas, aerogares e equipamento operacional, com a finalidade de proporcionar melhores condições de acessibilidade, operacionalidade e segurança no transporte aéreo. Uma procura bastante acentuada e célere, resultou um total de 13 operações aprovadas.

A taxa de realização do Eixo (executado versus aprovado) situa-se nos 95,7%, menos 9 pontos percentuais que em 2013, por via da aprovação ocorrida em 2014, ainda sem a contrapartida da respetiva execução. Ao nível dos objetivos específicos, a taxa de realização do OE 10.1 é de 95%, e a do OE 10.2 é de 98,2%.

Face ao nível dos compromissos atingido, bem como à capacidade demonstrada pela execução de acompanhar as aprovações, levou a uma taxa de execução do Eixo (executado versus programado) bastante elevada (108,5%).

A dotação global do Eixo foi objeto de 2 processos de seleção (de acordo com as tipologias presentes), mediante a publicação de aviso para abertura por período de candidatura, inicialmente por aviso de dezembro de 2007 e posteriormente, após a reprogramação do programa e a alteração verificada ao nível dos eixos prioritários, um novo aviso em dezembro de 2011.

Está previsto um único período de candidaturas, as quais se processam em contínuo, desde a data dos avisos de abertura até ao encerramento do programa.

Atendendo à especificidade dos apoios previstos no Eixo a procura revelou-se regularmente elevada, havendo a registar 22 candidaturas apresentadas, das quais 16 admitidas. A taxa de admissibilidade é de 72,7% em termos de número de operações e de 97,3% em termos de custo total.

A não admissibilidade das candidaturas decorre do não cumprimento das condições de admissibilidade e de aceitabilidade por parte das operações e/ou dos beneficiários que se encontram consagradas no regulamento do programa, ou pela formalização da desistência/anulação por iniciativa do beneficiário. No caso deste Eixo, as candidaturas selecionadas tiveram origem num universo limitado de propostas de investimento, dando lugar por isso ao rápido esgotamento da dotação específica.

A taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas) é de 72,7% em termos de nº e de 97,3% em termos de custo total.

Todas as candidaturas admitidas foram aprovadas. Deste modo, a taxa de aprovação líquida, que permite inferir sobre o grau de seleção é de 100%, quer em termos de número, quer em termos de custo total.

Estes indicadores têm em consideração o total das candidaturas não admitidas/desistidas para determinar o montante de compromisso "líquido" aprovado pela autoridade de gestão. Nesta prioridade, refira-se que, foram não admitidas/desistidas 6 operações, no montante de cerca de 4,0 milhões de euros de custo total.

No final de 2014, todas as candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo tinham sido objeto de contrato com o programa, verificando-se uma taxa de contratação de 100%.

Constata-se que o tempo médio de decisão nas candidaturas aprovadas do EP 10 foi de 183 dias (tempo previsto de 126 dias).

No tempo médio de decisão estão incluídos os períodos de tempo que, no âmbito da adequada e integral instrução/verificação dos processos de candidatura, são reservados à solicitação de esclarecimentos/elementos de apreciação adicionais aos beneficiários e, por vezes, de pedidos de pareceres a entidades externas relevantes para a preparação da decisão (enquadramento em instrumento de política pública, ambiente, mercados públicos, outros).

A dimensão média do investimento elegível associado às aprovações do Eixo é a mais elevada do programa, 8,9 milhões de euros, fortemente influenciada pela dimensão das operações aprovadas no OE 10.1 relativas à Compensação dos sobrecustos com as obrigações de serviço público no transporte aéreo inter-ilhas, com um valor médio de 36,3 milhões de euros.

Tipologia de beneficiários

As tipologias "administração pública regional" representada pelo governo regional ao nível do OE10.1 e "Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público" representada pelo grupo SATA, ao nível do OE10.2, são os únicos beneficiários com aprovações no Eixo.

3.4.2- Análise Qualitativa

Em 2014, tal como já referido, verificou-se uma nova aprovação relativa ao apoio ao contrato de obrigações de serviços público no transporte aéreo inter-ilhas para o período de execução de 2014.

Não foram solicitadas alterações das operações aprovadas, de natureza temporal, física e financeira.

Não há a registar quaisquer constrangimentos na implementação do Eixo X durante o período de reporte.

Os apoios no âmbito desta dotação específica apresentam impactos muito positivos ao nível do sistema de transporte aéreo regional, quer por via da melhoria das infraestruturas (pistas e complementares) e da modernização dos equipamentos operacionais, quer pelo apoio que foi prestado às despesas de funcionamento decorrentes do contrato de serviço público no transporte inter-ilhas, com impactos no incremento do movimento de passageiros e de carga transportada nos aeroportos/aeródromos intervencionados.

3.4.3 - Problemas significativos encontrados na implementação do Eixo Prioritário e medidas tomadas

Desde o arranque do programa, a dotação do Eixo registou uma procura elevada, não se tendo verificado em nenhum momento dificuldades assinaláveis, quer na absorção dos compromissos, quer na execução.

As operações aprovadas no Eixo beneficiaram do fato de, por um lado estarem enquadrados em contratos e serviços de interesse económico geral (concessão dos serviços de transportes aéreo inter-ilhas) e, por outro lado, respeitarem a investimentos em infraestruturas da iniciativa da administração pública regional, ou assentarem em parcerias entre as autoridades regionais e a entidade pública empresarial do setor dos transportes aéreos, através de contratos programa, que incluem uma montagem institucional e financeira, que favorece a sua regular implementação e execução.

A aplicação do mecanismo de Top-up teve em termos acumulados um impacto ao nível das operações aprovadas no Eixo prioritário de 3,4 milhões de euros de Fundo.

4.**GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS****4.1 Grandes Projetos**

Do levantamento inicialmente efetuado durante a preparação da programação foi identificado um grande projeto,

A 15 de Abril de 2009 a Autoridade de Gestão notificou o IFDR sobre a anulação da candidatura do grande projeto explicitando os motivos que justificaram tal decisão por parte do promotor.

Nos termos da regulamentação então aplicável, a autoridade de gestão não procedeu a qualquer pagamento de comparticipação financeira FEDER, a título de adiantamento e/ou reembolso, por não dispor da decisão sobre este Grande Projeto, pelo que não houve lugar a qualquer processo de restituição de fundos.

No ano de 2014 não foram apresentados grandes projetos ao PROCONVERGENCIA.

4.2 Projetos Ambientais

Nos termos do Regulamento (EU) nº 539/2010, informa-se que não foram apresentados ao Programa projetos ambientais com um custo total entre 25 e 50 milhões de euros.

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Informação relativa aos progressos físicos e financeiros

O quadro seguinte apresenta, com base no conjunto de indicadores de eixo prioritário definidos no Programa, os principais resultados alcançados até final de 2014 no âmbito da Assistência Técnica.

Quadro 5.1 – Realização Física do Eixo Prioritário XI

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)											
EP XI - Assistência Técnica											
Número de processos de entidades públicas analisados	Realização		100	253	416	583	711	780	807		807
	Metas				300					700	700
Número de ações de acompanhamento realizadas	Realização			18	64	116	205	346	455		455
	Metas				150					650	650
Estudos e avaliações	Realização			1	1	1	1	2	2		2
	Metas				2					5	5
Taxa de aprovação do Programa	Resultado (%)			39	60	80,5	98,9	107,8	116,9		116,9
	Metas				70					100	100
Taxa de execução do Programa	Resultado (%)			20	35	50,6	64,8	79,8	96,1		96,1
	Metas				50					100	100
Promotores públicos visitados pela estrutura de gestão pelo menos uma vez	Resultado (%)			31	54	46,3	55,1	71,6	73,9		73,9
	Metas				70					100	100

Quadro 5.2 – Indicadores Financeiros

Objetivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
EP XI - Total	4.705.882	4.000.000	4.842.270	4.350.447	4.360.979	3.941.350	108,8%	98,5%	90,6%
OE 11.1 - Assistência Técnica do Programa			4.842.270	4.350.447	4.360.979	3.941.350			90,6%

Quadro 5.3 – Projetos Concluídos e em Conclusão

Objetivo Específico	Nº Proj.	Aprovado		Executado	
		Custo Total Elegível	Fundo	Custo Total Elegível	Fundo
Eixo Prioritário XI					
Encerrados com saldo pago	1	669.357,75	568.954,09	669.357,75	568.954,09
Concluídos fisicamente	4	2.842.270,09	2.502.091,03	2.607.778,43	2.302.773,13

Análise Qualitativa

A Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, no âmbito das suas competências, designadamente as definidas no artigo 60º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de Julho, tem que assegurar um conjunto de atividades, que concorram para a preparação, gestão, acompanhamento e controlo, monitorização e avaliação, informação e divulgação do Programa Operacional.

O Eixo da assistência técnica do Programa reveste-se assim de especiais características, na medida em que se destina a apoiar o funcionamento das estruturas de apoio técnico da Autoridade de Gestão e dos Organismos Intermédios e o respetivo apoio logístico, bem como, à promoção de ações conducentes a uma melhor eficiência e eficácia da afetação dos meios financeiros.

A dotação global do FEDER prevista no Eixo XI ascende a 4 milhões de euros, correspondendo a 0,4% do financiamento comunitário total do Programa. Este valor respeita os limites regulamentares estabelecidos no nº 1 do artigo 46º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, alterado pelo Regulamento (CE) nº 284/2009.

Em 2014, ao nível do Eixo XI – Assistência Técnica e relativamente aos indicadores de realização, constata-se uma evolução positiva, resultado da intensificação das ações de acompanhamento.

Elevou-se para 807 o nº de processos de entidades públicas analisadas, ultrapassando a meta prevista para 2015 em 107 processos, ao passo que o indicador “número de ações de acompanhamento realizadas” (455), representa 70% da meta definida.

O nº de estudos e avaliações não sofreu alterações, sendo 2 face à meta prevista de 3.

No que concerne aos indicadores de resultado salienta-se o elevado grau de compromisso do Programa, 117%, bem como, o grau de execução já atingido de 96,1%.

Houve ligeira alteração na taxa de beneficiários públicos visitados pela estrutura de gestão, pelo menos uma vez, 73,9%; contudo, é expectável que até ao encerramento do programa se cumpra a meta (100%).

Quadro 5.4 – Execução Financeira por Operação

Designação	Beneficiário	Aprovações 2007-2013		Execuções 2007-2013		Taxas Fundo %
		Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Realização (EX/AP)
TOTAL		4.842.270,09	4.350.446,82	4.360.979,41	3.941.349,75	90,6
Assistência Técnica da Autoridade de Gestão 2007-2010	DRPFE	669.357,75	568.954,09	669.357,75	568.954,09	100,0
Protocolo de cooperação SIDER DRAIC-CCAH	O. I. - DRAIC	684.965,10	626.718,57	683.137,01	625.164,70	99,8
Protocolo de cooperação SIDER DRAIC-CCIH	O. I. - DRAIC	503.285,56	429.878,62	429.464,22	367.039,48	85,4
Protocolo de cooperação SIDER DRAIC-CCIPD	O. I. - DRAIC	639.661,68	583.380,75	639.661,68	583.380,75	100,0
Assistência Técnica da Autoridade de Gestão 2011-2015	DRPFE	2.000.000	1.848.355,79	1.753.200,98	1.638.576,62	88,7
Protocolo de cooperação SIDER - DRAIC/CCIA (CCAH)	O. I. - DRAIC	115.000,00	97.750,00	90.878,83	77.247,01	79,0
Protocolo de cooperação SIDER - DRAIC/CCIA (CCIH)	O. I. - DRAIC	100.000,00	85.000,00	24.052,88	20.444,95	24,1
Protocolo de cooperação SIDER - DRAIC/CCIA (CCIPD)	O. I. - DRAIC	130.000,00	110.500,00	71.226,06	60.542,15	54,8

No final de 2014 encontravam-se aprovadas 8 candidaturas, duas relativas à assistência técnica da Autoridade de Gestão (uma para o período 2007-2010, já concluída, e a outra para o período seguinte 2011-2015) e seis relativas à assistência técnica do OI-DRAIC, incluindo das entidades associadas, Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, Câmara do Comércio e Indústria da Horta e Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

O montante de despesa pública aprovada representa 4,8 milhões de Euros a que corresponde um cofinanciamento FEDER de 4,4 milhões de Euros e uma taxa de compromisso de 108,8%.

A taxa de execução no final de 2014 é de 98,5%, o que corresponde a um valor FEDER executado de mais de 3,9 milhões de Euros (mais 1,4 milhões de euros que em 2013).

Em conformidade com o estipulado na regulamentação nacional e comunitária e no aviso de abertura do eixo, as despesas que constam das tipologias das operações aprovadas são as respeitantes às atividades de gestão, coordenação e acompanhamento, divulgação e publicidade e desenvolvimento do sistema de informação SIPOP.

Estas operações contribuem para dois temas prioritários, contudo por motivos operacionais, a cada operação corresponde um só tema prioritário. Assim, no anexo V, estas operações estão classificadas no tema prioritário dominante (85).

Dando continuidade à informação apresentada em anteriores relatórios, apresenta-se no quadro seguinte a desagregação da execução do Fundo, por ano, com a preparação, execução, acompanhamento e controlo (85) e com os estudos, avaliação, informação e comunicação (86).

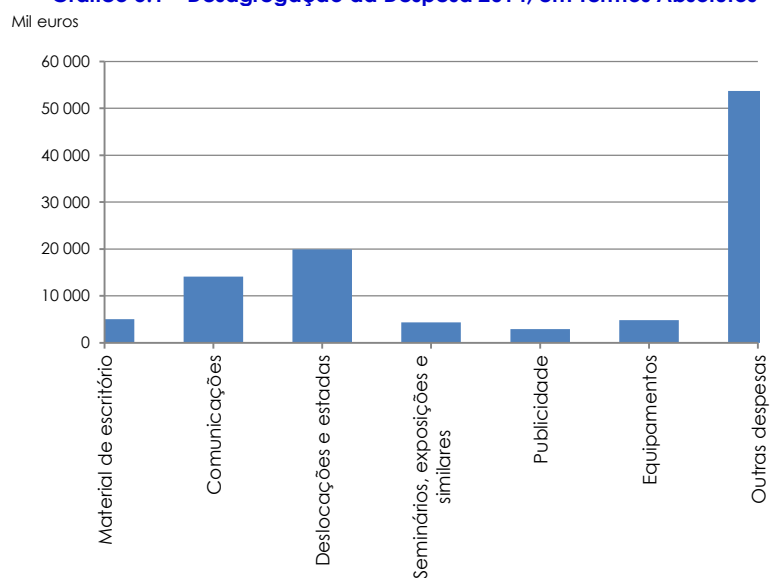
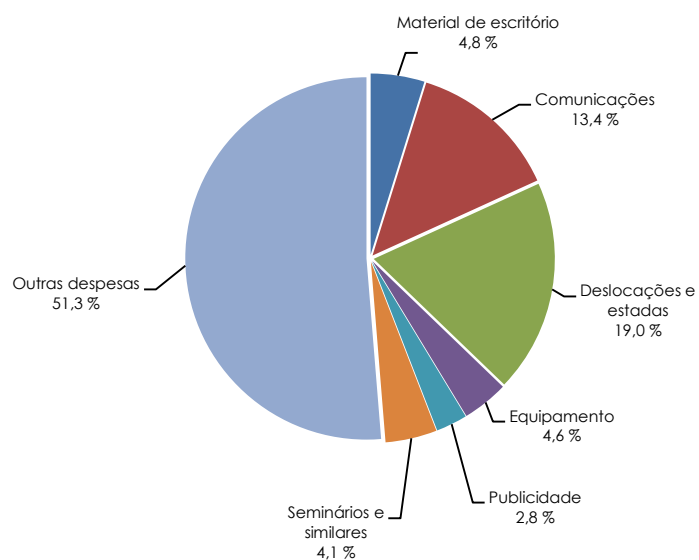
Quadro 5.5 – Assistência Técnica FEDER por Temas Prioritários			
	85- Prep. Exec. Acompanh. Controlo	86 - Estudos/Avaliação e Inf. Comunicação	Total ano
2009	184.248,03	98.028,63	282.276,66
2010	121.758,00	90.650,60	212.408,60
2011	359.439,95	53.672,20	413.112,15
2012	1.218.333,92	52.966,56	1.271.300,48
2013	310.789,26	59.824,74	370.614,00
2014	1.319.978,63	71.659,13	1.391.637,76
TOTAL	3.514.547,79	426.801,86	3.941.349,65

Os apoios do programa para a assistência técnica da AG no ano de 2014 foram dirigidos para as despesas com pessoal da estrutura técnica afeto à realização das tarefas de gestão e acompanhamento, para as despesas com aquisição de bens e serviços, respeitando essencialmente a encargos com material de escritório, comunicações, deslocações, formação, realização de reuniões dos órgãos de gestão e a trabalhos especializados, nomeadamente com peritos e consultores, e para a aquisição de equipamentos, informáticos, *hardware* e *software*, bem como de equipamento administrativo e básico.

Nos gráficos 5.1 e 5.2 evidenciam-se, em termos absolutos e relativos, as classificações económicas com maior impacto na despesa.

As despesas com deslocação e estadas têm um peso importante, face à descontinuidade geográfica da Região, implicando que as deslocações inter-ilhas se façam por via aérea e envolvendo despesas com alojamento. Esta tipologia de despesas tem vindo a registar acréscimos, quer por via da intensificação das ações de acompanhamento realizadas em sede de encerramento de operações, quer as associadas aos trabalhos de preparação do próximo período de programação, com a realização de reuniões em diversos locais e a participação em encontros e eventos promovidos pelas entidades nacionais e comunitárias relevantes.

Salientam-se ainda os gastos em comunicações e material de escritório, bem como as despesas com a execução do contrato plurianual relativo ao funcionamento do sistema de informação do programa, SIPOP, e com os trabalhos de desenvolvimento e a sua atualização/adaptação ao próximo período de programação.

Gráfico 5.1 – Desagregação da Despesa 2014, em Termos Absolutos**Gráfico 5.2 – Desagregação da Despesa 2014, em Termos Relativos**

5.2- Problemas / estrangulamentos na execução

Das oito operações aprovadas neste eixo, uma está concluída e quatro em fase de conclusão. Apenas uma operação apresenta um grau de execução abaixo dos 50%.

A taxa de execução global alcançada no final de 2014 é de 98,5% (mais 35 pontos percentuais que em 2013), superando a taxa média do Programa, dentro das perspetivas indicadas no relatório anterior.

A possibilidade regulamentar de, através desta assistência técnica, apoiar as despesas com a preparação do próximo período de programação teve um contributo positivo na aceleração da taxa de execução que se veio a verificar.

Não foram identificados estrangulamentos significativos na implementação do eixo durante o período em análise, quer por parte da AG, quer do OI.

7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2015

Síntese da Execução em 2014

O desempenho do programa em 2014 foi ainda influenciado pelas medidas de contenção orçamental e de restrição financeira.

No final de 2014 o Programa apresentava 1.682 operações aprovadas, o equivalente a um apoio FEDER de 1.129,3 milhões de euros, e uma taxa de compromisso de 117% da dotação programada. Comparado com 2013, registou-se um acréscimo de 157 candidaturas aprovadas (+10,3%), e de mais 47,7 milhões de euros de FEDER (+4,4%), tendo a taxa de compromisso aumentado 5 pontos percentuais.

A taxa de aprovação apresenta uma situação de overbooking, que constitui uma boa prática de gestão, na medida em que permite colmatar os desvios que se vierem a verificar, por via de rescisões e quebras na execução de operações contratadas.

O desempenho do programa, medida pelas taxas de execução e de realização, são no final de 2014 bastante superiores à média do QREN (+13 e +9, pontos percentuais, respetivamente).

A taxa de execução do PO no final de 2014 atingiu 96,1%, garantindo o cumprimento da Regra n+2 de 2014, e sendo expectável vir a cumprir na íntegra a de 2015.

O desempenho do programa encontra-se alinhado com a Agenda de Lisboa. Verifica-se que 54% da execução tem origem nas prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa em matéria de competitividade e criação de emprego (earmarking), sendo preponderante a execução nas áreas temáticas prioritárias da "Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Empreendedorismo", dos "Transportes" e do "Investimento em infraestruturas sociais", com cerca de 84% da contribuição total para o earmarking.

Com exceção de algum atraso verificado no tema associado a "outros investimentos em empresas", os valores executados nas restantes áreas temáticas estão em linha com o aprovado e revelam-se compatíveis com o programado.

No que respeita ao cumprimento dos objetivos específicos do Programa, expressos nas metas fixadas para os respetivos indicadores de realização e de resultado, prevê-se que a generalidade das metas definidas possa ser cumprida até final de 2015. Assim, todos os indicadores apresentam realização-contratada, sendo visível a evolução registada durante estes 2 últimos anos ao nível da execução, estando os Eixos 8, 9 e 10 mais próximos de atingirem as metas definidas ao nível físico.

Destacam-se ainda algumas das medidas tomadas pela AG, que levou a melhorar o desempenho do programa:

- (i) Redução dos tempos médios de validação de despesa e do número de pedidos de pagamento a aguardar análise e validação, com a consequente aceleração dos pagamentos aos beneficiários (prazos médios de pagamento inferiores a 30 dias);
- (ii) A aceitação regular dos pedidos de pagamento em sistema de adiantamento contra fatura;
- (iii) A monitorização de compromissos sem capacidade de execução e dos projetos com atrasos na execução, com vista à formalização do seu encerramento;
- (iv) Aumento significativo do número de visitas de acompanhamento aos projetos com pedido de pagamento final e relatório final.

Alguns dos principais **resultados executados** no final de 2014:

- Cerca de 305 Empresas beneficiadas no âmbito das ajudas diretas às empresas, dos quais 91 são start-up, das quais 27 em setores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, tendo sido criados 511 empregos e proporcionado um investimento induzido de 227 milhões de euros;
- Acréscimo de 42% do nº de empresas /serviços com certificação, por referência a 2006;
- Alunos beneficiados com as intervenções realizadas nos vários sistemas de ensino, num total de 14.843;
- Aumento dos agregados domésticos com ligação à internet (70% em 2014 que compara com 37% em 2006);
- Aumento dos organismos da administração pública que disponibilizam formulários para download, de 50% em 2006 para 63% (2010);
- Aumento de 73% em 2014 do nº de visitantes dos espaços culturais, por referência ao valor de 2007;
- Acréscimos de 100.727 habitantes beneficiados pelas intervenções nos sistemas de abastecimento de água e de 25.847 habitantes nos sistemas de saneamento básico (águas residuais);
- Cerca de 2.460 beneficiários diretos dos projetos de intervenção social apoiados;
- Toda a orla costeira coberta por planos de ordenamento (80% em 2007);
- Aumento do movimento de passageiros inter-ilhas beneficiados com as intervenções apoiadas, 431 mil que compara com 355 mil em 2004;
- Rede viária intervencionada (nova e beneficiada), de âmbito regional e local (595 km);

- 27% da população beneficiada pelas intervenções nas infraestruturas de proteção civil.

Previsões para 2015

Em 2015 o Programa entra no último ano de execução do período de programação 2007-2013.

Assim, em linha com as orientações da entidade de certificação nacional e no respeito pelas normas regulamentares aplicáveis, os principais esforços serão dirigidos para o encerramento dos projetos e do Programa, de modo a assegurar a plena realização dos seus objetivos e a plena afetação dos recursos financeiros disponibilizados. Esta etapa coincide com o arranque de um novo programa regional, pelo que haverá uma sobreposição de dois períodos de programação ao longo de todo o ano de 2015.

Para o efeito, apresentam-se de seguida as principais linhas de orientação a prosseguir pela gestão do PO:

- 1- Maximizar a utilização da dotação financeira programada, garantindo a prossecução dos objetivos estabelecidos para o Programa, designadamente por via da potencial aprovação de candidaturas com nível de maturidade compatível com as regras definidas para o encerramento do Programa;
- 2- Prosseguir o esforço de execução dos projetos, assegurando o cumprimento da Regra n+2 do ano 2015 em níveis compatíveis com o calendário de encerramento do Programa. Para tal, deverá manter-se um esforço de monitorização periódica de compromissos sem capacidade de execução e de manutenção dos tempos médios de análise dos pedidos de pagamento e dos prazos de pagamento aos beneficiários;
- 3- Agilizar o encerramento das operações, realizando as respetivas visitas de acompanhamento, para encerramento das operações, respeitando a exigência da sua operacionalidade;
- 4- Intensificar os esforços de acompanhamento de auditorias externas, assegurando as obrigações da Autoridade de Gestão e a concretização das recomendações das auditorias, em especial as que possam obstar ao encerramento do programa.

A autoridade de gestão prevê atingir no final de 2015 um nível de execução próximo do programado, assegurando-se as tarefas específicas do encerramento do programa e garantindo em simultâneo o arranque pleno do próximo período de programação.

Glossário de Siglas

AG – Autoridade de Gestão

AP – Aprovado

ART – Associação Regional de Turismo

CA – Comissão de Acompanhamento

CE – Comissão Europeia

CS – Comissão de Seleção

DP – Despesa Pública

DRAIC - Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade

DRCTC – Direção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações

DRETT – Direção Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres

DRPFE – Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

DRT – Direção Regional do Turismo

EP - Eixo Prioritário

EUROSTAT – Serviço de Estatística da União Europeia

EX - Executado

FC – Fundo de Coesão

FEADER – Fundo Europeu Agrícola do Desenvolvimento Rural

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Económico Regional

FIAEA - FUNDO DE CAPITAL DE RISCO NOS AÇORES

FRT – Fundo Regional dos Transportes

FSE – Fundo Social Europeu

I&D – Investigação e Desenvolvimento

I&DT - Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional

IGF – Inspeção-Geral de Finanças

INE – Instituto Nacional de Estatística

INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores

OE - Objetivo Específico

ONGs – Organizações-não-governamentais

PIB – Produto Interno Bruto

PICTI – Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação

PME – Pequena e Média Empresa

PO – Programa Operacional

POVT – Programa Operacional Valorização do Território

PR – Programado

PROCONVERGENCIA – Programa Operacional dos Açores para a Convergência

PRO-EMPREGO – Programa Operacional do Fundo Social Europeu para a Região Autónoma dos Açores

PROMAR – Programa Pesca 2007-2013

PRORURAL – Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (2007-2013)

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

RAA – Região Autónoma dos Açores

RAAPREA - Regulamento de Acesso ao Apoio e Partilha de Risco das Empresas Açorianas
Reg. - Regulamento

RIAC - Rede Integrada de Apoio ao Cidadão

SGC - Sistema de Gestão Documental.

SI – Sistema de Informação

SIGRHARA- Sistema de informação de gestão e administração de recursos para a administração regional dos Açores

SIPOP – Sistema de Informação do Programa Operacional PROCONVERGENCIA

SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

UAç – Universidade dos Açores

UE – União Europeia

VAB – Valor Acrescentado Bruto